



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**SEDIMENTANDO A NOVA ORDEM MUNDIAL:
A *BELT AND ROAD INITIATIVE* E O PAPEL DA AMÉRICA LATINA NA ASCENSÃO
HEGEMÔNICA DA CHINA**

JOAB MIGUEL CASELATO

Foz do Iguaçu
2026



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

**SEDIMENTANDO A NOVA ORDEM MUNDIAL:
A *BELT AND ROAD INITIATIVE* E O PAPEL DA AMÉRICA LATINA NA ASCENSÃO
HEGEMÔNICA DA CHINA**

JOAB MIGUEL CASELATO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Romero Wimer.

Foz do Iguaçu
2026

JOAB MIGUEL CASELATO

SEDIMENTANDO A NOVA ORDEM MUNDIAL:
A BELT AND ROAD INITIATIVE E O PAPEL DA AMÉRICA LATINA NA ASCENSÃO
HEGEMÔNICA DA CHINA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fernando Romero Wimer
UNILA

Prof. Dra. Karen dos Santos Honório
UNILA

Prof. Dr. Rogerio Gimenes Giugliano
UNILA

Foz do Iguaçu, 7 de julho de 2026.

A todos aqueles que contribuíram para
minha construção enquanto pessoa,
profissional, pesquisador e eterno
apaixonado pelo mundo.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, gostaria de agradecer à minha família, por tudo e tantas coisas que me possibilitaram estar aqui, como parte da primeira geração das famílias Oliveira e Caselato a ingressar no ensino superior, tendo o privilégio e oportunidade de me formar enquanto internacionalista em uma instituição pública, gratuita, internacional por criação e vocação e de qualidade. Agradeço aos meus pais, Wanderley e Maria Rita, e a meu irmão, Júnior Gabriel, pelo apoio e suporte incondicional ao longo destes 4 anos de graduação e de toda minha vida, sem o qual não poderia florescer enquanto pessoa, profissional e pesquisador. Agradeço à minha família estendida, aos meus tios e tias, primos e primas que fizeram parte da minha construção pessoal. Agradeço também, com destaque especial, a meus avôs e padrinhos, Aparecido Caselato (*in memoriam*) e Leonice Roveda Caselato (*in memoriam*), pois, apesar de não poderem estar presentes nesse momento de encerramento de um ciclo, sempre me ofereceram o suporte necessário para chegar onde cheguei.

Agradeço, também, à minha segunda família, meus amigos-irmãos, minha rede de apoio: todo o conjunto de pessoas que fizeram possível minha permanência e bem-estar físico, mental e emocional ao longo destes quatro longos anos morando sozinho em uma cidade desconhecida muito maior do que a área rural da pequena cidade interiorana do Paraná onde cresci. À minhas irmãs e irmãos de coração que a universidade me deu, Vinicius, Maria Eduarda, Samira, Sarah, Beatriz, Maria Clara, Laura, Giovanna, Ana Clara, Lara, Bruno, João e Júlia, toda a minha gratidão. Sem vocês, sem as noites de filmes ou jogos no sobrado 4, na casa 94 e nos contêineres, sem os piqueniques no gramadão e festas em Medianeira, sem o apoio mútuo em momentos de ansiedade, preocupação, luto, dor — mas também a companhia nos momentos de conquistas, aprovações, celebrações e felicidade —, não poderia me lembrar com tanto afeto de toda essa experiência e ter chegado até aqui da mesma maneira. Serei eternamente grato por todas as conexões criadas nesse momento de necessidade de apoio e contato. Não posso deixar de agradecer também a rede de amigos prévia à universidade que me trouxe a este momento: minha eterna gratidão a Níckolas, Luis, Mariana, Mariana Olher, Natiely, Stephany e todos e todas que conheci pelo caminho e marcaram minha vida em sua medida.

Devo agradecer também ao apoio e ensinamentos por parte dos docentes, que me tornaram verdadeiramente apaixonado pelo mundo e pelas relações internacionais. Meus

sinceros agradecimentos ao meu orientador, Dr. Fernando Romero Wimer, pelos aconselhamentos e direcionamentos indispensáveis para minha formação enquanto estudante e pesquisador das Relações China-América Latina; à professora Dra. Paula Fernández Hellmund, por minha acolhida enquanto bolsista e por conceder bases teóricas sobre política e sociologia que guiarão eternamente minha construção acadêmica; à professora Dra. Karen dos Santos Honório, pela introdução do meu interesse pela China e pelas Relações Internacionais enquanto campo de pesquisa, bem como pela orientação e iniciação científica junto à professora Paula; e aos docentes Dra. Tereza Spyer, Dra. Roberta Traspadini, Dr. João Barros II, Dr. Mamadou Alpha Diallo, Dr. Fábio Borges, Dr. Felipe Cordeiro, e todo o corpo docente de Relações Internacionais e Integração por minha construção não somente como internacionalista, mas como integracionista.

É necessário, também, agradecer a todos aqueles responsáveis por meu desenvolvimento profissional. Direciono profundos agradecimentos à equipe da Divisão de Áreas Protegidas da Itaipu Binacional, com destaque especial para Liziane, Veridiana e Heitor, por todos os conselhos, ensinamentos e acolhimento em minha introdução ao mercado de trabalho. Ainda, agradeço profundamente, também, toda a equipe da Diretoria de Relações Internacionais de Foz do Iguaçu, Augusto, Nicolas, Samira, Laura e todos os demais que passaram por ela durante meu tempo de experiência e contribuíram de maneira incomparável em meu florescimento como internacionalista multidisciplinar e acenderam meu amor pela paradiplomacia, bem como por me apoiarem na reta final de minha jornada acadêmica na graduação.

Não posso deixar de agradecer também à Universidade Federal da Integração Latino-Americana, minha agora e eterna *alma mater*. Mesmo com suas limitações e tendo um longo caminho a ser trilhado, sinto muito orgulho em ter como mãe a universidade da Integração, que nutre esse rico ambiente multicultural e diverso de excelência acadêmica latino-americana e caribenha.

Por fim, agradeço, ainda, a todos e todas que tiveram parte, por menor que fosse, em todo esse processo e em minha jornada até aqui. Cada abraço, cada risada, cada trabalho em grupo, cada sessão de estudos ou comparação de anotações, cada debate, cada festa, cada jantar, cada palestra e cada troca impactaram, a sua medida, minha jornada e contribuíram para a pavimentação do caminho que trilhei até chegar nesse momento. Serei sempre grato por cada momento, bom ou ruim, de lição ou conquista, cada sim e cada não, cada porta fechada e cada janela aberta, pois todos estes me conduziram até aqui, como sou e com quem estou.

*Na parede de um botequim de Madri, um cartaz avisa:
Proibido cantar. Na parede do aeroporto do Rio de
Janeiro, um aviso informa: É proibido brincar com os
carrinhos porta-bagagem. Ou seja: Ainda existe gente
que canta, ainda existe gente que brinca.*

Eduardo Galeano

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de reconfiguração do sistema internacional contemporâneo a partir da ascensão econômica da República Popular da China e de sua projeção geoeconômica sobre a América Latina e o Caribe. O contexto global hodierno indica um processo de transição hegemônica estrutural, na qual a Iniciativa do Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*) emerge como o principal instrumento institucional de Beijing para converter suas capacidades produtivas e financeiras em liderança sistêmica. Diante desse cenário de disputa global, a pesquisa tem como objetivo geral investigar de que modo a Iniciativa do Cinturão e Rota e os demais mecanismos de inserção chinesa na região latino-americana contribuem para a sedimentação de um novo bloco histórico contra-hegemônico. Para atingir esse propósito, o estudo examina as dimensões materiais e superestruturais desse fenômeno, articulando os ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi com a teoria das forças sociais e dos blocos históricos postulada por Robert Cox e fundamentada no pensamento gramsciano. A metodologia empregada adota uma abordagem qualitativa e histórico-estrutural, alicerçada em pesquisa bibliográfica e documental que utiliza dados atualizados de organismos internacionais e plataformas de monitoramento financeiro para mapear os fluxos de comércio e investimento. Adicionalmente, o trabalho aplica o método de estudo comparado para compreender as especificidades das relações bilaterais e a atuação decisiva das forças sociais internas nos vinte e três países signatários do memorando da iniciativa no subcontinente. Os resultados alcançados demonstram que a China constrói ativamente as bases de um bloco histórico regional por meio de uma estratégia multidimensional e pragmática na qual, na dimensão material e infraestrutural, a atuação asiática consolida-se via financiamento de megaprojetos logísticos, portuários e energéticos, pela assinatura estratégica de Tratados de Livre Comércio e pela institucionalização do multilateralismo sinocêntrico através do Fórum China-CELAC, enquanto, na dimensão superestrutural, Beijing garante o consentimento mediante o emprego de ferramentas de aquiescência ideológica, da diplomacia cultural, de parcerias acadêmicas e da capilaridade da paradiplomacia urbana. Contudo, os achados revelam que essa inserção reproduz e aprofunda as assimetrias históricas inerentes à relação centro-periferia, visto que a região mantém o seu papel histórico de fornecedora primário-exportadora de recursos naturais e importadora de manufaturas de alto valor agregado. Observa-se, por fim, que o bloco histórico sinocêntrico na América Latina ainda se encontra em estágio incompleto de formação e apresenta heterogeneidades internas, enfrentando resistências de setores industriais ameaçados, tensões com populações locais afetadas por práticas neoextrativistas e a pressão geopolítica dos Estados Unidos. Conclui-se, portanto, que a transição hegemônica em curso não promove uma ruptura sistêmica imediata com a ordem global preestabelecida, mas opera uma reconfiguração gradual das hierarquias do sistema-mundo contemporâneo.

Palavras-chave: *Belt and Road Initiative*; América Latina; transição hegemônica; relações sino-latino-americanas; economia política internacional.

RESUMEN

El presente trabajo analiza el proceso de reconfiguración del sistema internacional contemporáneo a partir del ascenso económico de la República Popular China y de su proyección geoeconómica sobre América Latina y el Caribe. El contexto global actual evidencia los principios de un proceso de transición hegemónica estructural, en la cual la Iniciativa de la Franja y la Ruta (*Belt and Road Initiative*) emerge como el principal instrumento institucional de Beijing para convertir sus capacidades productivas y financieras en liderazgo sistémico. Ante este escenario de disputa global, la investigación tiene como objetivo general investigar de qué modo la Iniciativa de la Franja y la Ruta y los demás mecanismos de inserción china en la región latinoamericana contribuyen a la sedimentación de un nuevo bloque histórico contrahegemónico. Para alcanzar este propósito, el estudio examina las dimensiones materiales y superestructurales de este fenómeno, articulando los ciclos sistémicos de acumulación de Giovanni Arrighi con la teoría de las fuerzas sociales y de los bloques históricos postulada por Robert Cox y fundamentada en el pensamiento gramsciano. La metodología empleada adopta un enfoque cualitativo e histórico-estructural, sustentada en investigación bibliográfica y documental que utiliza datos actualizados de organismos internacionales y plataformas de monitoreo financiero para mapear los flujos de comercio e inversión. Adicionalmente, el trabajo aplica el método de estudio comparado para comprender las especificidades de las relaciones bilaterales y la actuación decisiva de las fuerzas sociales internas en los veintitrés países signatarios del memorando de la iniciativa en el subcontinente. Los resultados alcanzados demuestran que China construye activamente las bases de un bloque histórico regional por medio de una estrategia multidimensional y pragmática en la cual, en la dimensión material e infraestructural, la actuación asiática se consolida vía financiamiento de megaproyectos logísticos, portuarios y energéticos, por la firma estratégica de Tratados de Libre Comercio y por la institucionalización del multilateralismo sinocéntrico a través del Foro China-CELAC, mientras que, en la dimensión superestructural, Beijing garantiza el consentimiento mediante el ejercicio de estrategias de asentimiento ideológico, de la diplomacia cultural, de alianzas académicas y de la capilaridad de la paradiplomacia urbana. Sin embargo, los hallazgos revelan que esta inserción reproduce y profundiza las asimetrías históricas inherentes a la relación centro-periferia, dado que la región mantiene su papel histórico de proveedora primario-exportadora de recursos naturales e importadora de manufacturas de alto valor agregado. Se observa, por último, que el bloque histórico sinocéntrico en América Latina aún se encuentra en una etapa incompleta de formación y presenta heterogeneidades internas, enfrentando resistencias de sectores industriales amenazados, tensiones con poblaciones locales afectadas por prácticas neoextractivistas y la presión geopolítica de los Estados Unidos. Se concluye, por lo tanto, que la transición hegemónica en curso no promueve una ruptura sistémica inmediata con el orden global preestablecido, sino que opera una reconfiguración gradual de las jerarquías del sistema-mundo contemporáneo.

Palabras clave: *Belt and Road Initiative*; América Latina; transición hegemónica; relaciones sino-latinoamericanas; economía política internacional.

ABSTRACT

This study analyzes the reconfiguration process of the contemporary international system arising from the economic rise of the People's Republic of China and its geoeconomic projection over Latin America and the Caribbean. The current global context sheds light on the principles of a structural hegemonic transition process, in which the Belt and Road Initiative emerges as Beijing's main institutional instrument to translate its productive and financial capacities into systemic leadership. In light of this scenario of global dispute, the general objective of this research is to investigate how the Belt and Road Initiative and other mechanisms of Chinese insertion in the Latin American region contribute to the gradual consolidation of a new counter-hegemonic historical bloc. To achieve this purpose, the study examines the material and superstructural dimensions of this phenomenon, articulating Giovanni Arrighi's systemic cycles of accumulation with the theory of social forces and historical blocs postulated by Robert Cox and grounded in Gramscian thought. The methodology employed adopts a qualitative and historical-structural approach, based on bibliographical and documentary research that utilizes updated data from international organizations and financial monitoring platforms to map trade and investment flows. Additionally, the work applies the comparative study method to understand the specificities of bilateral relations and the decisive role of internal social forces in the twenty-three signatory countries of the initiative's memorandum in the subcontinent. The results obtained demonstrate that China actively builds the foundations of a regional historical bloc through a multidimensional and pragmatic strategy in which, within the material and infrastructural dimension, Asian engagement is consolidated through the financing of logistical, port, and energy megaprojects, the strategic signing of Free Trade Agreements, and the institutionalization of Sinocentric multilateralism via the China-CELAC Forum; while, in the superstructural dimension, Beijing ensures consent through the exercise of strategies of ideological acquiescence, cultural diplomacy, academic partnerships, and the capillarity of urban paradiplomacy. However, the findings reveal that this insertion reproduces and deepens the historical asymmetries inherent to the center-periphery relationship, given that the region maintains its historical role as a primary-exporting supplier of natural resources and an importer of high value-added manufactures. Finally, it is observed that the Sinocentric historical bloc in Latin America is still in an incomplete stage of formation and presents internal heterogeneities, facing resistance from threatened industrial sectors, tensions with local populations affected by neo-extractivist practices, and geopolitical pressure from the United States. Therefore, it is concluded that the ongoing hegemonic transition does not promote an immediate systemic rupture with the pre-established global order, but operates a gradual reconfiguration of the hierarchies of the contemporary world-system.

Keywords: Belt and Road Initiative; Latin America; hegemonic transition; sino-latin american relations; international political economy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALC	América Latina e o Caribe
AUKUS	<i>Australia, United Kingdom and United States</i> (Aliança Austrália, Reino Unido e Estados Unidos)
BRI	<i>Belt and Road Initiative</i> (Iniciativa Cinturão e Rota)
CDB	<i>China Development Bank</i> (Banco de Desenvolvimento da China)
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CHEXIM	<i>Export-Import Bank of China</i> (Banco de Exportação e Importação da China)
CRCC	<i>China Railway Construction Corporation</i> (Corporação de Construção Ferroviária da China)
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IED	Investimento Estrangeiro Direto
MCTS	Modelo de Mercados, <i>Commodities</i> , Taiwan e Status
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
QUAD	<i>Quadrilateral Security Dialogue</i> (Diálogo de Segurança Quadrilateral)
RMB	<i>Renminbi</i> (moeda oficial da República Popular da China)
ROC	<i>Republic of China</i> (República da China - Taiwan)
RPC	República Popular da China
TLC	Tratado de Livre Comércio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A ECONOMIA POLÍTICA DA TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA: O SISTEMA-MUNDO E O ASCENSO CHINÊS	25
1.1. CAPITALISMO DE ESTADO CHINÊS: AUTONOMIA, PLANEJAMENTO E PROJEÇÃO GEOECONÔMICA	30
1.2. A BELT AND ROAD INITIATIVE E A FORJA INSTITUCIONAL DE UM NOVO BLOCO HISTÓRICO	41
2. A MATERIALIDADE DA ASCENSÃO CHINESA: RECONFIGURAÇÃO PRODUTIVA E INSERÇÃO PERIFÉRICA	46
2.1. A REITERAÇÃO DA ASSIMETRIA CENTRO-PERIFERIA: COMÉRCIO, INVESTIMENTOS E ACORDOS BILATERAIS COM A AMÉRICA LATINA E O CARIBE	48
2.2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PRETENSÃO DA HEGEMONIA: O FÓRUM CHINA-CELAC COMO VETOR DO MULTILATERALISMO SINOCÊNTRICO	56
3. A BELT AND ROAD INITIATIVE NA AMÉRICA LATINA	66
3.1. PAÍSES LATINO-AMERICANOS PARTICIPANTES DA BELT AND ROAD INITIATIVE	71
3.2. DISPOSIÇÕES ACERCA DO MAPEAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS E DOS INVESTIMENTOS CHINESES NA REGIÃO	90
4. O PAPEL DAS FORÇAS INTERNAS NA TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA	96
4.1. A DIMENSÃO SUPERESTRUTURAL DA PARADIPLOMACIA: HEGEMONIA CULTURAL, INSTITUIÇÕES E A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO LOCAL	99
4.2. A DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL: O BLOCO HISTÓRICO REGIONAL, FORÇAS SOCIAIS, AGRONEGÓCIO E ALIANÇAS PRODUTIVAS SUBNACIONAIS	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

O sistema internacional contemporâneo passa por uma reconfiguração estrutural, cujos contornos ainda são avaliados de forma não linear. A ascensão econômica da China ao longo das últimas cinco décadas é, ao mesmo tempo, expressão e motor desse processo. Suas raízes remontam às reformas capitalistas introduzidas por Dèng Xiǎopíng a partir do final dos anos 1970, que incluem a descoletivização agrária, a criação das Zonas Econômicas Especiais e a abertura seletiva ao capital estrangeiro — reorientando a estrutura produtiva nacional em direção às relações capitalistas de produção sob a retórica do "socialismo com características chinesas" e inaugurando a "longa marcha" da República Popular rumo ao *status* de potência global (Wimer; Hellmund, 2020). Como consequência, o resultado imediato dessas transformações foi um crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 9,5% ao ano entre 1977 e 2017, ritmo que, constituindo uma das maiores transformações econômicas da história contemporânea, permitiu que a China respondesse por cerca de 25% do crescimento global entre 1995 e 2002 — participação que, já naquele período, superava a contribuição dos próprios Estados Unidos, estimada em 20% para o mesmo intervalo (Holz, 2008). Tal dinâmica levou o país da sexta posição entre as maiores economias do mundo em 2000 à condição de maior exportador global em 2009, ao posto de segunda maior economia em 2010, com a superação do Japão, e à liderança em termos de paridade do poder de compra em 2014, quando o Fundo Monetário Internacional passou a reconhecê-la como a maior economia do planeta (Wimer; Hellmund, 2020).

Entre 2013 e 2021, a China foi responsável por mais de 30% do crescimento econômico global, enquanto no primeiro trimestre de 2025 registrava expansão de 5,3% em relação ao ano anterior, sustentada pela forte performance de sua produção industrial e pela recuperação do setor de serviços (Banco Mundial, 2025; OCDE, 2025). Por meio de tais indicadores, torna-se possível observar que, ao mesmo tempo em que estes dizem respeito a um processo de crescimento econômico nacional sem precedentes na história contemporânea, também apontam para um panorama no qual pode-se constatar a emergência de uma nova configuração de poder no sistema-mundo, na qual a China sai da condição de receptora de capitais e tecnologias à de exportadora de investimentos e projetos de

infraestrutura em escala global, cujos resultados podem ser observados em todo o Sistema Internacional — inclusive, e de maneira particularmente expressiva, sobre a América Latina e o Caribe.

Nesse contexto, a *Belt and Road Initiative* (BRI), lançada pelo governo de Xi Jinping em 2013, se torna o principal instrumento por meio do qual a China tem buscado converter seu acúmulo de capacidades materiais em projeção hegemônica de alcance sistêmico. Segundo dados do Banco Mundial e do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), os fluxos demográficos e comerciais que transitam pelos três corredores econômicos da iniciativa já representam 61% da população mundial e 40% do comércio global, ao mesmo tempo em que, no ano de 2025, o engajamento financeiro chinês no âmbito da BRI alcançou a cifra de 213,5 bilhões de dólares em contratos de construção e investimentos (Nedopil, 2026). Na América Latina e no Caribe, esse movimento se materializou de forma acelerada, com 23 das 33 nações do subcontinente formalizando sua participação na iniciativa por meio de Memorandos de Entendimento com Beijing entre 2017 e 2025, tendo sua adesão ao megaprojeto tardiamente realizada, considerando sua instituição formal em 2013, porém consolidando-a rapidamente (Nedopil, 2025).

Contudo, a partir da análise das relações entre a América Latina e o Caribe e o gigante asiático nas últimas décadas, pode-se constatar que esse intercâmbio acaba por replicar assimetrias estruturais históricas, caracterizando-se pela exportação de bens primários e *commodities* de baixo valor agregado por parte dos países latino-americanos, em contraposição à importação de manufaturas avançadas de origem chinesa. Tal modalidade de cooperação dispõe-se, pois, como uma relação de complementaridade desigual, que frequentemente reproduz padrões de dependência observados nas interações da região com as potências do Norte Global perpetuadas por séculos (Laufer, 2024a; Cintra, 2013). Paralelamente, constata-se, também, que a atração de centenas de bilhões de dólares em investimentos chineses voltados para infraestrutura portuária, rodoviária, ferroviária e geração de energia — principais áreas de cooperação observadas no âmbito da Nova Rota da Seda — estabelece uma presença que transforma a produção local, redefinindo as opções estratégicas dos governos latino-americanos em meio à competição hegemônica em curso entre Washington e Beijing, que coloca em jogo as próprias estruturas do Sistema Internacional Contemporâneo (Mendonça; Filho; Oliveira, 2021).

Para a compreensão dessas transformações sistêmicas, empregam-se os postulados de Giovanni Arrighi, que, em suas delimitações acerca da longa duração do capitalismo histórico, entende a evolução do sistema internacional através de ciclos sistêmicos de acumulação de capital, os quais se desdobram em duas fases fundamentais (Arrighi, 2013). A primeira fase é marcada pela rápida expansão material, fundamentada na produção industrial, bem como no controle hegemônico sobre o comércio global por parte da potência líder. Na sequência, a segunda fase se inicia quando a superacumulação de capitais gera rendimentos decrescentes na esfera produtiva, forçando a potência dominante a redirecionar seus excedentes econômicos para a financeirização, o rentismo e a especulação (Todescato, 2019). Esse momento de expansão financeira sinaliza o esgotamento do ciclo vigente e dá início ao período de crises sinalizadoras, que abre espaço para o surgimento de um novo epicentro geográfico capaz de assumir a organização produtiva do sistema-mundo (Arrighi, 2013).

Aplicados ao presente, os postulados arrighianos sugerem que os Estados Unidos ingressaram em sua fase de hiperfinanceirização a partir dos anos 1970, com o dinamismo de Wall Street progressivamente se dissociando da base industrial do país, gerando instabilidades estruturais na economia-mundo (Arrighi, 2007). Em contrapartida a esse declínio produtivo, o leste asiático atuou como receptor da reestruturação produtiva global. O milagre econômico chinês, alicerçado na conversão do país na oficina do mundo, representa, sob a ótica histórico-estrutural, a construção das bases materiais que possibilitam o deslocamento do centro do sistema-mundo rumo a um novo arranjo sistêmico centrado na Ásia Oriental (Arrighi, 2007; Rodrigues; Martins, 2020).

Todavia, para a compreensão dos processos de disputa e consolidação de novas hegemonias é necessário compreender também a maneira pela qual se constroem os demais mecanismos de legitimação destes processos, que servem de complemento para os fatores materiais de superioridade produtiva, militar, comercial ou financeira usualmente atribuídos como os indicadores de maior destaque neste processo. Destarte, conforme teorizado por Robert W. Cox, a partir das bases sociológicas lançadas por Antonio Gramsci, uma liderança sistêmica efetiva instaura-se unicamente quando a potência ascendente demonstra capacidade intelectual, moral e política para forjar um bloco histórico — referindo-se à construção de uma estrutura onde a base material de produção se articule com a

superestrutura ideológica e institucional, criando consensos que dão validade à hegemonia em formação. Através desse consenso, os Estados subalternos e as elites periféricas passam a enxergar seus próprios interesses nacionais de maneira intrinsecamente alinhada às diretrizes, valores e normas do novo centro de poder (Cox, 1981; Cox, 2007; Silvestre, 2019). Diferenciando-se da noção clássica de império, que se estrutura majoritariamente na coerção militar ostensiva e no domínio territorial direto, a hegemonia coxiana opera sutilmente, universalizando as políticas particulares do Estado líder e minimizando o emprego direto da força mediante o consentimento institucional (Silvestre, 2019).

É nesse sentido que a Nova Rota da Seda, instituída sob a perspectiva de cooperação de ganho mútuo em múltiplos âmbitos distintos, sustentada na premissa de construção de uma “Comunidade de Futuro Compartilhado para a Humanidade” passa a ser relevante para a presente análise (Rodrigues; Martins, 2020). Dado o entendimento de como se estabelecem as relações que dão sustento à forja de blocos históricos no processo de disputa hegemônica, entende-se a BRI como o principal instrumento empregado pela China para a consolidação de sua legitimidade internacional como potência em ascensão, atuando como a ferramenta primária na materialização de uma possível ruptura com o declinante ciclo de acumulação norte-americano (Arrighi, 2013; Cox, 1981). Nesse diapasão, a América Latina, região composta por 33 nações que concentram grande parte da produção global de produtos agrícolas, terras raras e potencial energético — para além de tratar-se de uma histórica zona de influência dos Estados Unidos e base de sua projeção global que busca diversificar cada vez mais suas parcerias —, apresenta-se enquanto localidade estratégica para a China, com o potencial de encontrar mercado sólido para os produtos chineses e dispor-se enquanto provedora da ampla demanda por insumos agrícolas e matérias-primas do país asiático, bem como servir de forte aliada política no processo de construção de hegemonia, principalmente no que diz respeito aos mecanismos de governança internacional (Nedopil, 2025; Vegliò, 2024; Heine, 2025; Albright et al., 2026). Ainda, ao ser parte de uma estratégia multinível, acompanhada de acordos paradiplomáticos com instituições públicas e privadas, bem como do estabelecimento de parcerias com organizações de cunho acadêmico e cultural, a BRI apresenta o potencial de criar uma rede de influência distribuída, que facilita a construção do consentimento local (Cox, 1981; Ellis et al., 2022).

O que está em jogo nesse processo, contudo, diz respeito à posição da região na divisão internacional do trabalho, bem como a superação ou restabelecimento de padrões históricos de dependência centro-periferia e, em dimensão mais ampla, ao próprio processo de transição hegemônica em curso. Compreender esse fenômeno, portanto, requer uma análise dos fluxos de capital e das adesões diplomáticas acompanhada de um aparato teórico capaz de articular a longa duração dos ciclos de acumulação e a materialidade das forças sociais que mediam o encontro entre o gigante asiático e as sociedades latino-americanas, sendo o que o presente trabalho procura entender.

O problema constatado a partir deste panorama estabelece-se nas linhas de que a presença da República Popular da China (RPC) na América Latina e no Caribe tem gerado, no campo das Relações Internacionais, um conjunto heterogêneo de interpretações que divergem em termos da interpretação deste processo. Desde que as relações sino-latino-americanas passaram a se intensificar nos anos 2000, a produção acadêmica na região sobre o tema se deu sem que tenha de fato se consolidado consenso interpretativo sobre a natureza desse fenômeno. Uma revisão sistemática da literatura sobre o tema conduzida por Gremaud e Gomes (2021) constatou que as perspectivas adotadas são, em geral, críticas em relação ao chamado "efeito China" na região, organizando-se em torno de dois polos recorrentes: uma vertente otimista, que percebe a ascensão chinesa como oportunidade de consolidação de uma nova ordem internacional menos dependente da hegemonia estadunidense, e outra de cunho pessimista, cujo eixo argumentativo reside nos riscos estruturais da dependência e no aprofundamento da especialização primária que essa inserção tende a induzir.

No plano da economia política, a principal divergência se dá na qualificação da natureza do projeto de inserção internacional da China, a partir do cenário no qual parte da literatura enquadra essa expansão sob o conceito marxista de imperialismo, argumentando que as características do capitalismo estão presentes nas relações que a China estabelece com os países periféricos, de modo que o discurso oficial de ganho mútuo e cooperação Sul-Sul operaria como narrativa de legitimação de atuação análoga à historicamente identificada no eixo Norte-Sul (Almeida, 2022; Maestri, 2025). Outras leituras, por suas vezes, recusam essa qualificação, identificando na China traços que a distinguiriam do capitalismo ocidental, ao passo que Almeida (2022) propõe que essa tensão se resolve de forma

mais coerente pela hipótese de uma bipolarização interimperialista, na qual China e Estados Unidos, embora rivais, compartilhariam a mesma lógica estrutural de expansão do capital.

À luz desta perspectiva, entende-se a importância da compreensão destes fatores à medida que tal disputa determina as categorias com as quais se examina o papel da *Belt and Road Initiative* na América Latina e, por extensão, as possibilidades e os limites da inserção regional no processo de transição hegemônica em curso. A literatura revisada por Gremaud e Gomes (2021), nesse viés, aponta para uma consciência crescente dessa tensão entre os enquadramentos disponíveis, sem que qualquer deles tenha conseguido se impor definitivamente no campo acadêmico — lacuna que, por sua vez, aponta para a necessidade de um aparato teórico capaz de articular a análise das transformações sistêmicas de longa duração com o exame das forças sociais internas que as mediam. Sendo assim o presente trabalho procura se posicionar nessa lacuna identificada, buscando interrogar em que medida a BRI e os demais instrumentos de inserção geoeconômica chinesa na região contribuem para a sedimentação das bases materiais e institucionais de uma transição hegemônica — tarefa para a qual a articulação entre os ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi (2013) e a teoria gramsciana-coxiana dos blocos históricos faz-se indispensável.

Tendo em vista os fatores supracitados, a pertinência acadêmica e política do presente tema se dá tanto na escala dos fenômenos observados quanto nas lacunas identificadas na literatura disponível. Do ponto de vista empírico, o comércio entre a China e a América Latina e o Caribe cresceu mais de 30 vezes em menos de duas décadas, com o país asiático tornando-se o principal parceiro comercial da Argentina, do Brasil, do Chile, do Peru e do Uruguai, e concentrando 17% do comércio regional de bens em 2023 — contra menos de 2% no ano 2000 (CEPAL, 2025; Laufer, 2024a). Concomitantemente, os Investimentos Estrangeiros Diretos chineses na região totalizaram mais de 129 bilhões de dólares em projetos de infraestrutura entre 2005 e 2024, num movimento que impacta diretamente as cadeias produtivas regionais, os arranjos de integração sub-regional e a autonomia política dos Estados latino-americanos (CEPAL, 2025).

Do ponto de vista teórico, a literatura sobre as relações sino-latino-americanas anteriormente explicitada já dispõe de uma tradição crítica considerável que abarca questões atreladas às assimetrias estruturais dessa

relação, perpassando por análises dos padrões de comércio e investimentos chineses na América Latina e o Caribe e compreendendo a revisão de Gremaud e Gomes (2021) — que identificou a tensão entre leituras otimistas e pessimistas sobre o "efeito China" na região, sem que nenhum destes campos analíticos divergentes tivesse conseguido se sobressair enquanto consenso geral. Com isso, constata-se a consolidação de um acervo crítico sobre o qual o presente trabalho se constrói, entendendo que tais disposições construídas nas vertentes latino-americanas de produção de conhecimento direcionam-se a análises que se preocupam em entender os mecanismos de poder que explicam o contexto aqui considerado.

Entretanto, vale apontar como contribuição ao campo teórico o emprego de um escopo analítico específico, articulado aos marcos interpretativos arrighianos e coxianos, aplicando-os à perspectiva comparada da manifestação de tais movimentações multidimensionais no subcontinente, possibilitando situar os vinte e três países signatários da BRI como manifestações territorializadas de um processo de construção de bloco histórico que opera simultaneamente na base material e na superestrutura ideológica e institucional. A América Latina, nesse sentido, no que diz respeito às ambições do presente trabalho, é entendida como um laboratório para a observação dos mecanismos pelos quais a pretensão hegemônica chinesa se materializa, ou encontra resistências, em escala regional.

Acrescenta-se a isso o contexto geopolítico específico do momento em que o trabalho se insere, considerando que a escalada da competição sino-estadunidense, expressa em disputas tarifárias de grande magnitude, em estratégias de contenção militar e no debate crescente em torno do *decoupling* tecnológico e financeiro entre as duas potências, torna a análise da posição da América Latina nessa disputa uma questão de alta relevância. Nesse diapasão, tal processo de *decoupling* se enquadra na lógica da rivalidade que considera movimentos de desacoplamento tanto ofensivos — protagonizados por Washington mediante controles de exportação e imposições tarifárias — quanto defensivos, conduzidos por Beijing, no intuito de reduzir sua dependência tecnológica e produtiva em relação ao exterior (Laufer; Hellmund; Wimer, 2025).

Para a América Latina e o Caribe, essa dinâmica de desacoplamento cria um cenário no qual se observa o acoplamento dependente, condição na qual os países da região enfrentam pressões simultâneas de ambas as superpotências para alinhar

suas estratégias de desenvolvimento com as prioridades de cada polo em disputa, o que aprofunda sua vulnerabilidade e diminui as possibilidades de integração regional autônoma. A compreensão do papel do subcontinente na construção do bloco histórico contra-hegemônico articulado por Beijing é, portanto, uma contribuição necessária para o entendimento das tendências que moldarão a ordem internacional nas próximas décadas (Laufer; Hellmund; Wimer, 2025; Vyas, 2025; Wang, 2025).

Assim, a pergunta que rege o presente trabalho se dá a seguir: De que forma a *Belt and Road Initiative* e os demais instrumentos de inserção geoeconômica chinesa na América Latina e o Caribe contribuem para a sedimentação de um novo bloco histórico, no sentido gramsciano-coxiano do termo, e qual é o papel das forças sociais internas dos países latino-americanos nesse processo de construção da pretensão hegemônica da China?

A hipótese central que orienta a pesquisa sustenta que a inserção chinesa na América Latina e no Caribe, operada principalmente por meio da *Belt and Road Initiative*, dos tratados de livre comércio bilaterais e do Fórum China-CELAC, configura um processo multidimensional de construção hegemônica que atua tanto na base material — por meio da reconfiguração das cadeias produtivas, dos fluxos de investimento e da infraestrutura de escoamento de *commodities* — quanto na superestrutura — por meio da construção de consenso cultural, da paradiplomacia subnacional e da cooptação de intelectuais e grupos políticos. Esse processo, contudo, não opera de maneira uniforme, dado que enfrenta resistências internas originárias de frações da sociedade civil, de setores industriais ameaçados pela competição chinesa e de forças geopolíticas contrárias, especialmente a reação estadunidense. O resultado desse processo é entendido, pois, como um bloco histórico regional em formação, internamente heterogêneo e contraditório, cuja coesão ainda se encontra incompleta, mas cujas tendências estruturais são suficientemente observáveis para se constituírem em elemento central do processo de transição hegemônica em curso no sistema-mundo capitalista.

Nessa conjuntura, o objetivo geral da pesquisa é analisar de que modo a *Belt and Road Initiative* e os demais mecanismos de inserção geoeconômica chinesa na América Latina e no Caribe contribuem para o processo de transição hegemônica em curso no sistema-mundo capitalista, examinando tanto a dimensão material quanto a superestrutural desse processo, à luz das perspectivas teóricas de Giovanni Arrighi e Robert Cox.

Para a consecução do objetivo geral, definem-se os seguintes objetivos específicos:

- Examinar o aparato teórico dos ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi e a teoria das forças sociais e blocos históricos de Robert Cox, articulando ambos como marco analítico para a compreensão da ascensão chinesa e de sua projeção geoeconômica;
- Caracterizar a materialidade da ascensão chinesa em termos macroeconômicos e geopolíticos, situando o desenvolvimento do capitalismo de Estado chinês no contexto da reconfiguração produtiva e financeira global;
- Mapear a inserção comercial e financeira da China na América Latina e no Caribe, com ênfase nos tratados de livre comércio bilaterais e nas relações assimétricas deles decorrentes, bem como na institucionalização dessa relação por meio do Fórum China-CELAC;
- Mapear e analisar a presença da *Belt and Road Initiative* nos países latino-americanos e caribenhos signatários, identificando padrões de investimento, formas de inserção e especificidades nacionais que permitam uma leitura territorializada do fenômeno;
- Examinar o papel das forças sociais internas dos países latino-americanos na mediação, aceitação ou resistência à inserção chinesa, avaliando sua contribuição para a formação de um bloco histórico regional.

Em termos de metodologia, o presente trabalho insere-se na tradição da pesquisa qualitativa em Relações Internacionais, adotando como eixo epistemológico central a abordagem histórico-estrutural. Tal opção decorre da necessidade da compreensão da ascensão hegemônica chinesa e da inserção da *Belt and Road Initiative* na América Latina e no Caribe a partir de sua natureza enquanto fenômenos que se desdobram na longa duração e que se revelam quando analisados por meio das estruturas que os condicionam. A abordagem histórico-estrutural possibilita, nesse sentido, o entendimento de processos de maior amplitude sem ignorar especificidades que diferenciam as trajetórias nacionais e regionais. No plano epistemológico, o trabalho parte de uma premissa dialética, segundo a qual a realidade social se constitui na tensão entre estrutura e

superestrutura, bem como entre a organização política e produção ideológica que delas emergem e que as influenciam.

Quanto à sua natureza, adota-se a pesquisa de natureza pura, orientada à articulação teórico-analítica e à compreensão macroestrutural de processos históricos amplos. No que diz respeito aos seus objetivos, o trabalho articula três dimensões, iniciando-se pela dimensão descritiva, que se manifesta no mapeamento dos fluxos comerciais e de investimento entre a China e a América Latina e o Caribe, bem como na caracterização dos tratados de livre comércio bilaterais firmados e no levantamento territorializado da *Belt and Road Initiative* nos vinte e três países historicamente signatários, levando em consideração as especificidades dos acordos e os padrões predominantes de cooperação. Por sua vez, a dimensão explicativa é empregada com o intuito de compreender de que forma esses fenômenos materiais se articulam com os processos de construção de consenso, institucionalização multilateral e capilarização da influência chinesa nas sociedades nacionais — isto é, como as condições infra e superestruturais se combinam no processo de construção de um bloco histórico regional. Por último, a dimensão interpretativa perpassa todo o trabalho, na medida em que se busca interpretar os dados empíricos mobilizados à luz das categorias dos ciclos sistêmicos de acumulação, do bloco histórico, das forças sociais e da transição hegemônica, conferindo-lhes sentido no quadro geral da reconfiguração do sistema-mundo capitalista contemporâneo.

Ainda, o marco analítico que orienta esse processo interpretativo é constituído pela articulação entre a teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi e a teoria neogramsciana das forças sociais e dos blocos históricos de Robert Cox enquanto referenciais teóricos da Economia Política Internacional.

Em termos de procedimentos de coleta e sistematização das fontes, o trabalho apoia-se tanto na pesquisa bibliográfica quanto na pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica sustenta, por um lado, a construção do estado da arte das relações sino-latino-americanas e da *Belt and Road Initiative*, mobilizando literatura especializada de autores como Laufer (2024), Gremaud e Gomes (2021), e Mendonça, Filho e Oliveira (2021) como fontes secundárias de análise acadêmica. Por outro lado, conforme supracitado, a pesquisa bibliográfica almeja também a elaboração do referencial teórico mediante a leitura das obras de Arrighi (2007; 2013) e Cox (1981; 2007). Outrossim, a pesquisa documental visa respaldar empiricamente a análise aqui construída, com base em fontes secundárias que

compreendem relatórios técnicos e bases de dados sistematizadas de organismos internacionais de referência — como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2025), o Banco Mundial (2025) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2025) —, assim como os levantamentos do Centro de Finanças Verdes e Desenvolvimento da Universidade Fudan (Nedopil, 2025; 2026) e os dados tratados da plataforma AidData (2023) sobre fluxos de financiamento chinês na região.

No que concerne ao desenho da pesquisa, o trabalho adota um *design* qualitativo histórico-comparado — histórico porque analisa processos que se desdobram na longa duração, desde os ciclos de acumulação que pavimentaram a emergência do capitalismo de Estado chinês até a evolução das relações sino-latino-americanas no curso das últimas décadas, e comparado porque emprega o método de levantamento comparado para analisar a presença da BRI nos vinte e três países signatários. A análise das forças sociais internas mobiliza, por sua vez, uma abordagem que articula os planos macropolítico e micropolítico, conjugando-os com a perspectiva coxiana que entende a formação do bloco histórico como processo que se constrói a partir do plano doméstico.

No plano analítico, o trabalho se vale da análise qualitativa de fontes por meio da qual as evidências extraídas dos relatórios de organismos internacionais, bases de dados de monitoramento financeiro e da literatura acadêmica especializada já mencionadas são interpretadas por meio de triangulação de fontes, à luz das categorias analíticas que compõem o marco teórico da pesquisa. Nesse sentido, a hipótese aqui construída é avaliada a partir da articulação das evidências empíricas reunidas ao longo do trabalho e corroborada em suas delimitações gerais, considerando, concomitantemente, as nuances e contradições internas inerentes ao processo analisado.

Quanto à divisão sistemática do presente trabalho, tem-se sua organização em quatro capítulos, articulados em torno do argumento central sobre o papel da América Latina na construção da pretensão hegemônica chinesa. O primeiro deles estabelece os fundamentos teóricos e históricos que sustentam a análise subsequente, partindo dos ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi para examinar as condições estruturais que levaram ao surgimento de um novo polo de acumulação no Leste Asiático, articulando essa perspectiva ao conceito gramsciano-coxiano de bloco histórico e ao exame do capitalismo de Estado chinês

em sua lógica de autonomia, planejamento e projeção geoeconômica, culminando na análise da BRI como principal instrumento de forja institucional desse bloco contra-hegemônico. Por sua vez, o segundo capítulo desloca o eixo para a dimensão econômica, examinando as relações comerciais entre a China e a América Latina e o Caribe por meio dos fluxos comerciais e de investimento bilaterais, dos tratados de livre comércio firmados com países da região e da institucionalização dessa relação pelo Fórum China-CELAC.

Na sequência, o terceiro capítulo oferece um mapeamento da presença da BRI nos 23 países historicamente signatários — dos quais 22 mantêm atualmente Memorandos de Entendimento de entrada na iniciativa vigentes, após a saída do Panamá, em 2025 —, passando pelas experiências nacionais de maneira comparada e identificando os padrões de investimento predominantes e as especificidades dos acordos firmados, avaliando em que medida a iniciativa reforça ou contradiz as tendências de assimetria centro-periferia delineadas no capítulo anterior. Por fim, o quarto capítulo passa para o exame dos mecanismos pelos quais a influência chinesa se insere nas sociedades nacionais, organizando-se em torno de duas dimensões complementares, a superestrutural e a infraestrutural, demonstrando que a formação do bloco histórico regional ainda se configura como processo em construção, internamente contraditório e sujeito a resistências que impõem limites ao avanço da projeção chinesa no subcontinente.

1. A ECONOMIA POLÍTICA DA TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA: O SISTEMA-MUNDO E O ASCENSO CHINÊS

O presente capítulo adota como marco analítico a teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação, conforme formulada pelo economista italiano Giovanni Arrighi, articulando-a com as ideias gramscianas de transição de hegemonia expostas por Robert Cox, em conjunção com os processos históricos de ascensão econômica chinesa. Metodologicamente, parte-se de uma abordagem histórico-estrutural, que privilegia a longa duração e a análise das transformações nos padrões de acumulação, financeirização e reorganização geopolítica. Tal opção permite situar a ascensão chinesa como momento de reconfiguração sistêmica, inserido na lógica de transição hegemônica do capitalismo histórico.

A base teórica para essa leitura está na obra de Giovanni Arrighi (2013), que, em suas disposições sobre as engrenagens do capitalismo histórico, postula que a ascensão e queda das hegemônias globais não ocorrem somente pelo exercício militar, sendo guiadas por ciclos sistêmicos de acumulação de capital. Com isso, a dinâmica inerente a esses ciclos desdobra-se em duas fases principais: uma fase inaugural de expansão material, na qual a potência hegemônica fomenta o crescimento ancorado na produção industrial e no controle do comércio global; e uma subsequente fase de expansão financeira, em que a superacumulação de capitais gera rendimentos decrescentes no setor produtivo, forçando o excedente econômico a migrar para o rentismo e especulação (Arrighi, 2013; Todescato, 2019). É justamente no ponto de saturação desta última fase, caracterizada por crises de lucratividade e instabilidade geopolítica, que emergem as crises sinalizadoras do final deste ciclo, indicando que a hegemonia declinante esgotou sua capacidade de organizar a economia-mundo.

Aplicando esse panorama teórico à conjuntura hodierna, compreende-se que os Estados Unidos adentraram sua fase terminal de hiperfinanceirização a partir da década de 1970, culminando na desassociação do dinamismo econômico estadunidense de sua histórica base manufatureira para o setor de serviços financeiros globais (Arrighi, 2007). Em concomitância a esse declínio produtivo no centro do sistema, o leste asiático, liderado pelas diretrizes desenvolvimentistas de Beijing, foi posicionado como o receptor da reestruturação produtiva e dos investimentos transnacionais. Portanto, o chamado 'milagre econômico' chinês —

assentado na transformação do país na principal plataforma manufatureira do mundo — representa, sob a perspectiva histórico-estrutural, a consolidação das bases materiais que sinalizam o deslocamento do centro dinâmico do sistema capitalista em direção à Ásia Oriental (Arrighi, 2007; Rodrigues; Martins, 2020).

Para Todescato (2019), o teórico da corrente do Sistema Mundo, Giovanni Arrighi, trabalha com a ideia de equilíbrio de poder internacional de acordo com as ideias de interdependência econômica, advindas de uma relação de disputa entre os atores de destaque do sistema capitalista contemporâneo. Por conseguinte, a ideia de hegemonia de Arrighi parte da mesma lógica de análise do equilíbrio de poder do Realismo, entendendo como ponto chave a complexidade dos vínculos de domínio e subordinação, que deixam de ser única e exclusivamente de um grupo social — assumindo os aparatos estatais — sobre outros e passam a se manifestar por meio do controle da economia global por parte de um grupo nacional específico (Todescato, 2019).

Assim, Giovanni Arrighi, em sua análise dos ciclos sistêmicos de acumulação, postula a ideia supramencionada de que o capitalismo tem seus desdobramentos expressos intrinsecamente em ciclos de expansão econômica que culminam consequentemente em crises e na alteração das posições de poder internacionais (Arrighi, 2013). O teórico argumenta que cada ciclo é caracterizado por uma potência hegemônica que, em sua fase de apogeu, estabelece a ordem econômica e política global, destacando que a transição hegemônica, nessa lógica, não se trataria de um fenômeno linear, marcando-se enquanto processo cíclico que envolveria a emergência de novas potências que, por sua vez, reconfiguraram as relações sociais, políticas e econômicas globais.

Esses ciclos representam uma reorganização da divisão internacional do trabalho sob uma nova liderança mundial. Em termos históricos o autor argumenta que houve quatro ciclos sistêmicos seguidos de três hegemonias mundiais. O primeiro foi o ciclo genovês, do qual criou as bases para a ampliação do capital e do comando internacional; o segundo foi o ciclo holandês que marcou a Holanda como primeira liderança mundial em termos de controle dos mercados; o terceiro foi o ciclo britânico, cuja peculiaridade hegemônica se assentava na capacidade produtiva e imperial do Reino Unido; por último há o ciclo americano para o qual o poder bélico e a integração vertical de produção, colocaram os Estados Unidos como liderança internacional (Todescato, 2019, p. 103).

À vista disso, pode-se inferir — a partir da lógica de Arrighi expressa por Todescato (2019) — que o processo de expansão político-econômica chinesa observado a partir do início dos anos 2000 pode ser compreendido como um novo

ciclo de acumulação inicial, no qual o país desafiaria a hegemonia estadunidense, implicando na redefinição das relações de poder observadas na hodiernidade e no estabelecimento de novos paradigmas, distintos daqueles estabelecidos nos últimos séculos pelos hegemons ocidentais.

O problema nas relações sino-estadunidenses no início do século XXI já não é o acesso comercial dos Estados Unidos à China, mas sim que esta última substituiu os Estados Unidos como a economia de crescimento mais rápido do mundo e busca um acesso comercial aos Estados Unidos igual ao de outros países. Parafraseando a metáfora de Hay, o problema não é apenas que o centro do turbilhão mundial tenha se deslocado para a China, algo que hoje é ainda mais verdadeiro do que há um século; o problema é a percepção generalizada nos Estados Unidos de que um “turbilhão vermelho” centrado na China, como dizia Lou Dobbs em seu programa de 27 de junho de 2005 na CNN, “estava chegando às nossas costas e batendo às nossas portas” (Arrighi, 2007, p. 292, tradução nossa).

Assim, a financeirização crescente da economia estadunidense, especialmente a partir da década de 1970, constitui elemento central daquilo que Arrighi (2013) denomina fase terminal de um ciclo sistêmico de acumulação, dada a perda de dinamismo industrial inerentemente associada a tal processo, quando ocorre de maneira dissociada da base produtiva. Nesse contexto, a China emerge como principal receptora da realocação produtiva global, convertendo-se em núcleo manufatureiro e posteriormente tecnológico do sistema-mundo. Tal movimento sinaliza o eventual início de um novo ciclo marcado, nesse caso, pelo surgimento de Beijing enquanto ator de destaque, com a substituição geográfica da produção e a reconfiguração do centro dinâmico da acumulação global.

É em tal linha de raciocínio que pode ser entendido um dos principais pontos de consideração em referência aos ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi, pautado na instabilidade inerente aos períodos de crise e decaimento da velha hegemonia e ascensão do novo hegemom. Segundo o autor, tais períodos são marcados por crises políticas e econômicas e desestabilização da ordem internacional em geral, o que abre espaço para o surgimento de diversos atores que buscam reposicionar-se positivamente na balança de poder, ou tornarem-se novas potências, dando luz a um complicado e difuso processo de competição e reestruturação sistêmica de difícil análise dividido, por ele, entre períodos de expansão hegemônica, crise hegemônica e caos sistêmico (Arrighi, 2007; Todescato, 2019; Rodrigues; Martins, 2020).

[...] antes que a humanidade se asfixie (ou se deleite) nas masmorras (ou no paraíso) de um império global centrado no Ocidente ou em uma sociedade de mercado global centrada na Ásia Oriental, “poderia muito bem arder nos

horrores (ou nas glórias) da escalada de violência que acompanhou a liquidação da ordem mundial da Guerra Fria” (Arrighi, 2007, p. 15, tradução nossa).

A compreensão abrangente das transições hegemônicas exige, todavia, ultrapassar os limites analíticos do determinismo econômico e material. Se, por um lado, Arrighi (2013) delinea a anatomia produtiva e financeira do declínio sistêmico ocidental e do acúmulo de excedentes de poder em Beijing, faz-se necessário também compreender a estratégia chinesa atrelada ao processo de construção da legitimação diplomática e ideológica de sua ascendência no sistema internacional. Em outras palavras, a capacidade material, por si só, não é capaz de construir uma nova hegemonia caso não venha acompanhada do consentimento dos Estados subalternos. Nesse sentido, mobiliza-se a perspectiva crítica de Robert W. Cox que, baseada no pensamento sociológico de Antonio Gramsci, postula que a consolidação de uma liderança hegemônica global decorre da habilidade de um Estado central em construir um bloco histórico. Para o autor, uma hegemonia instaura-se quando a potência emergente consegue criar uma rede de significados, normas institucionais e promessas de progresso nas quais as demais nações veem como possível atingir seus próprios interesses nacionais em consonância com as diretrizes do novo centro de poder (Cox, 1981; Silvestre, 2019).

À luz desta perspectiva, Silvestre (2019) afirma que Cox entende a ideia de hegemonia a partir da prática legitimada do poder categorizada por meio do contexto e das prioridades observadas em um determinado momento, podendo oscilar entre o uso de influência por meio do convencimento possibilitado pelo uso de aparatos de influência retórica, de instituições, entre outros, e o emprego de instrumentos de força e violência. De maneira geral, a perspectiva coxiana entende o poder hegemônico como a capacidade de alterar a realidade e suas concepções, exercendo influência sobre as regras que regem o sistema internacional por meio da busca por consenso e não apenas pela imposição da força, ponto que abordagens teóricas mais ortodoxas e o próprio senso comum tendem a confundir, como alerta Silvestre (2019) ao resgatar essa diferenciação:

[Muitas vezes] A noção de hegemonia [...] acaba sendo apresentada, erroneamente, como sinônimo de “imperialismo”. Império e hegemonia possuem como ponto comum o exercício de uma liderança, porém, o que os difere é justamente a forma, a finalidade e os mecanismos utilizados para que tal liderança seja exercida. O que se entende como império apoia-se, completamente, na coerção militar e uma organização geográfica centralizada. Já a hegemonia, conforme AGNEW (2005, p.2), envolve “a

participação de outros no exercício do seu próprio poder, convencendo, bajulando ou coagindo-os a querer aquilo que você quer”, funcionando de forma mais difusa (Silvestre, 2019, p. 5).

Em vista disso, para Cox, a hegemonia se expande para além de âmbitos que envolvam exclusivamente a dominação militar ou econômica, incluindo na análise a construção de consensos ideológicos e a institucionalização de normas que legitimam essa dominação (Cox, 1981). Essa lógica resgata a visão gramsciana das instituições e de seu papel na consolidação das distintas formas de hegemonia presentes em contexto nacional e internacional, de acordo com o teórico:

Há uma conexão próxima entre institucionalização e o que Gramsci chamou de hegemonia. As instituições fornecem maneiras de lidar com conflitos de modo a minimizar o uso da força. Há um potencial de execução nas relações de poder materiais subjacentes a qualquer estrutura, em que os fortes podem derrotar os fracos se acharem necessário. Mas a força não terá que ser usada para garantir o domínio dos fortes na medida em que os fracos aceitem as relações de poder prevaletentes como legítimas. Isso os fracos podem fazer se os fortes virem sua missão como hegemônica e não meramente dominante ou ditatorial, isto é, se estiverem dispostos a fazer concessões que garantam a aquiescência dos fracos em sua liderança e se puderem expressar essa liderança em termos de interesses universais ou gerais, em vez de apenas servir a seus próprios interesses particulares. As instituições podem se tornar a âncora para tal estratégia hegemônica, uma vez que se prestam tanto às representações de interesses diversos quanto à universalização da política (Cox, 1981, p. 219, Tradução nossa).

Tendo sido aclarado o conceito de hegemonia para Cox, ele agrega à discussão a ideia de que a hegemonia é mantida por meio de um bloco histórico, que — tratando-se de um conjunto formado pelas diversas formas pela qual a dominação e hegemonia se expressam — engloba tanto as elites econômicas e governamentais, quanto os atores não estatais que promovem os interesses do hegemom (Cox, 2007).

O bloco histórico é um conceito dialético no sentido de que seus elementos interativos criam uma unidade maior. Gramsci expressou esses elementos interativos às vezes como o subjetivo e o objetivo, às vezes como superestrutura e estrutura. Estruturas e superestruturas formam um "bloco histórico". Ou seja, o complexo conjunto contraditório e discordante das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. A justaposição e as relações recíprocas das esferas de atividade política, ética e ideológica com a esfera econômica evitam o reducionismo. Evita reduzir tudo à economia (economismo) ou às ideias (idealismo) (Cox, 2007, p. 167, Tradução nossa).

Sob essa ótica, constata-se que a existência de um bloco histórico é indissociável de um grupo dirigente dotado de aspirações hegemônicas. Conforme Cox (2007) postula, essa estrutura surge com o intuito de consolidar tal liderança, operando por meio de redes que articulam a propagação cultural, a produção

intelectual, a difusão tecnológica e a institucionalização de organizações. Portanto, depreende-se que é através da consolidação desse contexto integral, que articula tanto a base material quanto o consenso superestrutural, que uma potência com aspirações hegemônicas confere estabilidade e coerência a seu projeto, possibilitando, assim, a construção do caminho que nos permitirá analisar como o Estado chinês passa a instrumentalizar o seu próprio modelo na busca por essa centralidade sistêmica.

1.1. CAPITALISMO DE ESTADO CHINÊS: AUTONOMIA, PLANEJAMENTO E PROJEÇÃO GEOECONÔMICA

A partir de tal compreensão, o processo de emergência da RPC como potência global ao longo das últimas décadas pode ser lido enquanto produto histórico dos processos de planejamento interno advindos de uma correlação de forças nacionais, na qual os interesses da burocracia governante e os de uma burguesia corporativa em expansão convergem em torno de um projeto de acumulação e projeção geoeconômica de longa duração (Arrighi, 2007; Wimer; Hellmund, 2020). O popularmente denominado capitalismo "à la chinesa" expressa, nesse sentido, a predominância, em dado momento histórico, de uma fração dirigente que instrumentaliza os mecanismos do Estado — entre os quais os Planos Quinquenais são entendidos como dispositivos de direcionamento setorial — para consolidar setores estratégicos e ampliar a presença do capital chinês nos fluxos produtivos e financeiros globais, de acordo com os interesses dessa coalizão dominante (Neto, 2024; Laufer; Wimer, 2024). Nessa lógica, as especificidades que podem ser observadas em relação às potências ocidentais são interpretadas como resultado das condições históricas particulares nas quais a acumulação chinesa se consolidou, com o aparato estatal operando como meio no qual a construção de processos domésticos multimodais são canalizados externamente em um contexto de inserção progressivamente disputada no sistema-mundo (Arrighi, 2007).

Nesse contexto, o crescimento econômico chinês se estrutura em torno de três eixos interdependentes, conforme Neto (2024) descreve, sendo eles a autonomia decisória do Estado, o planejamento centralizado via Planos Quinquenais e o controle estratégico dos setores considerados críticos para o desenvolvimento nacional (Neto, 2024). Primeiramente, a autonomia é delimitada de forma a englobar

a “capacidade de formular políticas públicas sem interferência externa, resguardando os interesses do desenvolvimento interno e da estabilidade social” (Neto, 2024, p. 17), perpetuando-se, nesse sentido, em todas as esferas do poder público e privado chinês, além de também referir-se ao incentivo governamental do consumo interno, para que — cada vez mais — a economia chinesa deixe de depender em alta medida das exportações como meio único de garantir seu crescimento econômico (Neto, 2024).

Por sua vez, o braço do planejamento centralizado, executado através de Planos Quinquenais, corrobora para o direcionamento, por parte do governo, do desenvolvimento industrial nacional para setores de alto valor agregado, como o eletrônico, automotivo e de *software*, caracterizando a indústria nacional em setores competitivos internacionalmente e que garantem autossuficiência para outros setores e esferas direta ou indiretamente associados à tais por meio de metas periódicas a serem alcançadas por tais setores (Neto, 2024).

Para o caso do modelo chinês, o planejamento é igualmente caracterizado por uma abordagem pragmática, que combina controle estatal com abertura ao mercado. Hirschman (1958) observa que o desenvolvimento econômico sob um planejamento centralizado pode ser mais eficiente em países com economias em transição, como a China, pois permite o redirecionamento de recursos de forma rápida para setores prioritários. Esse sistema, adotado pelo governo chinês, busca equilibrar o crescimento com a estabilidade social, ampliando o acesso a benefícios e mitigando as desigualdades regionais, um dos desafios enfrentados pelas nações em desenvolvimento (Neto, 2024, p. 18).

Finalmente, o ramo do controle se expressa no direcionamento de atenção governamental para o monitoramento do desenvolvimento nacional, entendendo como fator indispensável para a métrica a sustentabilidade nas áreas em crescimento e a mitigação e solução de desafios internos (Neto, 2024).

No caso chinês, esse controle se manifesta no monitoramento de setores estratégicos, como finanças, infraestrutura e tecnologia, onde o Estado busca proteger a economia de externalidades. Essa influência direta do Estado também é um meio de garantir que o desenvolvimento econômico seja sustentável e inclusivo. Segundo Lardy (2019), o Estado chinês mantém um sistema de regulamentação que visa não apenas o crescimento, mas também a distribuição justa dos benefícios econômicos, investindo em áreas como saúde, educação e seguridade social. Essa abordagem busca evitar os efeitos negativos de um crescimento descontrolado, promovendo a integração de todas as regiões e classes sociais no processo de desenvolvimento. Ao direcionar os recursos para esses setores, o governo assegura que o crescimento econômico não ocorra às custas de desigualdades sociais extremas, garantindo um modelo de desenvolvimento equilibrado (Neto, 2024, p. 19).

Ainda, o investimento maciço em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e infraestrutura, incluindo parcerias público-privadas, é central para essa estratégia, considerando o posicionamento da China como líder em 57 das 64 tecnologias essenciais globais, que se reflete na clara mudança na pauta de exportação para produtos de maior complexidade tecnológica, possibilitada exclusivamente por meio do investimento em tais setores estratégicos desde a base dos processos de manufatura: a pesquisa e o desenvolvimento do conhecimento técnico-científico (CEPAL, 2025; Neto, 2024). Em termos teóricos, o modelo chinês é visto sob a luz da dinâmica smithiana, focada no crescimento impulsionado pela ampliação do mercado limitado pelo quadro social e institucional — de alto nível burocrático e estrutural, dada a planificação de tais âmbitos supramencionada (Arrighi, 2007).

No que tange à maneira como a estratégica chinesa se consolida internacionalmente e é lida e respondida em âmbito externo, não se pode negar que a rivalidade sino-estadunidense é hoje a principal linha de fratura no sistema internacional (Wimer; Hellmund, 2020). Essa rivalidade pode ser traçada desde os primórdios da atual configuração política chinesa, logo após a retirada do Kuomintang (KMT), partido ultranacionalista em controle prévio do território chinês, para Taiwan — com o final da Revolução Chinesa, em 1949, expressa na vitória do Exército de Libertação Nacional, do Partido Comunista Chinês e na declaração oficial da República Popular da China (RPC) —, o governo de Chiang Kai-shek (蔣介石 / Jiang Jieshi) na ilha foi reconhecido pela vasta maioria das nações do Sistema Internacional como o único governo legítimo da China. Assim, Taiwan — autodeclarado República da China (ROC) — ocupou, entre 1949 e 1971, a cadeira da China no Conselho de Segurança da ONU e representou o país na Assembleia Geral e em demais agências e órgãos de cooperação internacional e governança global (Dalbosco, 2022). Tal reconhecimento inicial da ROC pode ser considerado uma consequência direta do anticomunismo da Guerra Fria e da estratégia de contenção dos EUA — que buscaram limitar ao máximo a relevância internacional de atores oficialmente identificados enquanto comunistas —, bem como da priorização por parte de Beijing em voltar sua atenção à temáticas de interesse nacional mais urgentes, como a reestruturação político-econômica interna, questões fronteiriças, dentre outras (Dalbosco, 2022; Fairbank, 1997).

Sem embargo, tal situação passou por drásticas mudanças com a aprovação da Resolução 2758 da ONU em 1971, que reconheceu a RPC como a legítima

representante da China no Sistema Internacional (Dalbosco; Wimer, 2024). Essa mudança veio como consequência das políticas de relativa liberalização e abertura econômica adotadas pela RPC no início da década de 1970, com a chegada de Dèng Xiǎopíng (邓小平) à presidência da Comissão Militar Central da China — enquanto, para todos os efeitos, liderança máxima do país até 1989 — que permitiu à Beijing a obtenção de posições mais favoráveis na ordem internacional bipolar da época, bem como com o fim da “Pax Americana” e do consenso de Washington. Sob essa lógica, a supracitada resolução das Nações Unidas foi seguida pelos Estados Unidos, sob o governo de Richard Nixon, que iniciaram mudanças positivas no que tange à suas relações com a RPC, culminando no reconhecimento diplomático completo do país em 1979 (Dalbosco; Wimer, 2024; Laufer; Wimer, 2024).

É importante ressaltar, porém, que apesar do reconhecimento da RPC, os Estados Unidos mantiveram seu apoio econômico e militar a Taiwan, incluindo vendas em alta medida de armamentos e aparatos bélicos, bem como a manutenção de proximidade e boas relações políticas e econômicas com Taiwan e seus aliados diplomáticos remanescentes (Dalbosco; Wimer, 2024).

[...] en el marco del sistema capitalista, cuanto mayor es la participación y el peso relativo de un país en el mercado mundial, más activa se vuelve en la búsqueda de vínculos diplomáticos, desarrollando diferentes elementos que presionan para su establecimiento. En este sentido coincidimos que el mercado mundial actúa como imperativo categórico de las relaciones internacionales, reconfigurando los escenarios y estableciéndose nuevos vínculos en relación dialéctica a la capacidad de cada Estado y de su lugar en dinámica global (Wimer; Dalbosco, 2020, p. 30).

Nesse contexto de reconfiguração das dinâmicas globais, a inserção da RPC no mercado mundial pôde ser observada mais intensamente a partir do final da década de 1970, impulsionada pelas reformas de Dèng Xiǎopíng. Distanciando-se da primazia ideológica e da luta de classes que marcaram o período maoísta, o governo instituiu a política de abertura e estabeleceu as Quatro Modernizações, diretrizes focadas no desenvolvimento da agricultura, da indústria, da ciência e tecnologia e da defesa nacional, sob a premissa de que o progresso interno dependia fundamentalmente da absorção de capital e inovações provenientes do exterior (Fairbank, 1997). Assim sendo, a transição para o que a liderança chinesa passou a denominar como economia socialista de mercado ocorreu de forma estritamente gradualista, integrando os mecanismos de concorrência e especialização mercantil sem abdicar da forte orientação estatal, uma via de

desenvolvimento que contornou as terapias de choque adotadas em outros países socialistas e evitou instabilidades profundas como o desemprego em massa (Arrighi, 2007).

A nomenclatura adotada pela liderança chinesa para descrever esse processo, contudo, segue como objeto de debate entre estudiosos do tema, que apresentam pontos de vista diversos quanto ao entendimento de quanto o qualitativo “socialista” se aplica, de fato, a sua estruturação, disposição e atuação interna e externa. Romero Wimer e Hellmund (2020) entendem que as reformas inauguradas por Dèng Xiǎopíng equivaleram ao abandono das bases do projeto maoísta, de modo que a titulação “socialismo com características chinesas” cumpriria função majoritariamente discursiva, voltada a legitimar a inserção do país nos circuitos do mercado mundial a partir da exploração de sua força de trabalho assalariada e da atração de capitais transnacionais. Ainda, situa-se também essa leitura no próprio processo de reforma e abertura, iniciado em 1978, no qual se observa a origem de relações sociais de produção já capitalistas, ocultas sob o rótulo da economia socialista de mercado (Laufer; Wimer, 2024). Em direção próxima, Laufer (2024b) compreende esse cenário sob a categoria de capitalismo de Estado, descrevendo o protagonismo de megacorporações como a estatal COFCO no setor alimentar como evidência de que as grandes empresas públicas chinesas, mesmo hierarquicamente subordinadas às diretrizes de Beijing, perseguem metas de capitalização equiparáveis às de demais conglomerados privados ocidentais, ainda que orientada para a garantia da soberania e segurança alimentar do governo central.

Arrighi (2007), por sua vez, problematiza essa equivalência direta entre expansão mercantil e consolidação capitalista, sustentando que a principal condição para a confirmação do modelo capitalista de produção, a dissociação completa entre os produtores diretos e seus meios de produção, permaneceria incompleta no caso chinês, já que o Estado manteve sob controle a propriedade coletiva das terras rurais, bem como o sistema financeiro nacional, entendendo, assim, a China como uma economia de mercado ainda não inteiramente capitalista. Gao Mobo (2024) converge parcialmente com essa ponderação, não equiparando a atuação chinesa ao padrão imperialista ocidental a partir do argumento de que o capital estatal chinês incorpora a sua atuação em termos de inserção internacional de longo prazo que o distinguiria da urgência por lucro de curto prazo característica das corporações transnacionais ocidentais, conferindo-lhe maior flexibilidade negocial junto aos

países parceiros. Nessa lógica, é importante ressaltar que esse pode ser entendido como um traço marcante da estratégia de projeção chinesa, dado que a pretensão hegemônica do Estado raramente se explicita enquanto tal, sendo ocultada retoricamente sob discursos de cooperação de ganho mútuo, retórica que ambas as vertentes de interpretação político-econômica chinesa aqui apresentadas reconhecem como particularidade da forma pela qual Beijing projeta seus interesses no sistema internacional.

Dado o esclarecimento, para atrair os investimentos externos de forma produtiva, por sua vez, o Estado chinês promoveu uma reestruturação espacial estratégica de sua economia, direcionada principalmente à criação das Zonas Econômicas Especiais ao longo da região costeira. Esse planejamento territorial conferiu maiores vantagens em termos de organização e uso estratégico de seus atributos geodemográficos e sua disponibilidade de força de trabalho, permitindo sua maior integração nas redes do comércio internacional (Monteiro Neto, 2005). Consequentemente, o final do século XX presenciou um crescimento econômico chinês de proporções inéditas, tornando a nação um centro altamente dinâmico da economia global, que se consolidou oficialmente na virada do milênio, com a entrada oficial da RPC na Organização Mundial do Comércio em 2001 e integração oficial do país ao mercado mundial (Monteiro Neto, 2005; Arrighi, 2007).

O principal vetor desse ascenso econômico se encontrava na competência chinesa em utilizar-se de tais instrumentos do capitalismo contemporâneo a favor de seus interesses, utilizando a abertura de mercado e a atração de empresas transnacionais como catalisadores para a consolidação e o fortalecimento do Estado nacional (Monteiro Neto, 2005). Ao dominar essa dinâmica de expansão e alcançar maiores níveis de acumulação de riqueza e desenvolvimento infraestrutural, o país asiático rompeu com o ciclo de adversidades históricas iniciado no século XIX e se tornou o motor da ascensão econômica do “Oriente” (Arrighi, 2007).

Assim sendo, Beijing coloca-se enquanto o principal competidor de Washington, concentrando a competição na liderança da economia mundial, em termos econômicos, políticos, industriais, militares, comerciais, culturais, entre outros (Neto, 2024). Na lógica de tal disputa, o setor de semicondutores e *chips* de Inteligência Artificial torna-se uma das principais arenas dos embates contemporâneos, sendo expresso até mesmo na instituição de políticas por parte dos Estados Unidos e legislações específicas que visam o controle de exportações e

uso de tecnologia exclusiva para restringir o acesso chinês a estes tipos de chips, como o *Chips and Science Act*, promulgado em 2022, que busca impulsionar e fortalecer esse setor, em detrimento de seu rival asiático (Vyas, 2025). Em resposta, a China movimenta-se também para expandir o investimento em esforços nacionais de fabricação de *chips*, buscando a autonomia industrial e o desenvolvimento paralelo deste setor, amplamente dependente de matéria prima como lítio e metais de terras raras (Vyas, 2025).

Já em relação às questões que se apresentam como maiores desafios no contexto da disputa explicitada, a China enfrenta pressões deflacionárias e uma Recessão de Balanço Patrimonial, pautada na priorização da eliminação da dívida externa nacional e no estabelecimento de fundos e reservas nacionais sólidas. Para tal, o país recorreu a medidas fiscais extraordinárias, como a emissão de RMB 1,8 trilhão em títulos especiais do tesouro, elevando o déficit fiscal ampliado para 5,3% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, em uma aparente reversão para uma economia quase planificada para garantir a estabilidade e a autossuficiência tecnológica (Wang, 2025).

Outrossim, a escalada geopolítica — particularmente o risco de um bloqueio ou conflito no Estreito de Taiwan —, altamente presente dadas as movimentações contemporâneas e estado geral de securitização e tensionamento militar observados no Pacífico Sul e Mar do Sul da China, poderia desencadear pânico financeiro e sanções de emergência para o país ou aliados (Vyas, 2025). Ainda, as estratégias de contenção militar dos EUA, como o QUAD e o AUKUS, bem como a escalada tarifária — contando com projeções de tarifas cumulativas de até 164% sob a administração Trump (Wang, 2025) — são vistas como fatores que, conseqüentemente, consolidarão o *decoupling* — isto é, a ruptura estrutural sistêmica das interdependências financeiras, tecnológicas e comerciais consolidadas entre os Estados Unidos e a China — total no comércio bilateral e obrigarão a China a buscar fontes de suprimento seguras fora do controle ocidental, cenário no qual a aproximação do gigante asiático para com a América Latina e o Caribe se mostra como movimentação essencial no cenário geopolítico da disputa esclarecida (Vyas, 2025; Wang, 2025).

Trabalhando diretamente com tal conceito de *decoupling*, Laufer, Hellmund e Wimer (2025) argumentam que o desacoplamento e as estratégias de eliminação de riscos empregadas pela RPC e pelos EUA sinalizam a intensificação da dinâmica

capitalista global que instiga a competição por mercados, áreas de investimento e cadeias de suprimento de materiais críticos para o desenvolvimento industrial das potências. Nesse sentido, o fenômeno apresenta tanto uma dimensão ofensiva, protagonizada pelos Estados Unidos por meio de controles de exportação, listas negras de empresas, restrições ao investimento de corporações americanas na China, tarifas punitivas e construção de blocos econômico-estratégicos exclusivos; quanto uma dimensão defensiva, conduzida por Beijing por meio de iniciativas como a Inovação Indígena Chinesa 2009 e Made in China 2025, que estabelecem políticas industriais orientadas para o aumento da competitividade das empresas nacionais e a redução progressiva da dependência de tecnologias e insumos provenientes do exterior (Laufer; Hellmund; Wimer, 2025).

Para os países da América Latina e do Caribe, os efeitos dessa dinâmica de duplo desacoplamento são particularmente adversos, corroborando para a construção da condição de acoplamento dependente (*dependent coupling*), na qual os governos latino-americanos subordinam progressivamente as estruturas econômicas nacionais às necessidades de reprodução do capital chinês, ao mesmo tempo em que permanecem submetidos à pressão de Washington para que suas políticas externas se alinhem às prioridades do polo ocidental. Nesse quadro, portanto, a perspectiva aberta pela rivalidade inter-hegemônica acaba por construir cenários que podem dificultar a consolidação de autonomia para a região, apontando para ressalvas que dizem respeito ao aprofundamento de uma dependência multipolar — circunstância que reforça a necessidade de compreender os mecanismos pelos quais o projeto geoeconômico chinês se sedimenta na América Latina e produz forças sociais que o legitimam internamente (Laufer; Hellmund; Wimer, 2025).

Inserida na lógica da competição explicitada, a estratégia chinesa no cenário global é marcada pelo pensamento do *Shi*, adotado das postulações de Sun Tzu e definido como energia potencial atrelada à relação da coexistência combativa com os oponentes. O objetivo da China contemporânea, nesse sentido, seria concentrar poder relativo (勢) de forma paciente e indireta, manipulando as crises globais e aproveitando-se destas para avançar sua agenda de longo prazo (Kissinger, 2011).

Sun Tzu usa a palavra shi para essa qualidade, um conceito que não conhece correspondente ocidental. No contexto militar, shi designa a tendência estratégica e a “energia potencial” de uma situação em transformação, “o poder inerente no arranjo particular de elementos e [...] sua tendência de desenvolvimento”. Em A Arte da Guerra, a palavra

designa a sempre cambiante configuração de forças bem como sua tendência geral. Para Sun Tzu, o estrategista que domina o shi é semelhante à água fluindo colina abaixo, automaticamente encontrando o curso mais rápido e fácil. Um comandante bem-sucedido espera antes de se jogar de cabeça na batalha. Ele se esquia diante da força do inimigo; passa o tempo observando e cultivando mudanças na paisagem estratégica. Ele estuda os preparativos do inimigo e sua moral, poupa esforços e os define cuidadosamente, e joga com as fraquezas psicológicas de seu oponente — até enfim perceber o momento oportuno para atingir o inimigo em seu ponto mais fraco (Kissinger, 2011, p. 28).

Nessa lógica, faz-se necessário entender também como se dá a projeção de poder chinês nas organizações internacionais de forma geral, que ocorre — como um todo — de maneira desigual, manifestando-se de diferentes formas e intensidade, no que diz respeito aos diferentes tipos de poder teorizados por Barnett e Duvall e expressos por Haug, Foot e Baumann. De acordo com os teóricos, o Poder Compulsório — caracterizado e “mobilizado quando os atores exercem influência direta para promover seus interesses, frequentemente contra a resistência” (Haug; Foot; Baumann, 2024, p. 7, tradução nossa) — chinês é evidenciado pelo fato de a China ser o segundo maior contribuinte para a ONU, dotando-a da possibilidade de usar como instrumento coercitivo a ameaça de revogar financiamento para o desenvolvimento, bem como o acesso ao seu mercado interno.

Por outro lado, o Poder Institucional chinês — observado como “meio pelo qual atores condicionam a existência de outros, para além da coerção direta” (Haug; Foot; Baumann, 2024, p. 8, tradução nossa) — encontra-se em expansão, visível na associação da Iniciativa do Cinturão e Rota aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, na promoção de aproximação econômica com seus aliados e nos meios tradicionalmente entendidos enquanto ferramentas de exercício de consentimento por vias do campo dos ideais. Contudo, no que concerne seu Poder Produtivo — por sua vez entendido como “entendimentos, significados, normas, costumes e identidades sociais historicamente contingentes e mutáveis que possibilitam, limitam e aos quais se recorre para a ação” (Barnett; Duval, 2005 apud Haug; Foot; Baumann, 2024, p. 9, tradução nossa) — observa-se relativa limitação, encontrando certa resistência na redefinição de princípios liberais estabelecidos, como os de direitos humanos, mesmo com a retórica da Comunidade de Futuro Compartilhado Para a Humanidade levantada por Beijing e movimentação em

defesa da reforma dos organismos de governança internacional (Haug; Foot; Baumann, 2024).

Finalmente, a análise da projeção chinesa se completa com o entendimento do Poder Estrutural, definido a partir da ideia de que “trata de constelações nas quais 'a posição estrutural, A, existe apenas em virtude de sua relação com a posição estrutural, B'” (Haug; Foot; Baumann, 2024, p. 8, tradução nossa), referindo-se ao entendimento de que — no contexto das relações de poder nos mecanismos de governança — esse poder se expressa pela capacidade de moldar estruturas sociais e capacidades dos atores, determinando quem são e quais são seus interesses e capacidades (Haug; Foot; Baumann, 2024). Diferentemente do poder institucional, que opera através de regras existentes, o poder estrutural chinês manifesta-se na reconfiguração dessas regras sistêmicas, já que, ao posicionar-se como o centro manufatureiro e tecnológico, a China simultaneamente se coloca no tabuleiro do jogo das relações internacionais e altera a posição relativa dos demais jogadores — especialmente do Sul Global —, constituindo-os como parceiros interdependentes em um processo que traz o potencial de desafiar a dicotomia centro-periferia tradicionalmente dominada pelo Ocidente (Haug; Foot; Baumann, 2024).

Tendo sido compreendidas tais questões e como a China utiliza-se destas na busca do avanço de suas agendas, ademais de na legitimação de sua ascensão como potência reformadora da ordem internacional, as noções de poder estratégicas passam a ser instrumentalizadas enquanto ferramentas de política externa do país em discursos como o de Cooperação Sul-Sul e Cooperação de Ganho Mútuo. Tais discursos, baseando-se em preceitos como o pluralismo e a não-interferência, movimentam-se em direção à utilização de momentos oportunos para a aproximação com demais atores do Sistema Internacional. É nesse contexto em que o gigante asiático direciona-se para a utilização do oportuno ressentimento histórico da América Latina e Caribe contra o Ocidente e as históricas relações de dependência na dicotomia Centro-Periferia enquanto agentes facilitadores da aproximação chinesa do subcontinente, mobilizando-os nos termos de Cooperação Sul-Sul, por exemplo (Pedrozo, 2016; Lanteigne, 2024).

Nessa busca por uma reconfiguração sistêmica, a estratégia chinesa resgata o conceito milenar de *Tiānxià* (天下) — traduzido como "Tudo sob o Céu" —, que oferece uma cosmovisão alternativa à ordem westfaliana de Estados-nação em

competição anárquica na qual entende-se o próprio Sistema Internacional como um sistema civilizacional voltado para a harmonia e a coexistência, onde a legitimidade do poder central estaria conectada a sua capacidade de garantir a ordem e o bem-estar coletivo. Nessa lógica, na busca pelo fim das expressões de poder tradicionalmente observadas no tabuleiro global, tal sistema proporia uma estrutura inclusiva, na qual a China se projeta autodeclaradamente como potência benevolente com missão estabilizadora, buscando harmonizar os interesses internos com a estabilidade externa (Rodrigues; Martins, 2020).

Conjugando isso às delimitações de Cox, torna-se nítido que a revitalização do conceito de *Tiānxià* se dá no intuito de contribuir para a edificação do bloco histórico antagônico ao modelo neoliberal no Sul Global. Cox (1981) constata que as potências hegemônicas mais longevas da história foram aquelas capazes de ocultar seus interesses particulares em retóricas que neutralizassem a desconfiança de atores subalternos. Consequentemente, ao instrumentalizar o sistema *Tiānxià* nas chancelarias mundiais sob a ideia de "Comunidade de Futuro Compartilhado", a RPC adota uma estratégia de hegemonia cultural capaz de cumprir com tal requisito de forjar diretrizes globais dotadas de universalidade (Rodrigues; Martins, 2020; Haug; Foot; Baumann, 2024). Essa narrativa, projetada para aparentar-se destituída da lógica coercitiva outrora imposta pelo Consenso de Washington e pelas instituições de Bretton Woods, é o que confere à China o poder institucional para que as lideranças políticas e as burguesias domésticas da América Latina e do Caribe enxerguem legitimidade no novo eixo sinocêntrico.

A instrumentalização contemporânea do *Tiānxià* é entendida, portanto, como uma estratégia que coloca a transição hegemônica como um objetivo, porém de longa duração, na qual Beijing se apresenta como uma alternativa ao neoliberalismo financeirizado, conforme discorrem Rodrigues e Martins (2020):

Nesta transição hegemônica *sui generis*, a China se apresenta como a alternativa concreta ao neoliberalismo financeirizado e à globalização neoliberal, que coloca a centralidade do estágio primário do socialismo chinês e do Estado desenvolvimentista e anti-imperialista civilizacional numa alta capacidade de entregar os resultados previamente estabelecidos e relacionados ao desempenho político. Adicionalmente, a experiência chinesa vem exacerbando a essência do capitalismo como uma relação contraditória e paradoxal de crise e expansão, de dominação que restringe a autodeterminação dos países e povos, que se pauta nas liberdades individuais em detrimento das liberdades coletivas (Rodrigues; Martins, 2020, p. 191).

Nessa lógica, ao promover iniciativas como a Nova Rota da Seda e o conceito de Comunidade de Futuro Compartilhado para a Humanidade, a RPC utiliza dessa filosofia, visando também a aproximação do Sul Global, com o qual busca consolidar parcerias que prometem o desenvolvimento compartilhado, desafiando assim a ordem liberal liderada pelos Estados Unidos, ao menos no plano discursivo (Rodrigues; Martins, 2020).

1.2. A *BELT AND ROAD INITIATIVE* E A FORJA INSTITUCIONAL DE UM NOVO BLOCO HISTÓRICO

Sob a ótica supracitada, a análise das ideias de Cox e Arrighi conjuga-se às questões atreladas à maneira pela qual a BRI pode ser — e é — instrumentalizada pela China para criar um novo consenso hegemônico capaz de desafiar a ordem estabelecida pelos Estados Unidos, entendendo, nesse prisma, como a América Latina — em sua abundância de recursos naturais e mercados em desenvolvimento — emerge como uma região estratégica para o país. Para tanto, o fortalecimento das relações comerciais e a implementação de projetos de infraestrutura objetiva solidificar a posição chinesa em termos da potencial formação de blocos históricos que possam desafiar a hegemonia estadunidense (Pautasso; Ungaretti, 2017; Heine, 2025).

Nessa conjuntura, entende-se que a *Belt and Road Initiative* — também conhecida como “*One Belt One Road*” ou Nova Rota da Seda —, lançada pela RPC em 2013, serve como um indicador das ambições chinesas no desenvolvimento de um arranjo internacional que rompa com o padrão neoliberal dominante com o final da Guerra Fria. Nomeada com o intuito de referir-se à antiga Rota da Seda — enquanto principal meio de conexão em âmbito comercial e cultural entre o Ocidente e o Oriente por 2000 anos —, a iniciativa carrega consigo em seu nome a ideia de resgate dos princípios e ideais de uma China imperial de grande influência em seu tempo (Bravo, 2020)

O projeto de investimentos em infraestrutura aqui discutido foi alavancado pelo governo chinês, em linhas gerais, como um projeto baseado na cooperação ganha-ganha, buscando opor-se diretamente à agenda “América Primeiro” promovida pelos EUA, apresentando a China como protagonista voluntária na promoção do comércio internacional e no investimento global. Além disso, a proposta inicial foi feita sob a premissa de conectar o conjunto de nações que a

integra por meio da divisão em três blocos principais: o Cinturão Econômico da Rota da Seda Terrestre, delimitando principalmente as conexões entre a Ásia e a Europa; a Rota da Seda Marítima do Século XXI, estabelecida principalmente em território marinho e definindo uma conexão concreta com o continente africano; e, finalmente, a expansão promotora da conexão das rotas da iniciativa com o continente americano (Gao, 2018).

Contudo, cabe a ressalva de que o antagonismo entre essas duas agendas nasce em um contexto no qual o lema "América Primeiro" antecede em muitas décadas a sua apropriação pelo trumpismo, remontando a tradições protecionistas que acompanham a própria formação histórica dos Estados Unidos, desde a Doutrina do Destino Manifesto (Vasconcelos Junior, 2021; Ribeiro, 2020). O que se consolidou a partir da gestão de Donald Trump, portanto, e já num momento posterior ao lançamento da Nova Rota da Seda em 2013, foi a sua reformulação em doutrina de Estado abertamente hostil ao multilateralismo, pautada pela aplicação de tarifas punitivas, pela desconfiança em relação aos mecanismos da Organização Mundial do Comércio e pela leitura do comércio internacional que reforçasse práticas voltadas à contenção do avanço chinês (Ribeiro, 2020).

De modo semelhante, a retórica chinesa de oposição ao hegemonismo e ao unilateralismo já se manifestava institucionalmente desde a criação da Organização para Cooperação de Xangai em 2001, instituição formada por iniciativa sino-russa que, ao reunir China, Rússia e as repúblicas da Ásia Central em torno do combate ao terrorismo, ao separatismo e ao extremismo, também consagrou o chamado Espírito de Xangai como base normativa alternativa à governança unilateral exercida por Washington no período pós-Guerra Fria. Essa orientação se tornaria ainda mais explícita ao longo da década seguinte, quando as incursões militares dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque, conduzidas sem o consenso da comunidade internacional, solidificaram para a China e a Rússia a percepção de que as instituições multilaterais tradicionais vinham sendo seletivamente desconsideradas pela potência hegemônica, o que as impulsionou a consolidar mecanismos regionais próprios de cooperação e segurança (Faria, 2022).

Assim sendo, o processo de articulação de um novo bloco histórico pode ser observado com a Iniciativa do Cinturão e Rota e o resgate do sistema *Tiānxià*, já que, ao posicionar o Estado chinês como o garantidor da estabilidade global e promotor de um pretenso ganho mútuo, a diplomacia de Beijing busca o

consentimento das nações periféricas e semiperiféricas. Essa estratégia atua para minimizar a necessidade do uso da força compulsória, consolidando a legitimidade da transição hegemônica por meio de incentivos materiais que mitigam as resistências e forjam um consenso em oposição ao declinante modelo ocidental, compreendido aqui como a ordem liberal erguida sob liderança estadunidense no pós-Segunda Guerra, sustentada pelo neoliberalismo financeirizado, pelo Consenso de Washington e pelas instituições de Bretton Woods, associados ao projeto estadunidense de expansão militar direta e imposição institucional unilateral replicada por parte dos hegemons que precederam tal ordem (Cox, 1981; Heine, 2025; Mariano; Bressan; Marchão, 2025; Rodrigues; Martins, 2020).

Entendendo, sob tais óticas, a maneira pela qual os autores estudados visualizam as ideias de hegemonia, bem como considerando o papel desempenhado por Beijing no Sistema Internacional, pode-se entender, pois, o ponto de partida do presente trabalho. É visto, à luz dos aspectos aqui discutidos, que a América Latina emerge como uma região estratégica para a China, tanto por sua abundância de recursos naturais quanto por suas potencialidades enquanto mercado, aliada política e espaço de estabelecimento em potencial para um novo bloco histórico, já que a influência da China na América Latina — entendida aqui por intermédio da BRI, porém suportada por outras instâncias de aproximação diplomática, como o Fórum China-CELAC e as relações bilaterais particulares que se expressam em Tratados de Livre Comércio ou parcerias paradiplomáticas consolidadas — é um reflexo da busca da RPC por um posicionamento cada vez mais relevante dentro das relações internacionais contemporâneas, partindo do princípio de que — atualmente — 22 das 33 nações Latino-Americanas fazem parte oficialmente da iniciativa aqui discutida (Nedopil, 2025; Pautasso; Ungaretti, 2017).

De maneira oficial, Beijing defende a ideia de que a Nova Rota da Seda parte do princípio da cooperação de ganho-mútuo, objetivando o estabelecimento de relações que possibilitem a utilização para benefício coletivo das potencialidades particulares de cada Estado com o qual estabelecer tal vínculo. Nesse viés, a RPC estabelece como pilares da cooperação instituídos pela BRI o diálogo de políticas, a conectividade, o livre comércio, o apoio na promoção de estabilidade — no que tange à estruturação e manutenção dos sistemas monetários da Ásia — e o intercâmbio de pessoas (Barros, 2020).

Todavia, faz-se necessário visualizar a maneira pela qual os comportamentos se enquadram no escopo de atuação da nação, principalmente no que diz respeito às relações bilaterais chinesas na contemporaneidade e como estas sustentam o projeto nacional supracitado. O que se busca compreender, nesse sentido, alinha-se com a ideia de que o país — por intermédio desse modelo de desenvolvimento regional pautado no investimento em infraestruturas e concessão de empréstimos para empreitadas posicionadas em setores estratégicos — se encaminha para a consolidação de uma conjuntura favorável à estabilização de seu posicionamento perante ao restante do mundo (Laufer; Wimer, 2024).

Assim, a participação da China em investimentos produtivos ou financiamentos no exterior; o poder das suas corporações transnacionais; a diversificação e especialização da sua produção industrial; A sua participação no comércio global, o desenvolvimento da sua capacidade tecnológica e militar, a crescente “assertividade” que o gigante asiático exerce longe do seu entorno geográfico imediato e a procura de áreas de influência e posições estratégicas para a promoção, proteção e defesa dos seus “interesses nacionais” em todos os continentes são manifestações concretas do seu caráter de grande potência e expressam a expansão à escala planetária do capital estatal e privado chinês [ou a fusão de ambos] (Laufer; Wimer, 2024, p. 9, tradução nossa).

Portanto, a combinação dos fatores supracitados, observada em contexto contemporâneo, aponta para um cenário que desafia a hegemonia estadunidense, e possivelmente propõe uma nova configuração de poder que pode alterar a dinâmica das relações internacionais. Torna-se necessário, tendo isso em mente, utilizar do material analítico aqui identificado para a interpretação de como a América Latina se comporta no processo de ascensão da China possibilitado pela Nova Rota da Seda, explorando essas dinâmicas e contribuindo para os debates acadêmicos sobre os cenários prospectivos frente os possíveis rearranjos de poder no sistema internacional contemporâneo.

Nessa conjuntura, a *Belt and Road Initiative* pode ser observada enquanto o principal instrumento pelo qual a China busca articular as bases materiais e financeiras do bloco histórico que almeja sedimentar, na percepção de Cox (1981), que exige uma estrutura econômica subjacente capaz de sustentar as novas relações de poder. Assim, com a disponibilização de linhas de crédito para a construção de portos de águas profundas, ferrovias e redes de telecomunicações, frequentemente apresentadas como alternativas pragmáticas às condicionalidades estritas de austeridade das instituições financeiras tradicionais, Beijing oferece às nações em desenvolvimento uma via de modernização estrutural. Essa dinâmica,

atrelada tanto ao mundo material quanto ao ideacional, permite que as elites governamentais e empresariais do Sul Global interpretem o aprofundamento de seus vínculos logísticos com a China como uma oportunidade de viabilizar seus próprios projetos de inserção internacional (Laufer, 2024a). É por intermédio desta convergência estrutural de interesses tangíveis que a BRI viabiliza a gradual formação de um consentimento periférico, cimentando, passo a passo, a aliança de forças indispensável para que a transição delineada por Arrighi e Cox adquira forma institucional ao longo do século XXI.

2. A MATERIALIDADE DA ASCENSÃO CHINESA: RECONFIGURAÇÃO PRODUTIVA E INSERÇÃO PERIFÉRICA

No contexto da reconfiguração da ordem econômica global, a RPC passa de um modelo baseado no rápido crescimento para outro, posterior, pautado no desenvolvimento de alta qualidade — com foco em setores estratégicos e no crescimento econômico combinado à sustentabilidade —, permanecendo na posição de motor da economia mundial. Historicamente, entre 2013 e 2021, a China contribuiu, em média, com mais de 30% para o crescimento econômico global, consolidando-se como a segunda maior economia do planeta e assegurando, para o país, posição na qual — atualmente — essa trajetória é recalibrada para o impulsionamento ainda maior dos setores de inovação e para mitigar a desaceleração estrutural observada, dado o crescimento exponencial observado no país desde sua abertura econômica (OCDE, 2025). Isso se expressa num contexto no qual, embora o governo tenha estabelecido uma meta de crescimento do PIB chinês de cerca de 5% para 2025, projeções da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam um cenário ligeiramente mais moderado, estimando uma expansão de 4,9% para o ano, sustentada majoritariamente pelo estímulo fiscal e pelas exportações, o que reafirma a resiliência do planejamento central frente às incertezas externas (Wang, 2025; Ju, 2024; OCDE, 2025).

Os dados referentes a esse período mais recente representam, porém, o desdobramento de uma trajetória de acumulação que se estende desde a reestruturação produtiva iniciada com as Zonas Econômicas Especiais e a entrada da RPC na Organização Mundial do Comércio em 2001, quando o país passou a se consolidar como centro dinâmico da economia global, prolongando-se pelo período de maior contribuição chinesa ao crescimento mundial entre 2013 e 2021 já mencionado (Arrighi, 2007; Monteiro Neto, 2005; OCDE, 2025). Em termos quantitativos recentes, a economia chinesa demonstrou um desempenho positivamente sólido no primeiro trimestre de 2025, registrando um crescimento de 5,3% em relação ao ano anterior, superando expectativas iniciais que indicavam um recuo nos parâmetros gerais de crescimento e advindo da forte expansão da produção industrial, que cresceu 6,1%, bem como da recuperação do setor de serviços nacional (Banco Mundial, 2025). Ainda, de acordo com a OCDE (2025),

deve-se destacar também a relevância do setor externo, partindo do princípio de que o volume de exportações de bens apresentou um crescimento vigoroso, evidenciando a capacidade da manufatura chinesa de manter sua competitividade e penetração nos mercados globais, mesmo diante de um cenário de fragmentação geoeconômica e restrições comerciais impostas por potências ocidentais, como se dá o caso exemplificado da disputa tarifária instituída pelos Estados Unidos, no segundo governo Trump, que apresenta um momento de confronto e instabilidades no comércio internacional passível de atenção e cautela (Wang, 2025).

Para sustentar esse ritmo de expansão e contrabalançar riscos sistêmicos, Beijing tem adotado uma política fiscal expansionista, tendo anunciado, em 2025, a emissão de 1 trilhão de RMB em títulos especiais do tesouro de ultra longo prazo, visando garantir liquidez para grandes projetos nacionais (Wang, 2025). Nessa vertente, tais medidas de estímulo são cruciais para compensar a demanda doméstica ainda contida, já que esse suporte financeiro passa a ser direcionado prioritariamente para setores que garantam a autonomia estratégica, resultando — por exemplo — na destinação de um aumento de 10% no orçamento para ciência e tecnologia, totalizando 370,8 bilhões de RMB, enquanto os gastos com defesa foram elevados em 7,2%, onde se observa a preparação do Estado para a competição hegemônica em múltiplas frentes (Wang, 2025; OCDE, 2025).

No tabuleiro das instituições internacionais, o peso econômico da China tem ocasionado o aumento gradual de seu poder institucional e compulsório, posicionando-a no topo de *rankings* decisórios globais. À título de exemplificação, o país consolidou-se como o terceiro maior detentor de cotas de voto no Fundo Monetário Internacional, com 6,09%, e no Banco Mundial, com 4,42%, buscando reformar a governança global de dentro para fora, trazendo este como um dos seus principais pontos de interesse nacional no que tange à participação de Beijing nos espaços de governança internacional (Chan; Hu, 2025). Além disso, a China tornou-se o segundo maior contribuinte financeiro para o sistema das Nações Unidas, responsável por 15,25% do orçamento regular da organização em 2022, superando potências tradicionais como Japão e Alemanha, estabelecendo um cenário internacional que confere a Beijing maior legitimidade para pautar a agenda multilateral e desafiar a hegemonia normativa ocidental (Haug; Foot; Baumann, 2024).

2.1. A REITERAÇÃO DA ASSIMETRIA CENTRO-PERIFERIA: COMÉRCIO, INVESTIMENTOS E ACORDOS BILATERAIS COM A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

Regionalizando a análise, observa-se que o comércio entre China e a América Latina e o Caribe cresceu mais de 30 vezes em menos de duas décadas, com o país tendo sido o destino de 18,68% das exportações latino-americanas e caribenhas e origem de 26,5% das importações na região, bem como parte de 22,59% das transações comerciais efetuadas nesta — no período de 2000-2023 (CEPAL, 2025; Laufer, 2024a). Quanto aos fluxos de capitais e projetos, observam-se mudanças quantitativas e qualitativas, dado que os Investimentos Estrangeiros Diretos chineses, que historicamente priorizavam fusões e aquisições — tratando-se de 66% do total acumulado de investimentos —, demonstraram uma mudança de tendência no período 2020-2024, com os novos projetos passando a representar 52% do montante investido. Setorialmente, houve um deslocamento dos metais e mineração — cuja participação caiu de 81%, entre 2005 e 2009, para 38%, nos anos recentes — em direção à energia e à indústria automotiva.

Na atualidade, a China já é a segunda maior parceira comercial da região e a principal parceira comercial da Argentina, do Brasil, do Chile, do Paraguai, do Peru e do Uruguai (WITS, 2019). Desde a ascensão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), o mercado entre o país asiático e os países da América Latina e o Caribe (ALC) aumentou mais de 25 vezes — enquanto o fluxo com os países do Atlântico Norte apenas dobrou. As sinergias de comércio exterior observadas entre o ALC e a China e o histórico déficit em infraestrutura da região latino-americana contribuíram para uma vinculação entre as economias da região e a China, antes mesmo da expansão da BRI ao continente (Germanò; Kroetz, 2023, p. 185).

No que tange aos investimentos em infraestrutura, contabilizaram-se 294 projetos no intervalo 2005-2024, totalizando mais de 129 bilhões de dólares acordados e gerando mais de 950 mil empregos, com uma concentração recente no setor de transportes. Todavia, o montante total de financiamento bancário sofreu uma retração drástica na relação analisada, decrescendo de uma média anual superior a 12 bilhões de dólares entre 2010 e 2014 para uma média de apenas 473 milhões de dólares anuais no período de 2020 a 2023 (CEPAL, 2025).

Contudo, não se pode deixar de reforçar a relação assimétrica observada em termos comerciais entre a região e a RPC, na qual as nações latino-americanas e caribenhas exportam quase em totalidade produtos de baixo valor agregado — como matérias-primas e manufaturas de origem agropecuária —, enquanto

importam da China produtos de médio e alto valor agregado, como já mencionado, tratando-se quase exclusivamente de bens industriais complexos e de tecnologia avançada. É nesse sentido que observa-se a substituição inversa ocorrida na ALC em termos dessa relação, que acaba por reproduzir padrões de dependência de características similares àqueles estruturalmente presentes e não superados pelas nações da região (Laufer, 2024a).

[...] como resultado de las tendencias agregadas de las importaciones y exportaciones, durante el siglo XXI, el comercio exterior de la región fue generando un déficit comercial cada vez más importante con China, el mayor registrado con respecto a cualquier otro socio comercial. Este déficit se redujo en la época de la pandemia de enfermedad por coronavirus (COVID-19), aunque volvió a superar los 100.000 millones de dólares en 2022 (véase el gráfico II.3). México es el país que presenta el mayor déficit comercial respecto de China, de un promedio anual de 92.646 millones de dólares durante el período 2020-2023, mientras que el de la región en su conjunto fue de 89.912 millones de dólares anuales. En la región, solo el Brasil, Chile y el Perú registran sistemáticamente superávits comerciales con China (CEPAL, 2025, p. 27).

A assimetria estrutural da relação sino-latino-americana, nesse prisma, é mais palpável nos acordos bilaterais de comércio e investimento, que consolidam a ALC como fornecedora de primários e importadora de manufaturas (Cintra, 2013). Dentro desse contexto, os TLCs bilaterais da China na ALC — que atualmente apresenta tratados firmados com Chile, Peru, Costa Rica, Equador e Nicarágua — são indicadores dessa condição assimétrica que não podem ser ignorados, constituindo-se a partir de objetivos estreitos, que buscam a garantia de suprimentos específicos em setores estratégicos que abasteçam a economia chinesa, como o suprimento de cobre, minérios diversos e farinha de peixe, no que diz respeito aos TLCs China-Peru e China-Chile. Ainda, outra característica importante a ser destacada nos tratados de livre comércio propostos pela RPC com nações latino-americanas se dá em sua abordagem em relação à determinadas cláusulas comumente presentes em outros tratados do gênero, sendo menos vinculantes em cláusulas de propriedade intelectual ou trabalhistas do que os acordos tradicionais Norte-Sul (Wise, 2012).

A reiteração desse padrão de intercâmbio assimétrico, contudo, não se explica de forma unidimensional pela projeção do poderio geoeconômico de Beijing, adaptando-se de acordo com a convergência de interesses com classe dominantes na própria América Latina e no Caribe. Amparando-se na perspectiva metodológica de Cox (1981) acerca da articulação de alianças transnacionais na formação de

hegemonias, nota-se que as elites agroexportadoras e os setores extrativistas regionais identificam na expansão chinesa um vetor promissor para a maximização de seus resultados comerciais. Ao priorizarem o fomento da exportação em larga escala de matérias-primas e *commodities*, essas coalizões domésticas acarretam o aprofundamento da especialização primária de suas respectivas economias (Laufer, 2024a). Esta internalização dos arranjos oferecidos pelo novo polo de poder confere à presença chinesa maior grau de aceitação institucional local, caracterizando uma inserção que se legitima por meio do alinhamento das estruturas produtivas periféricas, minimizando a necessidade de coerção (Wimer; Dalbosco, 2020).

Voltando-se agora para a análise específica dos Tratados de Livre Comércio chineses com nações latino-americanas atualmente vigentes, destaca-se como acordo inaugural o TLC Chile-China, firmado em 2005 e posto em vigor em 2006, sendo o primeiro acordo de tal natureza a ter como parte um Estado da América Latina (Wise, 2012). Em linhas gerais, o tratado estabeleceu-se com o objetivo de conferir à China o acesso a 92% das mercadorias exportadas pelo Chile livre de impostos, operando sob o modelo de vantagens comparativas pensadas na exportação chilena de *commodities* e importação de manufaturas chinesas, sendo um modelo de interesse para o governo chileno da época devido ao interesse nacional pela diversificação de exportações não tradicionais e pela atração de IEDs para além do setor mineiro, enquanto Beijing visava assegurar o suprimento estratégico de cobre e outros minerais, concedendo restrições de acesso ao seu próprio mercado para proteger setores sensíveis chilenos (Wise, 2012).

À luz desta perspectiva, o impacto do acordo foi imediato, com as exportações chilenas para a China crescendo 140% logo no primeiro ano de vigência e acumulando um aumento superior a 900% entre 2003 e 2011, consolidando a China como o principal parceiro comercial do país (Wise, 2012). De maneira inicial, a execução prática do acordo acabou por não abarcar setores da produção chilena para além do de mineração, colocando pouca ênfase em outros setores da produção, como era de interesse inicial para Santiago. Entretanto, a partir da assinatura de acordos suplementares, em 2008 e 2012, foram incluídos na parceria, respectivamente, o comércio de serviços e o setor de investimentos, com o intuito de modernizar a pauta bilateral nas relações, o que permitiu que o país se estabelecesse, atualmente, como uma das únicas nações da região a manter

balança superavitária com a RPC, mesmo que baseada na exportação de *commodities* (CEPAL, 2025; Wise, 2012).

O próximo TLC a ter sido firmado entre um país latino-americano e caribenho e a RPC foi o TLC Peru-China, assinado pelas partes em 2009, vigente desde 2010 e celebrado, na época, enquanto tratado de maior amplitude conduzido por Beijing, por ter incluído em suas diretrizes os setores de serviços e investimentos — que posteriormente viriam a ser incorporados no TLC Chile-China — mesmo que em intensidade mais reduzida em direta comparação a acordos conduzidos por nações do Norte Global (Wise, 2012; Moraes, 2024). A partir disso, o Peru adotou uma postura proativa ao reduzir tarifas para 99% de suas exportações, conseguindo em contrapartida a exclusão de quase 600 produtos sensíveis de setores como têxteis e calçados, numa estratégia de proteção à indústria local inspirada na negociação chilena. A criação deste tratado inseriu-se em um contexto de elevação da parceria estratégica integral, buscando consolidar o Peru como uma plataforma logística e comercial na região do Pacífico (Laufer, 2024a; Wise, 2012).

Com tal acordo firmado, fez-se possível, em 2010, a superação chinesa dos Estados Unidos enquanto principal destino das exportações peruanas, considerando o aumento de 900% desta no intervalo 2003-2011 e que tinha como principal carro chefe a exportação de minério de cobre e farinha de peixe — responsável por 90% do montante de vendas externas (Wise, 2012). Contudo, seguindo o mesmo padrão observado anteriormente, no âmbito das importações, reverberava-se, ainda, a mesma lógica de aquisição de produtos de média e alta tecnologia de origem chinesa, o que prejudicou em grande medida os setores internos de manufatura peruanos. Ademais, fazendo eco novamente ao caso chileno, os IEDs chineses no Peru apontaram novamente para as limitações do país no que tange à autonomia econômica nacional e a capacidade de diversificação setorial, visto que os investimentos chineses em Lima concentraram-se, também, nos setores ligados à mineração (Wise, 2012; Pedrozo, 2016).

Na sequência, um ano após a entrada em vigor do TLC Peru-China — em 2011 —, a Costa Rica se tornou o primeiro país centro-americano a firmar um acordo de livre comércio com a RPC, advindo da movimentação do país rumo à inserção na economia global pautada na diversificação de seus parceiros comerciais e na atração de investimentos internacionais. Dentre seus principais pontos de destaque, determinam-se a consolidação da postura costa-riquense em relação à Taiwan —

com o qual já havia rompido relações diplomáticas em 2007 —, bem como o posicionamento do país enquanto hub logístico em potencial para circulação, escoamento e montagem de produtos chineses na América Central (Cintra, 2013; Vicarioli; Arrieta, 2024). Com isso, o acordo permitiu à Costa Rica posicionar-se estrategicamente, resultando na multiplicação de suas exportações para a China por oito vezes entre 2010 e 2022, passando de 42 milhões para 347 milhões de dólares e concentrando-se em produtos como a carne bovina, suína, abacaxi e laticínios, tornando a China o segundo maior parceiro comercial da Costa Rica (Vicarioli; Arrieta, 2024).

Doze anos depois, em 2024, foi assinado o seguinte TLC com um país da ALC, sendo — nesta ocasião — o tratado entre China e Equador, feito com o objetivo de impulsionar a exportação equatoriana de bens como o petróleo, cacau, camarão e banana para a RPC e entrando em vigor, de fato, em 2024 (CEPAL, 2025). A negociação deste acordo ocorreu em um contexto onde o Equador buscava exportar seus produtos-destaque, enquanto a China consolidava sua posição como fornecedora de tecnologia de ponta e bens manufaturados, criando um cenário no qual, internamente, geraram-se expectativas de impulsionar a competitividade das empresas locais equatorianas e dinamizar a economia através da redução de custos na importação de insumos e bens de consumo (Secaira; Solano; Solorzano, 2025). Seu impacto mais visível no lado das importações, nessa lógica, foi a expansão e crescimento do comércio eletrônico na cidade de Machala — centro comercial para a indústria agropecuária do sudoeste equatoriano —, com plataformas chinesas como SHEIN e Temu passando a ganhar mais destaque e dominar o setor online de compras na região (Secaira; Solano; Solorzano, 2025).

Em termos de análise econômica preliminar, considerando o curto tempo de vigência do acordo, observa-se um impacto imediato no volume de importações via tráfego postal e correio, que apresentou um aumento de cerca de 78 milhões de dólares entre 2023 e 2024, impulsionado pela facilidade de compra nas plataformas digitais chinesas supracitadas (Secaira; Solano; Solorzano, 2025). Além do mais, tal TLC também intensificou a presença de empresas chinesas e o comércio eletrônico transfronteiriço, embora tenha levantado desafios logísticos e de competitividade para as micro, pequenas e médias empresas locais; que, somados aos desafios financeiros envolvendo a criação dos chamados empréstimos por petróleo, acabaram por gerar barreiras de endividamento e por comprometer a entrega a

longo prazo de recursos equatorianos (Laufer, 2024a; Secaira; Solano; Solorzano, 2025).

O último tratado de livre comércio a ser firmado no escopo analisado foi também em 2024, entre a China e Nicarágua, fruto das discussões que passaram a ocorrer a partir do final de 2021, quando a Nicarágua rompeu oficialmente laços diplomáticos com Taiwan e passou a negociar em nível estatal com a RPC (Vicarioli; Arrieta, 2024). Este acordo estipulou que 71% dos produtos de exportação nicaraguenses teriam acesso imediato ao mercado chinês com tarifa zero, abrangendo itens chave como carne, açúcar, óleo, amendoim, sucata de cobre, madeira, frutos do mar e têxteis, inserindo-se em um contexto de busca pela aproximação dos vínculos entre os países, expressa também pela adesão do país centro-americano à Iniciativa do Cinturão e Rota e pelos projetos de infraestrutura delimitados em tal (Vicarioli; Arrieta, 2024; Moraes, 2024).

Mesmo que o tempo hábil para análise de efeitos concretos do tratado ainda seja diminuto, tal qual o caso observado em relação ao TLC Equador-China, ainda é possível traçar cenários prospectivos de tal panorama, considerando que as importações nicaraguenses provenientes da China já demonstravam crescimento considerável antes mesmo da vigência do acordo, tendo quadruplicado na última década. Em 2023, as importações somaram 1,2 bilhão de dólares, gerando um déficit comercial expressivo, dado que as exportações para a China ainda eram modestas, representando cerca de 2% do total exportado pelo país. A expectativa é, porém, de que o TLC potencialize as exportações de produtos agropecuários, embora o país enfrente o desafio de adequar sua produção aos rigorosos protocolos sanitários chineses e superar o déficit histórico na balança bilateral (Vicarioli; Arrieta, 2024).

Para além dos acordos firmados, é importante ressaltar o caso do Uruguai, e o processo de crise constatada no Mercosul dele derivado, partindo do princípio de que o país sul-americano — com grandes índices de exportação concentrada em soja, carne e pasta de celulose para a China —, buscou ativamente um TLC bilateral, mesmo com a presença dos acordos preferenciais e cláusulas de Tarifa Externa Comum e priorização por ações conjuntas do bloco que participa, expondo as fragilidades institucionais do Mercosul (Martínez, 2023). Com esse intuito, finalizado o estudo de viabilidade conjunto entre Montevideu e Beijing em 2022, concluiu-se que haveria benefícios sólidos para ambas as partes no estabelecimento

de um TLC, resultando em uma pressão por parte do governo uruguaio para uma modernização institucional mercosulina que permita tais acordos, que vem enfrentando — porém — resistência política e diplomática de parceiros como Brasil e Argentina. A China, por sua vez, mantém uma postura cautelosa, manifestando interesse no acordo mas evitando conflitos que possam desestabilizar sua relação com o Mercosul como um todo, preferindo idealmente uma negociação em bloco (Martínez, 2023; Laufer, 2024a).

Para ainda mais além das questões envolvendo tratados de livre comércio, ainda destacam-se casos perniciosos e desafios em potencial nas relações econômicas entre a China e determinados países latino-americanos e caribenhos, como se observa no caso do triângulo do lítio — entre Argentina, Chile e Bolívia (González Jáuregui, 2024). Tal região reflete a corrida contemporânea por terras raras, que se apresentam atualmente como um recurso de importância crítica para a China, já amplamente presente nas empreitadas de extração e financiamentos nesse setor, estabelecendo projetos como o acordo com a Argentina para a produção de veículos elétricos e fábricas de baterias de lítio, que acarretam outras barreiras como a falta de transferência tecnológica, que impede a ascensão latino-americana em cadeias de alto valor tecnológico (Télam, 2021; Laufer; Wimer, 2024).

Por fim, os dilemas com questões relacionadas aos financiamentos chineses também demandam atenção, principalmente no que concerne aos empréstimos por petróleo, já mencionados e utilizados com a Venezuela e Equador, que comprometem antecipadamente os recursos naturais dos países receptores para o pagamento dos créditos, instrumentalizando a dívida como alavanca de poder, implicando a perda de soberania sobre ativos críticos ao país. No caso da Argentina, o financiamento de grandes obras, como as represas Kirchner e Cepernic no Rio Santa Cruz, e a compra de vagões para a ferrovia Belgrano Cargas, ilustram o modelo chave na mão, no qual o crédito chinês é concedido exclusivamente para importar insumos chineses, dotado também da condição de que os devedores cumpram as normas do FMI e do Banco Mundial, dos quais é membro, garantindo a solvência de seus próprios créditos (Laufer, 2024a).

Do panorama até aqui traçado, entende-se que a inserção da RPC na América Latina e no Caribe, por meio dos acordos bilaterais de comércio e dos mecanismos de financiamento chineses, ultrapassa o emprego de formas singulares

de projeção de poder, articulando progressivamente distintas formas de influência sobre os países receptores. Retomando a tipologia elaborada por Barnett e Duvall e operacionalizada por Haug, Foot e Baumann (2024), apresentada no primeiro capítulo, é possível perceber que o Poder Compulsório da China, ainda que com relativa presença nas cláusulas financeiras dos empréstimos condicionados, não configura o vetor principal dessa inserção no subcontinente. O que emerge com maior nitidez na análise dos TLCs e dos financiamentos da BRI é, principalmente, a combinação entre o Poder Institucional, aquele que condiciona a existência e as expectativas dos demais atores sem necessidade de coerção direta, e o Poder Estrutural, que se expressa precisamente na reconfiguração das cadeias produtivas e das posições relativas dos países na divisão internacional do trabalho.

Isso se subentende a partir do contexto de que, ao posicionar-se como o principal destino das exportações de *commodities* de países como Chile, Peru e Argentina, bem como ao construir as condições logísticas e financeiras que viabilizam esse modelo de integração, a China altera o espaço de manobra dos atores latino-americanos e caribenhos, tornando progressivamente mais onerosa qualquer reorientação estratégica que implique o afastamento de Beijing (González-Jáuregui; Tussie, 2023). Não obstante, vale ressaltar que tal Poder Estrutural atua sutilmente, dado o fato de que sua instituição parte da sedimentação gradual de uma arquitetura econômica que legitima progressivamente a posição latino-americana enquanto principal fornecedora de insumos e receptores de capital financeiro de origem asiática, sendo justamente esse tipo de poder o mais difícil de se identificar e reverter em curto prazo, dado que sua força reside na reformulação dos próprios termos nos quais os atores concebem seus interesses e possibilidades de ação (González-Jáuregui; Tussie, 2023; Haug; Foot; Baumann, 2024). Assim, a assimetria estrutural da relação sino-latino-americana, identificada por Cintra (2013) e aprofundada por Laufer (2024), transcende o plano do intercâmbio comercial desigual para se inscrever numa lógica de poder de alcance sistêmico, cujas implicações para a transição hegemônica em curso serão retomadas com maior detalhe nos capítulos seguintes.

Em termos do delineamento das atuais cadeias produtivas globais, encontra-se sua correspondência direta nas movimentações de capital documentadas no cenário internacional. Durante o ano de 2025, o engajamento financeiro da China no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota alcançou a marca de

213,5 bilhões de dólares, consolidando a expansão da infraestrutura física e produtiva no exterior. Desse montante global, o setor de mineração e metais destacou-se com aportes de 32,6 bilhões de dólares, apresentando foco na aquisição e no processamento de minerais como o cobre, cujas propriedades são requeridas para a sustentação das novas matrizes tecnológicas. Simultaneamente, os investimentos direcionados aos setores de tecnologia e manufatura atingiram 28,7 bilhões de dólares, impulsionados pela alocação de recursos em centros de dados e na produção de baterias para veículos elétricos. A aplicação de capitais asiáticos na exploração de matérias-primas e no fomento tecnológico, assim sendo — a partir da lógica traçada até então e aprofundada nos capítulos seguintes —, expressa a configuração das relações econômicas contemporâneas, nas quais as economias em desenvolvimento, incluindo a região latino-americana, inserem-se de maneira contínua nas dinâmicas de fornecimento e integração das cadeias globais de valor (Nedopil, 2026).

2.2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PRETENSÃO DA HEGEMONIA: O FÓRUM CHINA-CELAC COMO VETOR DO MULTILATERALISMO SINOCÊNTRICO

Trazendo agora para o foco analítico a institucionalização e materialização das relações China-América Latina e Caribe como um todo, compreende-se que, ao decorrer do século XXI, o vínculo econômico entre o gigante asiático e a região evoluiu de forma exponencial, consolidando o país asiático como o segundo maior parceiro comercial da região, superando a União Europeia e os próprios fluxos intrarregionais. Entre os anos de 2000 e 2023, por exemplo, a participação chinesa no comércio de bens regional saltou de menos de 2% para 17%, uma expansão que — embora realizada de forma dinâmica respondendo à inserção em larga escala da RPC no comércio internacional — gerou um déficit comercial crescente para a ALC e manteve um padrão de intercâmbio desigual, já que as exportações latino-americanas permaneceram altamente concentradas em produtos primários, como soja, minerais e petróleo, ao passo que as importações provenientes da China se compuseram majoritariamente por manufaturas de média e alta tecnologia, conforme já destacado (CEPAL, 2025). No âmbito dos capitais, o Investimento Estrangeiro Direto chinês demonstrou uma mudança qualitativa relevante nos últimos anos, migrando da predominância de fusões e aquisições para uma maioria

de projetos *greenfield* — novos investimentos — no período nas últimas duas décadas e meia, com uma reorientação setorial nítida que se afasta dos combustíveis fósseis em direção às energias renováveis e à eletricidade, respondendo à crescente demanda por recursos energéticos levantada como bandeira por Beijing (CEPAL, 2025; Correia, 2018).

Nesse escopo, temos como principal expoente da expansão das relações explicitadas o Fórum China-Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Fórum China-CELAC), que foi estabelecido formalmente em 2014 e realizou sua reunião ministerial inaugural em 2015, em Beijing, consolidando-se enquanto ponto crucial para a institucionalização das relações entre a China e o subcontinente (Moraes, 2024; Pedrozo, 2016). Proposto pelo governo chinês e modelado a partir da experiência do Fórum de Cooperação China-África (Focac), o Fórum China-CELAC integra um conjunto de iniciativas regionais da RPC e reflete a diplomacia do anfitrião promovida por Xi Jinping, entendida enquanto modelo de estratégia utilizada das relações exteriores de Beijing na qual — ao posicionar-se enquanto facilitadora, mediadora e incentivadora de grandes movimentações de cooperação multilateral — a China busca se colocar enquanto líder regional ou globalmente legitimada (Moraes, 2024).

Essa parceria abrangente materializa-se na execução de centenas de projetos de infraestrutura, acumulando bilhões de dólares em investimentos e gerando milhares de empregos, com uma concentração recente nos setores de transporte e energia, liderados majoritariamente por empresas estatais chinesas. Para o futuro, a cooperação aponta para a necessidade de superar as brechas estruturais de desenvolvimento da região, buscando diversificar as interações para áreas como o turismo sustentável, a inovação científica e tecnológica e o intercâmbio cultural, visando promover uma transformação produtiva que torne o crescimento regional mais inclusivo e focado na sustentabilidade (CEPAL, 2025). Nesse sentido, sua criação alinha-se aos objetivos explicitados nos Livros Brancos da China de 2008 e 2016, que buscavam enquadrar as relações com a região em um mundo multipolar, estabelecendo metas de alto nível para o comércio e o investimento sob os princípios de confiança e benefício mútuo, indispensavelmente presentes em todos os âmbitos do discurso de cooperação chineses (Laufer, 2024a).

Institucionalmente, o Fórum organiza-se como uma plataforma descentralizada cuja gestão administrativa se dá pelo Departamento de Assuntos da

América Latina e Caribe, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores chinês. Suas atividades, por sua vez, são conduzidas pelo Secretariado do Comitê de Acompanhamento, uma instância que, até 2024, abarcava 60 entidades chinesas, incluindo bancos, ministérios e departamentos do Partido Comunista, com o objetivo de coordenar a política externa para a região. Essa arquitetura ramifica-se em diversos subfóruns, que podem ter caráter permanente ou *ad hoc*, abrangendo um espectro temático que se estende do comércio, investimentos e tecnologia até esferas como segurança, política social e diplomacia pública. Tais subdivisões, que incluem espaços específicos para infraestrutura, agricultura, inovação e relações interpartidárias, funcionam como canais capilares que permitem às autoridades chinesas interagir com múltiplos níveis hierárquicos e setores sociais, otimizando a diplomacia e reduzindo custos de transação (Moraes, 2024).

Do ponto de vista analítico, o Fórum é definido como um instrumento e expressão do que passa a ser visto como um multilateralismo sinocêntrico, funcionando como uma camada institucional de baixo teor que confere à China flexibilidade para o rearranjo das relações e formulação de laços e parcerias, possibilitando a validação de certos quadros — institucionais, ou não — de interação na região (Moraes, 2024). Esse tipo de arquitetura institucional sobre a qual o Fórum China-CELAC se constrói, perpetuada de forma intencionalmente minimalista, acaba por — simultaneamente — tanto conferir maior flexibilidade nas discussões, por parte das nações latino-americanas, quanto servir de instrumento estratégico para a China, partindo de seu uso enquanto meio para a redução de custos referentes às transações comerciais, trabalhando com múltiplos países em planos conjuntos, bem como enquanto meio de asseguramento de que suas relações financeiras possam se dar ainda em nível bilateral — o que maximiza o poder chinês de barganha e a garantia do estabelecimento de acordos que atendam aos interesses do Estado (Telias, 2020; Pedrozo, 2016).

O Fórum funciona como um canal para otimizar as atividades da China na região, permitindo que o país conduza uma “diplomacia de atacado”. Por meio do Fórum, autoridades chinesas podem interagir com múltiplos atores, apresentar posições, receber demandas e tomar decisões de forma mais eficiente, reduzindo o ônus diplomático e administrativo que seria necessário caso as relações fossem conduzidas apenas bilateralmente ou fossem separadas por tema. Esse aspecto é particularmente relevante porque a região tem 33 países, onze dos quais com população inferior a 1 milhão de habitantes (Moraes, 2024, p. 14).

Outrossim, um dos principais pontos de destaque no que tange à observação do funcionamento da organização encontra-se na maneira pela qual se dão os vínculos nela estabelecidos; já que, ainda que — em âmbito geral — o Fórum seja delimitado enquanto instrumento multilateral, sua ação prática ocorre por meio do que Moraes (2024) chama de multilateralização das relações bilaterais, afirmando que:

A arquitetura minimalista do Fórum, seu foco no pluralismo e no desenvolvimento e o poder da China em definir sua agenda refletem e reforçam um multilateralismo sinocêntrico, que consiste em uma estrutura universal centrada na Organização das Nações Unidas (ONU), mas acompanhada de diversos espaços intergovernamentais, por meio dos quais o governo chinês multilateraliza relações bilaterais. O objetivo é coordenar uma miríade de relações bilaterais em temas diversos e criar um reservatório de apoio às iniciativas globais chinesas (Moraes, 2024, p. 13).

A partir da lógica descrita, tal processo de multilateralização das relações bilaterais confere à RPC a possibilidade de colocar-se ao centro das discussões do bloco, conduzindo o diálogo e os projetos de cooperação intragrupo, majoritariamente devido à ausência de uma estratégia unificada por parte dos governos latino-americanos. Nesse prisma, o país asiático consegue negociar individualmente com as nações interessadas, perpetuando uma dinâmica bilateral mesmo dentro de uma estrutura formalmente coletiva (Pedrozo, 2016; Laufer, 2024a).

Já no que tange ao âmbito normativo e ideacional, o Fórum é conduzido de maneira a apresentar dinâmica que mescla o pluralismo internacional com a Cooperação Sul-Sul, priorizando princípios como a não interferência em assuntos internos e agendas voltadas ao desenvolvimento (Moraes, 2024). Assim, a retórica da solidariedade entre nações em desenvolvimento — que ocorre também utilizando-se do sentimento histórico carregado desde à década de 1950 com o emblemático “espírito de Bandung” cujas virtudes são carregadas no seio das Relações Sul-Sul até a contemporaneidade — é empregada pela China para refutar acusações de neocolonialismo e diferenciar-se das potências ocidentais tradicionais e suas condicionalidades políticas (Pedrozo, 2016). Essa narrativa, por fim, serve para legitimar a ascensão chinesa como uma grande potência dotada de um diferencial essencial que as separa das demais: a demonstração branda de poder carregada como bandeira, que enquadra tais relações como parcerias entre iguais e rejeita quaisquer retóricas que leiam estas como assimétricas (Moraes, 2024).

Analisando a atuação do fórum através da lente de Robert Cox, consolida-se a percepção de que organizações intergovernamentais como a aqui considerada são dotadas do potencial de atuação enquanto instrumentos para o exercício de *status* hegemônico. Para Cox (1981), os arranjos institucionais têm a capacidade de legitimar as regras do novo polo de poder e de absorver tensões, transformando conflitos potenciais em consenso gerenciável. O Fórum China-CELAC, nesse sentido, valendo-se de uma arquitetura que descentraliza as discussões do fórum em subfóruns temáticos, permite a Beijing implementar a diplomacia no atacado, entendida como a replicação em série de estruturas de acordos e propostas de parceria para atores diferentes, ao invés do estabelecimento de acordos conjuntos multilaterais. Desta feita, a China diminui a possibilidade de formulação de uma agenda coesa de resistência ou cobrança regional unificada, reduzindo o poder de barganha coletivo das nações latino-americanas ao converter o espaço em instâncias bilaterais (Moraes, 2024; Telias, 2020).

A arquitetura estratégica do Fórum China-CELAC, nos termos em que foi descrita por Moraes (2024), pode ser lida à luz de dois conceitos introduzidos no primeiro capítulo. O primeiro deles é o conceito de *Shi* (勢), extraído de Sun Tzu e mobilizado por Kissinger (2011) para a interpretação da diplomacia chinesa contemporânea. Como já visto, o *Shi* designa a energia potencial de um cenário em transformação — a capacidade de acumular vantagem relativa de modo indireto e paciente, evitando o confronto frontal para capitalizar sobre as vulnerabilidades da contraparte no momento adequado. Quando se examina a opção de Beijing por uma arquitetura institucional deliberadamente minimalista, que descentraliza as negociações em subfóruns temáticos e privilegia as tratativas bilaterais em detrimento de acordos coletivos vinculantes, percebe-se que esse desenho fragmenta o poder de barganha latino-americano e inibe a articulação de uma frente regional coesa. Consequentemente, a assimetria estrutural preexistente é convertida em ganhos diplomáticos e econômicos para a China de forma progressiva, sem que isso demande coerção aberta (Kissinger, 2011; Telias, 2020; Moraes, 2024).

O segundo conceito que aprofunda a compreensão do Fórum é o de *Tiānxià* (天下), articulado por Rodrigues e Martins (2020) como a cosmologia civilizacional que oferece à China uma gramática discursiva de legitimação internacional distinta das narrativas hegemônicas ocidentais, conforme previamente compreendido. Essa perspectiva, ancorada na premissa de que a autoridade central se justifica pela

promoção da ordem e do benefício mútuo, serve como base filosófica para a horizontalidade formal e zelo pela autonomia dos membros do Fórum. Afinal, um arranjo multilateral que evita exigências, que se organiza em torno do princípio de não interferência e que se apresenta como serviço ao desenvolvimento compartilhado é, no ponto de vista do Tiānxià, a imagem de potência benevolente e estabilizadora que Beijing projeta para se diferenciar das condicionalidades impostas pelas instituições de Bretton Woods e para angariar, entre as lideranças latino-americanas, o consentimento que Cox identifica como condição necessária de toda hegemonia duradoura (Rodrigues; Martins, 2020; Pedrozo, 2016; Moraes, 2024).

Em termos materiais, a plataforma serve para viabilizar planos de cooperação e anunciar fundos de financiamento focados em energia e infraestrutura, setores vitais para o escoamento de recursos naturais demandados pela economia chinesa (Pedrozo, 2016; Laufer, 2024a). Entretanto, a dinâmica econômica observada elabora um quadro desigual de oportunidades e aproveitamentos, partindo do ponto de que, enquanto a China diversifica suas exportações de bens de capital e manufaturados para a região, a América Latina aprofunda sua especialização primário-exportadora (Laufer, 2024a). Assim, apesar do discurso de cooperação horizontal, a realidade dessa relação frequentemente replica padrões de dependência centro-periferia, com projetos de infraestruturas atrelados em múltiplos casos à contratação de empresas e insumos chineses (Laufer, 2024a; Pedrozo, 2016). Finalmente, a utilidade estratégica do Fórum se dá na redução de custos de transação para a China, facilitando a realização de empreitadas que permitam o acesso a elites políticas e burocráticas regionais e a socialização de normas. A estrutura do organismo, nesse viés, composta por variados subfóruns em áreas como defesa e partidos políticos, cria canais de influência que compensam a falta de *expertise* diplomática histórica da China na região quando comparada aos Estados Unidos (Moraes, 2024).

Do ponto de vista estratégico, o Fórum cumpre quatro funções estratégicas para a China, seguindo o que Moraes (2024) entende como o Modelo MCTS, delimitado por sua atuação no setor de Mercados, *Commodities*, assuntos relacionados à Taiwan e posicionamento referente ao Status chinês na região. No que tange à sua função no setor de Mercados, o Fórum serve como uma plataforma para a expansão de produtos, serviços e Investimentos Externos Diretos; no que diz

respeito às *Commodities*, tal instituição facilita a securitização de matérias-primas e a coordenação de acordos de fornecimento; para assuntos respectivos à Taiwan, serve como instrumento para a disputa diplomática de isolamento estratégico contra o reconhecimento da ilha, empregando incentivos econômicos, como a inclusão no Fórum, tratados de livre comércio — a serem discutidos a seguir — e investimentos abarcados pela Iniciativa do Cinturão e Rota e; por fim, na perspectiva de meio de asseguramento de Status, o instrumento valida a posição chinesa como grande potência defensora dos interesses do Sul Global e promotora do diálogo entre as nações emergentes (Cintra, 2013; Moraes, 2024).

Ao tratar do Modelo MCTS, a disputa pelo reconhecimento diplomático da ilha de Taiwan torna-se relevante, devido a sua construção enquanto parte do eixo fundacional do Fórum China-CELAC e, por extensão, da própria arquitetura da Nova Rota da Seda nas Américas, dado que, na prática, a ruptura com Taipé configura-se como condição prévia não formalmente exigida, mas diplomaticamente esperada, para o estabelecimento de vínculos aprofundados com Beijing no âmbito da iniciativa (Nunes et al., 2022). Para compreender a centralidade estrutural desta questão, faz-se necessário, todavia, resgatar brevemente a trajetória histórica das relações entre a China continental e a ilha, dado que esta se dispõe como estratégia de projeção geoeconômica construída pacientemente desde as reformas de Dèng Xiǎopíng (Dalbosco, 2022).

No que diz respeito às relações econômicas e políticas entre a China continental e Taiwan, vê-se que estas mantiveram-se em posição de quase inexistência entre 1949 e 1979, em decorrência das hostilidades pós-guerra e das fases iniciais de reforma e ao foco de atenção interno do PCCh para a reestruturação da China continental após décadas de guerra civil e o Grande Século de Humilhações — em um primeiro momento — e dos esforços da RPC em minar a presença internacional da ilha e fazer-se presente nos espaços ocupados anteriormente por ela na conjuntura externa — em um segundo momento. Tais hostilidades materializaram-se de forma direta nas chamadas Crises do Estreito de Taiwan, episódios nos quais o Exército de Libertação Popular bombardeou as ilhas de Quemoy e Matsu em 1954 e 1958, em confrontos que, sustentados pelo apoio militar dos Estados Unidos a Taipé, chegaram a ameaçar uma escalada bélica direta entre Beijing e Washington como consequência desse antagonismo que marcou as primeiras décadas da divisão entre a RPC e ROC (Fairbank, 1997; Dalbosco, 2022).

Não obstante, após o reconhecimento da RPC pelos EUA e suas reformas internas, Beijing toma a iniciativa de propor contatos entre os dois lados do estreito em 1979, propondo a abertura para comércio direto, serviços postais e ligações de transporte. Tal avanço de caráter pacífico foi facilitado por conta das prioridades de Dèng Xiǎopíng em 1980, que incluíam a reunificação e a modernização econômica, resultando na suspensão por parte de Taipé das proibições de viagem para o continente em 1987, sendo um indicativo de encurtamento positivo das distâncias entre China e Taiwan, também realizado estrategicamente pela RPC enquanto método para mitigar possíveis contestações em relação à posição internacional chinesa (Dalbosco, 2022; Pautasso et al., 2020). Como resultado, em 1993, a China tornou-se o terceiro maior parceiro comercial de Taiwan e, em 2002, seu maior mercado de exportação, caracterizado por um comércio intra-industrial (Dalbosco, 2022).

A consolidação dessa teia de interdependência econômica regional, evidenciada pela atração gravitacional que progressivamente insere Taiwan na órbita produtiva da China continental, ilustra a capacidade de projeção geoeconômica do mercado chinês. Ao administrar as tensões geopolíticas imediatas por intermédio de processos de integração comercial no leste asiático, Beijing possibilitou a estruturação de uma rede de influência internacional baseada na estratégia chinesa de cooperação que viria a consolidar-se cada vez mais nas décadas seguintes. Nesse diapasão, essa base material acumulada, ancorada na reestruturação produtiva, pavimentou o caminho para que a RPC passasse a operar em uma escala ampliada, a partir da expansão de sua indústria nacional, do investimento em setores competitivos estratégicos e da aquisição de uma teia de agentes exportadores que pudessem suprir a demanda interna do país por bens de baixo valor agregado e matérias primas, convertendo o dinamismo regional no alicerce de suas ambições sistêmicas (Moraes, 2024).

É a transposição dessa mesma lógica — o emprego sistemático da interdependência econômica como instrumento de reposicionamento diplomático — que permite compreender a condicionalidade presente nas relações estabelecidas pelo Fórum China-CELAC com os países da região. Com o aprofundamento de suas parcerias no subcontinente atrelado ao reconhecimento da RPC como única representante legítima do povo chinês, ademais da instrumentalização do acesso privilegiado ao seu mercado, fluxos de IED e as oportunidades de inserção na BRI,

Beijing reproduz, em escala hemisférica, o mesmo mecanismo de isolamento gradual de Taiwan que operou no Leste Asiático, utilizando-se da sedimentação de interdependências econômicas que tornam progressivamente mais custoso qualquer alinhamento com Taipé. Nessa perspectiva, cada adesão à Nova Rota da Seda na América Latina equivale, simultaneamente, a um ganho geoeconômico e a um avanço no cerco diplomático à ilha, confirmando a inseparabilidade entre as dimensões comercial e política da estratégia de Beijing (Moraes, 2024; Dalbosco; Wimer, 2024; Negri; Caselato, 2026). Nessa perspectiva, tal “asfixia diplomática de Taiwan” opera como o resultado de um projeto de construção hegemônica que prioriza o consentimento sobre a coerção, confirmando, uma vez mais, a pertinência da teoria coxiana adotada ao longo deste trabalho.

Tendo compreendido o escopo geral de funcionamento do Fórum, observa-se que seu âmbito de atuação oferece à ALC um mecanismo de sinalização crucial para a obtenção de melhores termos de negociação com parceiros tradicionais. Em um cenário de unilateralismo e diplomacia coercitiva dos EUA, o Fórum pode ganhar maior relevância como alternativa de desenvolvimento, com ainda mais destaque no que tange à sua importância para países menores e com menor capacidade de mobilização em escala global (Moraes, 2024). Assim sendo, a China intensifica o uso do Fórum à medida que a competição com Washington se acirra, como evidenciado pela expansão no total de investimentos chineses na região expressa também pela integração de 23 dos 33 países da ALC na Iniciativa Cinturão e Rota, apesar da recente saída panamenha da iniciativa (Nedopil, 2025; Laufer, 2024a).

A principal problemática expressa nessa relação reside majoritariamente na assimetria e na falta de transparência observadas nos acordos, discussões e delimitações intra-Fórum, partindo do ponto de que a organização não conta com prestações de contas claras que deem luz às atividades realizadas, ademais de seus resultados, como no caso da Cúpula Empresarial China-América Latina, cuja carência de clareza e detalhamentos impede a mensuração dos benefícios em termos de desenvolvimento produtivo (CEPAL, 2025). Outrossim, a pulverização das negociações e a baixa institucionalização limitam a capacidade da ALC de exigir compromissos vinculantes e transferência tecnológica — principal reivindicação no âmbito da sobreposição de assimetrias em relações de tal gênero e que conferiria materialidade real ao corpo institucional do Fórum —, limitação, esta, exacerbada pela priorização chinesa à utilização do espaço para perpetuação discursiva e

emprego da instrumentalização dos ideais, em detrimento da fiscalização dos resultados concretos, mesmo com a inclusão de temáticas como ciência e tecnologia em seus planos de ação (CEPAL, 2025; Pedrozo, 2016).

3. A *BELT AND ROAD INITIATIVE* NA AMÉRICA LATINA

A partir do explicitado, tendo em vista a posição que a China ocupa no tabuleiro internacional contemporâneo, torna-se clara a maneira pela qual o estabelecimento de vínculos com a RPC se torna um atrativo para as economias em desenvolvimento. A América Latina, nessa lógica, ocupando sua posição enquanto região predominantemente exportadora de produtos primários, encontrou na China um novo e vasto mercado e um potencial aliado econômico em meio a um declínio relativo percebido da hegemonia econômica e política dos EUA, com o colapso de Bretton Woods, como também já delimitado ao longo do escopo aqui trabalhado (Dalbosco; Wimer, 2024; Wimer; Dalbosco, 2020). Tal cenário torna-se ainda mais perceptível com o lançamento oficial da *Belt and Road Initiative*, estabelecida em 2013 a partir de pronunciamentos do presidente Xi Jinping proferidos na Universidade Nazarbayev, no Cazaquistão, e no Parlamento da Indonésia, eventos que serviram de alicerce para uma inédita arquitetura geoeconômica de abrangência global (Carvalho, 2023).

A concepção da Iniciativa Cinturão e Rota exige a análise de suas raízes históricas, uma vez que a política externa de Beijing utiliza o resgate civilizacional como instrumento de legitimação para sua atual projeção de poder. O próprio termo "Rota da Seda" invoca uma memória de intercâmbio pacífico que durou aproximadamente um milênio e meio, conectando a Ásia à Europa desde o período da dinastia Han, por volta de 130 a.C., até a interrupção imposta pelo Império Otomano no século XV. As expedições do emissário imperial Zhang Qian para a Ásia Central, inicialmente motivadas por imperativos de segurança contra povos nômades, resultaram na abertura de rotas comerciais que permitiram o trânsito de bens de alto valor, inovações tecnológicas e doutrinas filosóficas. Esse fluxo constante gerou cidades multiculturais e sedimentou a imagem de uma China próspera e conectada (Carvalho, 2023).

A reinterpretação moderna dessa herança histórica atua diretamente na forja de um bloco histórico nos moldes gramscianos delimitados por Robert Cox. Ao propor o Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI, a liderança chinesa coloca seus interesses de expansão de capital e escoamento de superprodução industrial em uma narrativa de destino compartilhado, neutralizando parcialmente as desconfianças inerentes aos

processos de transição hegemônica (Cox, 1981; Carvalho, 2023). Tal reinterpretação se sustenta na retórica de rejuvenescimento do país que resgata também a construção de um senso de identidade nacional que honra as raízes imperiais, bem como os primórdios da expansão chinesa para além de suas fronteiras — com as navegações e expedições marítimas chinesas e a consolidação da Rota da Seda Anciã como verdadeiro ponto de conexão entre o “Oriente” e o “Ocidente” —, sem esquecer, contudo, do século de tribulações e tormentas que açoiaram o país e precederam a consolidação da RPC (Carvalho, 2023).

No que diz respeito à inserção da América Latina e do Caribe nesse projeto geoeconômico, observa-se que esta ocorreu de forma gradual. Em sua concepção original de 2013, a geografia da BRI limitava-se à Europa, Ásia e à costa oriental da África. As relações sino-latino-americanas, contudo, já passavam por grande crescimento desde a entrada da China na Organização Mundial do Comércio em 2001, impulsionadas pela complementaridade entre a demanda asiática por recursos naturais e a necessidade latino-americana de bens manufaturados e investimentos (Carvalho, 2023). Historicamente marginalizada nas cadeias de alto valor agregado e carente de modernização logística, a região encontrou na disponibilidade de crédito chinês uma via viável de modernização. Conforme Germanò e Kroetz (2023) apontam, “as sinergias de comércio exterior observadas entre o ALC e a China e o histórico déficit em infraestrutura da região latino-americana contribuíram para uma vinculação entre as economias da região e a China” (Germanò; Kroetz, 2023, p. 185).

A partir desse contexto, o discurso político e econômico no que diz respeito à cooperação de ganho mútuo passou a se direcionar para as nações latino-americanas e caribenhas, construindo uma narrativa que dá sustentação ao interesse chinês em estabelecer aprofundados laços com o subcontinente, delimitando áreas de interesse e possíveis setores de cooperação, determinando suas matrizes e prioridades em potencial. Ainda, observou-se um aumento na participação chinesa como observadora em encontros de diversos blocos regionais com presença latino-americana, como o já citado Fórum China-CELAC, encontros do bloco para Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Parlamento Centro-Americano (PARLACEN), dentre outros (Carvalho, 2023; OEA, 2026; Su, 2023).

No Plano de Cooperação China-América Latina e Caribe (2015-2019), o formato de cooperação com a região era “1+3+6”, sendo o número “1” referente ao Plano de Cooperação; o número “3” correspondendo às forças motrizes desta cooperação (comércio, investimento e finanças); e o número “6” concernente aos setores prioritários da cooperação (energia, recursos naturais, construção, agricultura, indústria manufatureira, inovação científica e tecnológica e tecnologia da informação) (Carvalho, 2023, p. 44).

Com isso, a oficialização dessa aproximação concretizou-se durante a Segunda Reunião Ministerial do Fórum China-CELAC, realizada em Santiago do Chile, em 2018. No referido evento, firmou-se uma declaração especial que chancelou a América Latina e o Caribe como extensões naturais da Rota da Seda Marítima do Século XXI, categorizando as nações do subcontinente como parceiras indispensáveis na aliança cooperativa chinesa (Carvalho, 2023). No sentido jurídico, a rede criada se caracteriza pela flexibilidade institucional intencional, dado que, em detrimento de tratados multilaterais, a China prioriza a assinatura de Memorandos de Entendimento (MoUs) bilaterais, que estabelecem diretrizes gerais de colaboração desprovidas de obrigações legais imediatas, propiciando que a integração ocorra de maneira adequada às capacidades e conveniências de cada governo nacional (Germanò; Kroetz, 2023).

A despeito do contínuo avanço diplomático e do aporte financeiro proporcionado por fundos de investimento e bancos estatais chineses, a consolidação da Iniciativa Cinturão e Rota na região exhibe variadas divergências em sua aplicação prática no subcontinente. A forma como o capital e a influência chinesa são internalizados diverge conforme as especificidades jurídicas, o alinhamento político e a capacidade de barganha das distintas nações latino-americanas. Em virtude dessa pluralidade de cenários e da impossibilidade de analisar o subcontinente de forma genérica, a compreensão rigorosa do fenômeno exige uma investigação territorializada. Por conseguinte, as seções subsequentes deste capítulo focarão no mapeamento e na análise detalhada dos projetos, dos ativos adquiridos e dos arranjos infraestruturais alavancados pela China, destrinchando a materialidade dos investimentos da BRI em cada um dos países que formalizaram sua integração a esse contemporâneo modelo de conectividade global.

A integração geoeconômica proposta pode ser observada nos indicadores de fluxo de capitais registrados no período recente, considerando-se que, ao longo de 2025, o engajamento atrelado à Iniciativa Cinturão e Rota na América Latina e no

Caribe totalizou 4 bilhões de dólares, sendo este valor subdividido em 2,1 bilhões de dólares alocados em contratos de construção civil — o que denota um crescimento de 48% em relação ao ano de 2024 — e 1,9 bilhão de dólares efetivados por meio de investimentos diretos (Nedopil, 2026). É relevante observar, contudo, que a atuação do capital chinês opera também de forma paralela às delimitações institucionais da própria BRI, visto que nações não signatárias do memorando formal, a exemplo do Brasil, absorveram volumes expressivos de investimento externo direto, ultrapassando a marca de 6 bilhões de dólares no mesmo intervalo temporal, conferindo ao país a marca de nação que mais recebeu investimentos chineses no mundo no último ano (Cariello, 2026; Nedopil, 2026). Tais modalidades variáveis de financiamento apontam para a capacidade de adaptação dos mecanismos de cooperação, mobilizando a Iniciativa Cinturão e Rota para a viabilização de crédito e de obras estruturais, ao mesmo tempo em que mantém canais de investimento operantes para diferentes parceiros, independentemente das formalizações diplomáticas da iniciativa (Nedopil, 2026).

Cabe, assim, dar atenção particular ao caso do Brasil, cuja trajetória no que diz respeito à BRI vale determinada apreciação, dada sua posição enquanto maior economia do subcontinente, do principal destino do investimento chinês na América do Sul e de um parceiro comercial estratégico para Beijing há mais de uma década — e, ainda assim, enquanto único grande Estado sul-americano que, ao longo dos governos de Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, manteve uma postura deliberada de não engajamento formal com a Iniciativa Cinturão e Rota (Wu, 2024). Vale notar que, oficialmente, a BRI jamais integrou a agenda bilateral pelo lado brasileiro, partindo do entendimento de que nenhuma instituição doméstica foi criada para alinhar iniciativas nacionais à iniciativa, nenhum acordo suplementar de caráter formal foi firmado sob seu arcabouço e que, nas palavras do ex-embaixador brasileiro na China, Marcos Caramuru, "o Brasil manteve uma distância deliberada da BRI" (Caramuru, 2019 apud Wu, 2024, p. 188, tradução nossa).

Segundo Wu (2024), essa postura decorre da convergência de três fatores estruturais: a baixa intensidade e a heterogeneidade das preferências dos grupos empresariais domésticos em relação à iniciativa, o peso determinante do Itamaraty como centralizador da política externa brasileira e, acima de tudo, a doutrina da autonomia que historicamente norteia a diplomacia do país, pela qual Brasília evita

vincular-se a iniciativas nas quais não goza de posição de igualdade. Em outras palavras, na avaliação dos formuladores de política externa brasileiros, a BRI é percebida como um projeto desenhado para os parceiros menores da China, incompatível com a autopercepção do Brasil como ator global relevante que não pode ser tratado da mesma forma que os demais países da região (Wu, 2024). Essa postura, vale ressaltar, não implicou em afastamento das relações econômicas com a China, já que os vínculos comerciais e os fluxos de IED mantiveram-se em patamares expressivos por canais alheios à iniciativa, evidenciando que a influência chinesa no Brasil avança por caminhos que não requerem a adesão institucional formal à BRI. Por essa razão, ainda que o Brasil constitua, sem dúvida, um ator de peso incontornável no panorama geral das relações sino-latino-americanas, a análise territorializada que se desdobra nas seções subsequentes deste capítulo concentrar-se-á prioritariamente nos países que formalizaram sua participação na BRI por meio de Memorandos de Entendimento com Beijing, pois é nesses contextos que os mecanismos de expansão e enraizamento da iniciativa encontram sua expressão mais direta e mensurável.

Quanto à adesão da região à iniciativa, historicamente, 23 nações latino-americanas e caribenhas assinaram Memorandos de Entendimento para integrar o projeto, passando por um avanço progressivo dessa adesão ao longo dos anos, iniciando-se pelo Panamá em junho de 2017. Na sequência, a parceria expandiu-se consideravelmente durante o ano de 2018, com as entradas de Uruguai, Trinidad e Tobago, Antígua e Barbuda, Bolívia, Guiana, Suriname, Dominica, Costa Rica, Granada, Venezuela, El Salvador, Chile e Equador. O movimento de adesão manteve o ritmo acelerado em 2019, englobando Barbados, Jamaica, Peru, Cuba e República Dominicana. Posteriormente, a lista foi ampliada com as oficializações de Nicarágua e Argentina em 2022, Honduras em 2023 e a Colômbia em maio de 2025, como adesão mais recente (Nedopil, 2025).

Dentro dessa cronologia, a situação panamenha merece atenção, pois, sendo a primeira nação da região a abraçar o projeto chinês em 2017, observa-se que, em maio de 2025, o Panamá também foi o primeiro país a encerrar sua participação oficial na iniciativa (Nedopil, 2025). Independentemente desse desligamento, sua posição geográfica centralizada em uma das passagens interoceânicas mais vitais do comércio global confere ao país uma importância geopolítica incontornável na atual competição estratégica sino-estadunidense. Por ter desempenhado a função

de porta de entrada inicial para a Rota da Seda na América Latina, entende-se como indispensável sua discussão no presente trabalho, acompanhando a análise dos atuais membros.

3.1. PAÍSES LATINO-AMERICANOS PARTICIPANTES DA BELT AND ROAD INITIATIVE

3.1.1. Panamá

O Panamá ocupa posição de destaque em termos da introdução da Nova Rota da Seda na América Latina, tendo sido a primeira nação da região a assinar um Memorando de Entendimento com o governo chinês, em junho de 2017 (Barros, 2020). Este movimento pioneiro, consolidado durante a administração do presidente Juan Carlos Varela, foi precedido pela ruptura diplomática com Taiwan, um dos princípios basilares sobre os quais os acordos pela iniciativa são construídos (Albright et al., 2026). Historicamente inserido na esfera de influência direta dos Estados Unidos, o Estado panamenho vislumbrou na aproximação com a China a oportunidade de diversificar seus parceiros estratégicos e de modernizar sua infraestrutura logística, sem depender exclusivamente dos capitais norte-americanos (Pautasso et al., 2020).

É importante ressaltar, porém, que o reconhecimento diplomático de 2017 vem como resultado de um processo de aproximação de aproximadamente um século, já que os primeiros laços formais entre Panamá e a RPC remontam a 1910, sendo o istmo o pioneiro centro-americano a estreitar vínculos com Beijing (Hellmund; Romero Wimer, 2024). Sem embargo, sucessivas tentativas de reconhecimento da RPC não surtiram efeito ao longo do século XX, em razão da pressão exercida pelos Estados Unidos sobre o governo panamenho e de episódios como a invasão norte-americana de 1989, que interrompeu as tratativas conduzidas pela administração de transição do general Manuel Antonio Noriega (Hellmund; Romero Wimer, 2024).

Nota-se, porém, que o histórico de relações comerciais do país com a Ásia já ocorria com relativa intensidade anteriormente ao seu ingresso na BRI, principalmente por meio das concessões operacionais outorgadas à empresa baseada em Hong Kong, Hutchison Ports, nas entradas estratégicas do Atlântico e

do Pacífico do Canal do Panamá desde 1997, considerando-se que, mesmo com as recorrentes movimentações de interferência estadunidense, laços estreitos ainda conseguiram se estabelecer (Mouynes, 2025; Hellmund; Romero Wimer, 2024). Contudo, a partir da consolidação e aprofundamento dos vínculos diplomáticos, observou-se, até 2023, o aporte financeiro de 854,7 milhões de dólares em empréstimos e doações chinesas para o país, advindo do interesse asiático na consolidação de investimentos na nação latino-americana pioneira na iniciativa (AidData, 2023).

Os investimentos e interesses estratégicos chineses no istmo concentraram-se principalmente no setor de infraestrutura e logística de alto valor, expressando-se principalmente no setor portuário, de construção civil e de transportes de alta capacidade, com o Panamá sendo projetado retoricamente pelas chancelarias como a porta de entrada da China para a expansão na América Latina (Albright et al., 2026). As propostas iniciais incluíam cerca de quatro dezenas de acordos bilaterais temáticos e a promessa da construção de uma ferrovia de alta velocidade ligando as fronteiras norte e sul do país, um projeto cujo estudo de viabilidade técnica foi avaliado em 4,1 bilhões de dólares, mas acabou por estagnar frente às complexidades burocráticas e fiscais (Albright et al., 2026).

Do ponto de vista geopolítico, a adesão panamenha foi inicialmente mobilizada pelas elites locais como recurso para gerar prestígio internacional e construir uma narrativa de *status* de vanguarda em uma nova ordem global multipolar (Albright et al., 2026). Contudo, essa parceria colidiu com os interesses de segurança nacional dos Estados Unidos, que historicamente exercem influência hegemônica sobre a zona do Canal (Mouynes, 2025). Nesse sentido, a pressão norte-americana, personificada em visitas de alto escalão e diplomacia incisiva amplificada pelas mudanças estratégicas da política externa estadunidense no segundo mandato de Donald Trump, ocasionou um retraimento da chancelaria panamenha. Sob a atual administração conservadora, o Panamá tornou-se a primeira e única nação latino-americana a anunciar formalmente sua retirada definitiva da BRI, emitindo um aviso de revogação de noventa dias a Beijing em fevereiro de 2025 (Albright et al., 2026).

3.1.2. Uruguai

Sendo o segundo país latino-americano a ingressar à Nova Rota da Seda, o

Uruguai ganhou destaque no cenário regional em fevereiro de 2018 ao se consagrar como o primeiro membro efetivo do Mercado Comum do Sul a aderir formalmente à arquitetura da BRI (Pautasso et al., 2020; Nedopil, 2025). O interesse de Beijing na nação sul-americana se encontra em sua utilização como *hub* portuário e financeiro estável para acessar o mercado do Cone Sul. Esta estratégia busca pressionar indiretamente as maiores economias vizinhas, como o Brasil e a Argentina, a aprofundarem suas próprias relações com o Estado. Para o Uruguai, a assinatura do acordo no escopo da BRI busca viabilizar as tratativas de um Tratado de Livre Comércio direto com a potência asiática, mesmo com os possíveis empecilhos referentes às diretrizes do Mercosul (Laufer; Wimer, 2024).

Previamente à adesão uruguaia à BRI, observa-se uma relação de longa data entre a RPC e o Uruguai, com relações comerciais entre os dois países já sendo realizadas desde 1955, embora o reconhecimento diplomático formal só viesse a se concretizar em 1988, no contexto da redemocratização uruguaia, que foi diretamente impulsionada pela pressão de setores empresariais locais interessados no mercado asiático (Senra Torviso; Romero Wimer, 2024). O perfil exportador do país passou por uma grande reestruturação setorial nesse intervalo, deslocando-se da predominância da lã para a da soja a partir de 2005, produto que, somado à carne bovina e à pasta de celulose, passou a concentrar 81% das exportações do país à China (Senra Torviso; Romero Wimer, 2024). Tal mudança acompanhou a ascensão chinesa à condição de principal parceira comercial do país a partir de 2012, superando o próprio Brasil, e impulsionou um salto das exportações uruguaias ao mercado asiático de US\$ 95 milhões para US\$ 4,5 bilhões entre 2001 e 2022 (Senra Torviso; Romero Wimer, 2024).

Diferentemente dos padrões observados em outras nações latino-americanas e caribenhas na iniciativa, os investimentos chineses no Uruguai tendem a ser menos direcionados a megaobras de infraestrutura de controle estatal e mais orientados para a facilitação do comércio direto, aquisições estratégicas no setor do agronegócio e modernização das redes de telecomunicações urbanas, bem como no setor energético, tendo sido beneficiário direto de cerca de 323,5 milhões de dólares em aportes chineses até 2023 (AidData, 2023). A maior obra executada por intermédio da BRI no país, nesse sentido, se trata do projeto firmado em 2021 entre a estatal elétrica UTE e a China Machinery Engineering Corporation para o fechamento do anel de transmissão de alta tensão entre Salto e Tacuarembó, ao

qual se somam a presença de capitais chineses no controle logístico de grãos, por meio da COFCO, nas operações marítimas conduzidas pela COSCO e na aquisição de frigoríficos locais (Senra Torviso; Romero Wimer, 2024).

3.1.3. Trinidad e Tobago

A oficialização de Trinidad e Tobago como participante da iniciativa em 2018 solidificou a posição da ilha como um dos pontos de entrada de inserção da China na orla do Grande Caribe (Albright et al., 2026). O alinhamento diplomático entre as nações, contudo, pode ser constatado de maneira prévia, com a vinda de trabalhadores asiáticos ao país em 1806 e o reconhecimento da RPC em 1974, como primeiro país caribenho anglófono a fazê-lo (Gonzalez-Vicente, 2021; Morales Ruvalcaba, 2025). O forte intercâmbio cultural e a diplomacia entre os países culminaram na histórica visita presidencial de Xi Jinping a Port of Spain em 2013, reafirmando a relevância do arquipélago para Beijing.

Econômica e financeiramente, o desenvolvimento industrial da nação, assentada no complexo do gás natural e setor petroquímico, se sustenta nos interesses de segurança energética do Estado chinês. Em termos de investimentos chineses no país, bancos políticos chineses mobilizaram 2,7 bilhões de dólares à economia trinitária em linhas de crédito (Gonzalez-Vicente, 2021). Estes fundos foram alocados majoritariamente para megaprojetos de portos comerciais em águas profundas, centros médicos e complexos de convenções operados com autorização de empresas estatais chinesas (Gonzalez-Vicente, 2021).

O custo inerente a essa entrada de capitais da RPC no país acabou por ocasionar atritos no plano interno trinitário-tobagense, dadas controvérsias atreladas à execução destas obras sob modalidades pouco transparentes e à utilização de força de trabalho chinesa, que provocaram revoltas sindicais pela quebra de normativas laborais históricas que frearam a execução dos projetos (Gonzalez-Vicente, 2021). Contudo, no plano geopolítico, o governo se utiliza retoricamente das estruturas chinesas no país como atestado de uso estratégico da flexibilidade de crédito de Beijing para esquivar-se de condicionalidades impostas pelo capital financeiro do Fundo Monetário Internacional, assumindo um novo modelo que busca realinhamento tático perante à globalização chinesa (Albright et al., 2026).

3.1.4. Antígua e Barbuda

A nação insular de Antígua e Barbuda formalizou sua adesão à Iniciativa Cinturão e Rota em junho de 2018, integrando a primeira onda de países do Caribe a buscar ativamente o financiamento estatal chinês (Nedopil, 2025). As relações com Beijing remontam a décadas de cooperação diplomática, dado que o histórico das relações sino-antiguanas se estabelece desde 1983 e aumentou a partir da inserção chinesa nos déficits de financiamento no país deixados pelas instituições tradicionais do Ocidente. Para o Estado caribenho, independente apenas desde 1981, a aproximação constante com a China, culminando com a visita do Primeiro-Ministro Gaston Browne a Xi Jinping no início de 2024, representa uma oportunidade para diversificar parcerias, dado o contexto de dependência de financiamento ignorada por instituições financeiras tradicionais (Morales Ruvalcaba, 2025).

A inserção no âmbito da Nova Rota da Seda, no entanto, substituiu os padrões prévios de financiamento, pautados nas doações de pequena escala, pelo planejamento de grandes infraestruturas (Rodríguez Bausero, 2025). Compreendendo sete instrumentos bilaterais formais até 2025, os fluxos de investimento e os acordos de cooperação via Nova Rota da Seda têm se concentrado prioritariamente nos setores de infraestrutura portuária, desenvolvimento de resiliência climática e turismo, áreas existenciais para a sobrevivência de um Estado cujo carro-chefe econômico se trata da atração de visitantes, totalizando o montante de 469,5 milhões de dólares em investimento chinês no país, até o ano de 2023 (AidData, 2023; Morales Ruvalcaba, 2025).

3.1.5. Bolívia

A Bolívia oficializou sua entrada estratégica na *Belt and Road Initiative* em junho de 2018, como resultado do processo de alinhamento político com a RPC que se intensificou durante a chamada "maré rosa" latino-americana (Nedopil, 2025; Vegliò, 2024). Historicamente, os governos progressistas bolivianos utilizaram o ciclo favorável do *boom* das *commodities* no início do século XXI para redirecionar as exportações do setor primário para o mercado asiático, visando acumular recursos para financiar políticas sociais redistributivas no intuito de distanciar-se da hegemonia dos Estados Unidos (Vegliò, 2024).

O foco majoritário dos investimentos — que alcançaram, em 2023, a marca de 2,4 bilhões de dólares (AidData, 2023) — e interesses chineses na Bolívia se dá no setor de minerais críticos, com primazia para o disputado "triângulo do lítio" no sudoeste boliviano. Compartilhando com a Argentina e o Chile mais de 75% das reservas mundiais conhecidas deste mineral indispensável para a produção de baterias recarregáveis e veículos elétricos, a Bolívia tornou-se um dos principais focos no setor manufatureiro de alta tecnologia, com os investimentos chineses no setor realizados no intuito de garantir o monopólio no acesso a essas matérias-primas (Vegliò, 2024).

Outrossim, os eixos de cooperação presentes na parceria envolvem projetos como a ampliação da malha rodoviária que conecta Santa Cruz de la Sierra a Cochabamba, trecho fundamental para o escoamento da produção do país em direção às fronteiras (Pautasso et al., 2020). A adesão boliviana é interpretada no âmbito estratégico como uma oportunidade para o fortalecimento da sua infraestrutura interna, buscando mitigar as limitações geográficas impostas pela ausência de saída para o mar, com a intenção de integrar suas cadeias produtivas aos fluxos globais de comércio (Conceição, 2023).

3.1.6. Suriname

O estabelecimento da parceria estratégica do Suriname com o Estado chinês sob o escopo da BRI foi oficializado em julho de 2018, período de auge da expansão da iniciativa na América do Sul (Albright et al., 2026; Nedopil, 2025). Os laços entre o Suriname e a China, similarmente ao caso trinitário-tobagense, ancoram-se na herança cultural, uma vez que as sucessivas ondas de migração de trabalhadores chineses ainda no século XIX estabeleceram no país uma das maiores diásporas chinesas do hemisfério ocidental, o que facilitou o estabelecimento de laços diplomáticos entre os países em 1976 e colaborou para a realização de dezenas de acordos bilaterais e a fundação do Instituto Confúcio local em 2017 (Morales Ruvalcaba, 2025).

O foco dos investimentos chineses estatais e privados no Suriname, que chegaram em 2023 ao montante de 1,5 bilhões de dólares, está principalmente na construção de infraestruturas de conectividade interligada, reformulação da estrutura rodoviária e na exploração de recursos naturais (AidData, 2023). Com uma matriz econômica focada principalmente na mineração de alumínio, ouro e madeira bruta, a

nação sul-americana atraiu, ao longo das décadas de relações comerciais, os interesses neoextrativistas chineses (Vegliò, 2024; Morales Ruvalcaba, 2025).

3.1.7. Guiana

A assinatura do Memorando de Entendimento pela Guiana, em julho de 2018, advém também de um notável histórico de relações diplomáticas com a China, que remonta ao ano de 1972, tornando a Guiana um dos pioneiros da região a estabelecer o reconhecimento oficial da RPC, cimentando laços celebrados com dezenas de acordos bilaterais e a fundação de um Instituto Confúcio, como no caso surinamês (Morales Ruvalcaba, 2025; Nedopil, 2025). Contudo, foi a recente mudança econômica da nação, possibilitada pela descoberta de vastas reservas de petróleo *offshore*, que alterou a atratividade do país para os interesses chineses.

O foco principal dos investimentos chineses no território guianense, a partir disso, orienta-se de forma à garantia do escoamento de insumos naturais e a execução de obras de infraestrutura crítica. Historicamente envolvidas na mineração pesada de bauxita e no segmento madeireiro, as grandes empresas estatais chinesas veem no novo horizonte do petroestado uma oportunidade para despejar capital excedente (Gonzalez-Vicente, 2021). O financiamento — cujas cifras chegaram, em 2023, no total de 1,6 bilhões de dólares em investimento, na forma de subvenções rodoviárias, portuárias e pontes (AidData, 2023) — visa apoiar a expansão econômica guianense, ainda que muitas dessas concessões repitam lógicas de contratação de mão de obra expatriada (Gonzalez-Vicente, 2021).

3.1.8. Dominica

A pequena ilha caribenha de Dominica, por sua vez, aderiu à Iniciativa Cinturão e Rota também em julho de 2018, com relações diplomáticas com a RPC estabelecidas desde 2004, que intensificaram-se na última década à medida que o país buscou ativamente fontes alternativas de financiamento para suprir seu déficit de infraestrutura (Morales Ruvalcaba, 2025; Nedopil, 2025). O reconhecimento de Beijing nessa onda de assinaturas de MoUs inseriu Dominica na estratégia mais ampla de diplomacia do atacado chinesa, com a negociação sistemática de acordos bilaterais em formato padronizado para maximizar sua eficiência diplomática com menores custos de transação (Moraes, 2024). Como contrapartida dominiquesa, o interesse por entrar na *Belt and Road Initiative* — replicado em seus vizinhos

insulares caribenhos — atrela-se principalmente à sinalização de *status* internacional e interesse em ampliar seu espaço de manobra na ordem política do hemisfério ocidental (Albright et al., 2026).

Os investimentos canalizados para Dominica via BRI são pautados pela promessa de melhoria da conectividade e de adaptação à resiliência climática (Morales Ruvalcaba, 2025). Sendo uma ilha cuja economia baseia-se na agricultura de exportação e em nichos de turismo, e que se encontra vulnerável à desastres naturais caribenhos, o foco dos fundos chineses, mapeados em 272 milhões de dólares até 2023 (AidData, 2023), se encontra no desenvolvimento de infraestruturas logísticas básicas de reconstrução. Do lado comercial, Dominica exporta grandes volumes de matérias-primas e equipamentos médicos, importando bens manufaturados chineses, replicando o padrão assimétrico do relacionamento comercial sino-caribenho (Morales Ruvalcaba, 2025).

3.1.9. Venezuela

A inclusão venezuelana na BRI em setembro de 2018 formalizou uma das relações bilaterais mais complexas do Sul Global (Nedopil, 2025). O eixo diplomático entre Caracas e Beijing se estabeleceu no decorrer dos anos 2000, sustentado na aliança geopolítica anti-hegemônica de enfrentamento ao imperialismo norte-americano. Nesse sentido, observa-se que a República Bolivariana da Venezuela concentra a maior parte dos aportes do China Development Bank (CDB) e do Export-Import Bank of China (CHEXIM) na região (Mendonça; Filho; Oliveira, 2021).

Todavia, é importante notar que o colapso da macroeconomia venezuelana na última década e meia forçou a diplomacia chinesa a agir com cautela. A relação sino-venezuelana é frequentemente entendida como estudo de caso sobre os riscos da chamada "armadilha da dívida" (*debt trap diplomacy*) — entendida como a instrumentalização de juros altos em dívidas com o intuito de impedir o pagamento integral dessas e ajudar o país financiador a “alavancar sua influência ou pressionar os Estados-nação a seguir as políticas que beneficiam o credor” (Tripathi et al., 2022, p. 145) —, dada a insustentabilidade econômica gerada por acordos de financiamento em um cenário de crise institucional (Tripathi et al., 2022). Outrossim, o principal destino do investimento asiático foi a manutenção da infraestrutura extrativa, porém a crise econômica no país resultou na paralisação de diversos

empreendimentos de engenharia civil (Rodrigues; Jabbour, 2023). Contudo, é importante observar que, ao contrário do que prega parte da retórica ocidental, Beijing evitou o uso de mecanismos coercitivos ou pressões de caráter estritamente militar para a cobrança de dívidas na Venezuela (Tripathi et al., 2022). O interesse chinês mantém-se, nessa lógica, na segurança de longo prazo da rota de suprimento e na preservação de um parceiro político estratégico (Laufer; Wimer, 2024).

A materialidade desse arranjo se deu na emissão em massa de empréstimos garantidos pelas linhas institucionais do CDB e CHEXIM. Entre 2003 e 2013, a Venezuela havia sido destino de 60% do crédito chinês fornecido à América Latina, atraindo 4,4 bilhões de dólares atrelados às obras rodoviárias e logísticas do país (Vegliò, 2024). Ainda, até 2023, o país recebeu o equivalente a 105,7 bilhões de dólares em empréstimos e doações chinesas, tendo parte do pagamento da dívida estabelecida renegociada a partir do aumento da exportação de petróleo venezuelano à China como medida compensatória (AidData, 2023; Vegliò, 2024).

3.1.10. Granada

O ingresso de Granada na BRI em setembro de 2018 obedece à mesma estratégia de aproximação que o Estado chinês tem empregado em toda a extensão do Caribe oriental (Nedopil, 2025). No caso particular do arquipélago, a história geopolítica de Granada, marcada pela invasão militar intervencionista dos Estados Unidos na década de 1980, restringiu durante muitas décadas a atuação diplomática do país em termos de aproximação com outros atores do Sistema Internacional (Gonzalez-Vicente, 2021). Nesse prisma, o restabelecimento de laços diplomáticos fortes com a China continental em 2005 veio em linhas do interesse do país na diversificação de parcerias para além do domínio historicamente exercido pelo Norte Global (Morales Ruvalcaba, 2025).

A configuração dos investimentos e interesses comerciais orienta-se primariamente para o setor de serviços e turismo, os motores econômicos do país, assim como pelas necessidades críticas de conectividade marítima. Assim, a China apresenta-se como provedora de tais necessidades sem as estritas condicionalidades exigidas pelo FMI, cujas cláusulas de financiamento impuseram historicamente pesados custos às nações caribenhas (Gonzalez-Vicente, 2021). Beijing, por sua vez, beneficia-se da inserção de suas corporações em novos

mercados de construção civil na região, que, no caso granadino, correspondem às cifras de 453,3 milhões de dólares investidos até o ano de 2023 (AidData, 2023). De maneira geral, o principal benefício adquirido pela China no estabelecimento de parcerias com o país deriva do valor geopolítico de reter a lealdade de aliados insulares como Granada e seus vizinhos caribenhos, no qual a acumulação de votos na ONU e demais mecanismos de governança fortalece sua posição de destaque internacional e sustenta seu lugar na disputa pela hegemonia (Albright et al., 2026).

3.1.11. Costa Rica

A Costa Rica atuou como um ator geopolítico precursor na América Central ao decidir romper laços históricos com Taiwan e reconhecer oficialmente a RPC em 2007. A despeito dessa movimentação diplomática, a adesão formal à Iniciativa Cinturão e Rota ocorreu apenas uma década depois, em setembro de 2018 (Barros, 2020; Nedopil, 2025). Conforme já mencionado, o alicerce das relações sino-costarriquenhas foi delimitado por um Tratado de Livre Comércio assinado em 2010, o qual abriu as portas da nação centro-americana para os fluxos iniciais de investimento estrangeiro direto chinês motivados pela mudança de postura em relação ao alinhamento exclusivo a Taipé (Negri; Caselato, 2026).

Em linhas gerais, a dimensão geopolítica desta aproximação é um exemplo de como os pequenos Estados mobilizam as plataformas da BRI para adquirir ganhos de *status* e manobra política. Para a Costa Rica, a adesão foi formulada discursivamente pelas chancelarias como uma reafirmação de seu comportamento e autonomia frente às pressões históricas de Washington. A presença institucional e corporativa chinesa — que movimenta em maior medida os setores ferroviários do país em números que alcançaram, em 2023, a marca de 1 bilhão de dólares em investimentos — serve para distanciar-se da dependência centro-americana em relação ao poder estadunidense (AidData, 2023; Albright et al., 2026; Negri; Caselato, 2026).

3.1.12. El Salvador

A entrada da República de El Salvador na Nova Rota da Seda ocorreu em novembro de 2018, de forma praticamente concomitante ao seu reconhecimento diplomático de Beijing e consequente abandono das relações oficiais com Taipé (Nedopil, 2025). Para o país centro-americano, o interesse central na entrada na

iniciativa concentrou-se na atração das ondas de investimentos chineses designadas para a renovação da malha nacional, instalações portuárias modernas e dinamização turística (Morales Ruvalcaba, 2025). O propósito seria oxigenar uma economia enfraquecida por crônicos déficits de desenvolvimento, que contou com a injeção chinesa de 428,8 milhões de dólares em setores críticos (AidData, 2023). Já para Beijing, o principal interesse está na expansão da sua presença em zonas adjacentes a corredores de alto tráfego marítimo (Vegliò, 2024).

O maior interesse no engajamento de El Salvador, contudo, se dá em termos das narrativas discursivas de poder, tal qual para suas contrapartes caribenhas. Para a elite política salvadorenha, a adesão ao plano de Xi Jinping atua primariamente como sinalização da autonomia nacional frente à influência histórica estadunidense (Albright et al., 2026). Articulando a expectativa de inserção no mundo multipolar, os líderes buscam monopolizar o capital político interno, atestando discursivamente a independência das chantagens de Washington. Entretanto, esta movimentação expôs a nação centro-americana a retaliações por parte do governo norte-americano, intensificada com o retorno da gestão republicana ao poder, novamente expondo como a utilização de narrativas de *status* como essas em um ambiente de competição hegemônica acaba gerando maiores consequências para países com menores níveis de autonomia em âmbito internacional (Albright et al., 2026).

3.1.13. Chile

O Estado chileno formalizou o seu ingresso na BRI também em novembro de 2018, apesar do país já contar com níveis consideráveis de profundidade com a China (Germanò; Kroetz, 2023; Nedopil, 2025). Sendo o primeiro país sul-americano a reconhecer diplomaticamente a China continental, em 1970, e a firmar um Tratado de Livre Comércio, em 2005, o primeiro entre a China e uma nação latino-americana, o país observou um crescimento de exportações superior a 900% na década subsequente, elevando a participação chinesa a 33,5% do total das exportações chilenas em 2018 (Wu, 2024).

No que diz respeito ao fluxo de investimentos chineses para o Chile, estes transitaram de uma postura de aquisição de *commodities* para a compra de ativos no setor de energia elétrica e mobilidade sustentável. Essa mudança é exemplificada pelas aquisições no mercado de transmissão de energia elétrica pela

State Grid e pela importação de ônibus elétricos da montadora chinesa BYD para a renovação da frota urbana de Santiago (Fleck, 2024). Ademais, os investimentos e os interesses chineses no país sul-americano respondem à interesses empresariais domésticas, onde um setor privado consolidado — principalmente no que diz respeito à mineração e agronegócio — vê na Ásia a segurança da manutenção de seu modelo exportador (Wu, 2024). Além disso, o Chile apresentou alto fluxo de IED chinês, alcançando marcas de 7,8 bilhões de dólares até 2023 (AidData, 2023). No setor extrativo, o cobre e o lítio do Deserto do Atacama dominam, mas a pauta diversificou-se nos anos recentes para produtos agrícolas contrassazonais e aquicultura (Vegliò, 2024; Wu, 2024). Recentemente, o capital chinês voltou-se também para infraestrutura e serviços essenciais, com a aquisição da distribuidora elétrica Chilquinta pela State Grid e a concessão da Rota 5 ferroviária (Talca-Chillán) à CRCC (Wu, 2024).

Do lado chinês, os interesses geopolíticos no Chile giram em torno do asseguramento de suprimentos críticos e da projeção de poder brando no setor empresarial do país. Já para o Estado chileno, a adesão à BRI vem em linhas de sua tendência histórica ao livre mercado, sobretudo em meio ao crescente protecionismo norte-americano na administração Trump (Albright et al., 2026; Wu, 2024). O objetivo central do Chile, fundamentado em uma política de Estado consistente, é utilizar os capitais chineses para consolidar o país como um hub logístico, na posição de ponte tecnológica entre a América do Sul e o Indo-Pacífico (Albright et al., 2026; Wu, 2024). Contudo, as promessas atreladas à BRI enfrentaram empecilhos, nos quais projetos de alto perfil que serviriam como marcos da "Rota da Seda Digital" e física, como o cabo de fibra ótica submarino transpacífico e o trem de alta velocidade ligando Santiago a Valparaíso, não tiveram resultados com os investimentos chineses, muitas vezes redirecionados a consórcios do Japão ou cancelados (Albright et al., 2026; Wu, 2024).

3.1.14. Equador

A adesão do Estado do Equador à Nova Rota da Seda em dezembro de 2018 formalizou a aproximação financeira entre os países, processo histórico iniciado durante os mandatos presidenciais de Rafael Correa (Nedopil, 2025). Quando os mercados de capitais controlados por instituições ocidentais impuseram restrições ao crédito equatoriano, os bancos de fomento estatais chineses agiram rapidamente

para corrigir tal lacuna e, ao lado de países como Brasil, Venezuela e Argentina, o Equador despontou como um dos maiores destinos dos fundos administrados pelo CDB e CHEXIM (Mendonça; Filho; Oliveira, 2021). Assim sendo, as estatísticas demonstram que o país absorveu recursos que atingiram a marca dos 25,9 bilhões de dólares em 2023, realizados, porém, através do modelo de empréstimos colateralizados por petróleo (*loans-for-oil*), nos quais a China assegurou a apropriação futura a longo prazo das *commodities* energéticas equatorianas em troca da solvência dos passivos do Estado (AidData, 2023; Vegliò, 2024).

A partir disso, os investimentos concentraram-se na edificação de grandes projetos de geração hidrelétrica e infraestrutura de transporte, como rodovias em Guayaquil (Albright et al., 2026; Vegliò, 2024). Utilizou-se, então, um modelo estruturado em contratos denominados "llave en mano" (*turnkey*), em que as corporações asiáticas, a exemplo da construtora Sinohydro na usina de Coca Codo Sinclair, exercem controle integral sobre o suprimento de insumos e a execução da obra civil (Mendonça; Filho; Oliveira, 2021). No que diz respeito ao escopo do interesse chinês, observou-se a necessidade de exportar o excesso de capacidade de sua indústria de engenharia pesada e garantir suprimentos ininterruptos. Assim sendo, o Equador, buscando modificar sua matriz produtiva, assumiu obrigações contratuais pesadas que culminaram no endividamento do país. Como medida de correção, a formalização do recente Tratado de Livre Comércio supramencionado tem a intenção de reequilibrar essa relação assimétrica, fomentando a expansão das exportações equatorianas do setor não petrolífero diretamente para o mercado asiático (Laufer; Wimer, 2024).

Essas tratativas contribuíram em alta medida para a captação de recursos no país, já que, no decorrer do ano de 2025, o Equador apresentou o quarto maior índice de crescimento global, com o recebimento dos aportes inseridos na Iniciativa Cinturão e Rota, registrando uma expansão de 3.062% nos fluxos de investimento e construção em relação ao período anterior. Esse aumento nos capitais acompanhou os movimentos de reestruturação financeira e de acordos de cooperação mútua estabelecidos com Beijing, situando o Equador como um dos polos de recepção de fomento chinês voltado para a modernização na bacia do Pacífico na América do Sul (Nedopil, 2026).

3.1.15. Jamaica

O governo da Jamaica formalizou a adesão à BRI em abril de 2019, na condição de maior economia do território caribenho a se comprometer com o projeto geoeconômico chinês (Nedopil, 2025). Dotado de forte destaque no cenário regional do Caribe, o país já havia se estabelecido há tempo como polo de atenção internacional da região, tendo sido sede das edições iniciais do Fórum de Comércio Bilateral China-Caribe nos anos 2000, e inaugurando sedes do Instituto Confúcio em 2009, bem como dispendo de 32 acordos soberanos e memorandos ativos no seu acervo (Morales Ruvalcaba, 2025).

Com a integração do país à iniciativa, a ampliação da presença do capital asiático no país estabeleceu como foco principal a exploração da posição geográfica privilegiada que a Jamaica ocupa junto às rotas de navegação transoceânica. Nesse diapasão, o país foi destino de 2,4 bilhões de dólares, primariamente pela concessão de crédito do CHEXIM para a infraestrutura de transportes locais e conectividade civil (AidData, 2023; Nunes et al., 2022). Destaca-se também o investimento direto proveniente de grandes corporações construtoras, como a China Harbour Engineering Company, que injetaram capital reavivando o sucateado parque produtivo de bauxita (JISCO), além do investimento de 457 milhões de dólares alocados na Rodovia Norte-Sul operada sob a China Harbour, levantando centros de convenções de luxo previamente desmobilizados (Gonzalez-Vicente, 2021).

3.1.16. Peru

A República do Peru procedeu com a formalização de sua participação na BRI em maio de 2019, passando a ser um ponto estratégico no planejamento da China para a América do Sul, dada a forte proximidade preestabelecida entre as nações, materializada na assinatura do TLC em 2009 (Sarapura Rivas; Romero Wimer, 2024; Nedopil, 2025). Previamente ao *boom* extrativista no país (2001-2013), as matrizes mineiras do Peru atuaram como principal fonte de insumos críticos para a China na América do Sul, abarcando juntamente com o Brasil e a Argentina 77% da base de Investimento Estrangeiro Direto de Xangai e Beijing (Vegliò, 2024).

É indispensável ressaltar que o segmento de infraestrutura logística peruana no âmbito dos investimentos chineses é o principal ponto de destaque na relação bilateral, mobilizando mais de 24 bilhões de dólares em investimentos até 2023 (AidData, 2023). O interesse nacional chinês em Lima está ancorado, nessa lógica, na consolidação de complexos de escoamento rápido, materializados no

desenvolvimento da área do porto de Ilo e, mais notadamente, na edificação do megaporto da cidade de Chancay, arquitetado pela Cosco Shipping (Fleck, 2024). Essas obras portuárias são essenciais no projeto chinês de construção de portos e centros de transporte no comércio transpacífico sob sua influência e alimentam as expectativas do Peru quanto à possibilidade de reativar o planejamento de uma malha ferroviária bioceânica integrando o interior sul-americano aos litorais, tornando-o o centro logístico e comercial dominante da costa oeste da América Latina, enquanto o interesse chinês reside em garantir rotas transoceânicas para o fornecimento de seus insumos, com a construção dessa malha de escoamento de produções sul-americanas (Fleck, 2024).

3.1.17. Barbados

A ratificação da entrada de Barbados na Iniciativa Cinturão e Rota, materializada em fevereiro de 2019, traz outra parte do conjunto de interesses chineses, pautado também na intenção de criar laços no Caribe anglófono, região de maior influência histórica estadunidense (Nedopil, 2025). Desprovido dos recursos fósseis que costumeiramente integram os acordos com o gigante asiático nos vizinhos continentais, Barbados vê na BRI a oportunidade de revitalizar o setor de hotelaria, hospitalidade e conectividade gravemente impactados pelas irregularidades do capital especulativo mundial e da desindustrialização (Gonzalez-Vicente, 2021). Conseqüentemente, o fluxo de investimentos, calculado em 2,6 bilhões até 2023, viabiliza uma via oportuna que serve de alternativa às instituições credoras de Washington, concedendo à ilha recursos para a reconstrução de rodovias destruídas pelas tempestades caribenhas (Gonzalez-Vicente, 2021; AidData, 2023).

No que diz respeito aos benefícios discursivos da parceria para Bridgetown, constata-se que, assim como para seus parceiros caribenhos, as lideranças políticas nacionais vêem a chegada da plataforma como o instrumento para angariar respeito no sistema internacional, dado que o estabelecimento de laços diplomáticos com quem é visto como o novo arquiteto do poder mundial confere, em suas visões, legitimidade nos mecanismos de governança internacional (Albright et al., 2026). No que tange à China, replica-se o entendimento do interesse nacional relativo aos demais países insulares caribenhos, sendo indispensável para Beijing a aproximação com países sob histórica área de influência estadunidense (Albright et

al., 2026).

3.1.18. Cuba

A inclusão diplomática de Cuba no escopo dos projetos atrelados à BRI em junho de 2019 formalizou a histórica aliança geopolítica entre os países, que se alicerça nas raízes ideológicas compartilhadas pelos governos, tratando-se da mais antiga parceria diplomática forjada pela China comunista nas Américas (Laufer; Wimer, 2024; Nedopil, 2025; Albright et al., 2026). Reconhecendo Beijing como precursora do apoio internacional à nação caribenha durante os anos da Guerra Fria, Cuba percebe a evolução econômica da China como salvaguarda diante do bloqueio imposto pelo vizinho estadunidense (Vegliò, 2024).

Em termos do interesse chinês nas baías cubanas, mapeiam-se os setores de extração mineral, parcerias em biotecnologia farmacêutica e o financiamento de frotas logísticas e renovações na estrutura portuária do país, como na zona de Mariel, acumulando 8,2 bilhões de dólares investidos em Cuba até 2023 (AidData, 2023). Aos olhos de Washington, o contínuo apoio à economia cubana a menos de 150 quilômetros da costa norte-americana confirma que a consolidação da ordem sino-geopolítica vai além da diversificação comercial para converter-se numa confrontação direta entre posições ideológicas (Morales Ruvalcaba, 2025).

3.1.19. República Dominicana

A República Dominicana assegurou a assinatura do Memorando de Entendimento da BRI em dezembro de 2019, após a ruptura das relações diplomáticas mantidas historicamente com Taiwan (Albright et al., 2026). Os interesses em investimento externo da administração dominicana se dão principalmente em projetos físicos como a conversão de pátios portuários obsoletos em complexos logísticos, bem como na expansão das malhas ferroviárias de mercadorias e aumento na eficiência urbana das históricas zonas francas exportadoras no país. Diferindo dos modelos de parceria sul-americanos pautados nos setores de exploração mineral, o plano das elites dominicanas busca receber os investimentos chineses para consolidar a ilha como *hub* de triagem entre os fluxos transatlânticos de comércio livre e as indústrias caribenhas de alto rendimento (Gonzalez-Vicente, 2021).

Contudo, a inserção chinesa, que movimentou no país 298,2 milhões de

dólares em investimentos até 2023, foi observada por Washington, que iniciou pressões diplomáticas por considerar a troca de lealdade e a penetração econômica inaceitáveis num arquipélago tão integrado aos fluxos turísticos dos Estados Unidos (AidData, 2023; Albright et al., 2026). Para Santo Domingo, contudo, as advertências não diminuíram o interesse nacional, defendendo perante à sociedade civil a oportunidade única de receber injeção financeira de alto nível, diante dos desgastes de suas parcerias regionais (Albright et al., 2026).

3.1.20. Nicarágua

A admissão da Nicarágua na Iniciativa Cinturão e Rota ocorreu em janeiro de 2022, com o rompimento de suas relações diplomáticas com Taiwan no final de 2021 (Carvalho, 2023; Nedopil, 2025). Dada a cisão diplomática com o antigo parceiro comercial como condição mandatória para a aproximação com o gigante asiático, a ratificação dessa união resultou na delimitação do Tratado de Livre Comércio China-Nicarágua, em fins de 2024, conforme detalhado em anexo (Vicarioli; Arrieta, 2024). É importante ressaltar, contudo, que o país já havia estabelecido laços diplomáticos com a RPC, já que o país já havia rompido com Taipé e reconhecido formalmente a China em 1985, durante o período revolucionário sandinista, em um movimento posteriormente revertido em 1990, quando o governo de Violeta Barrios de Chamorro retomou os laços com a ilha asiática em meio à reorientação liberal da política externa do país (Hellmund; Romero Wimer, 2024). Entretanto, nesse momento recente de retomada das relações políticas e econômicas, o interesse nicaraguense estava diretamente ligado à oportunidade de atração de capitais focados na revitalização dos terminais de escoamento litorâneo, bem como na ideia de estruturação do projeto do Canal da Nicarágua, cujo amparo jurídico já havia sido mobilizado com grupos chineses anos antes (Negri; Caselato, 2026).

Esse projeto, aliás, remonta à dez anos antes da adesão formal do país à BRI, tendo sido amparado juridicamente pelas leis nº 800 e nº 840, sancionadas em 2012 e 2013, que declaravam a obra como prioridade nacional e viabilizavam, inclusive, a desapropriação de terras camponesas e indígenas situadas na região de impacto do projeto, o que ocasionou intensos conflitos sociais na região (Hellmund; Romero Wimer, 2024). À frente do empreendimento estava a empresa HKND, vinculada ao empresário Wang Jing, cujo grupo empresarial entrou em colapso a

partir de 2015, na sequência da queda da bolsa de Xangai, episódio que causou a impossibilidade da execução do projeto, mesmo sem que Beijing jamais o tivesse endossado oficialmente (Hellmund; Romero Wimer, 2024).

Para além do canal interoceânico, que não contou com a continuidade dos projetos inicialmente discutidos, dois megaempreendimentos estatais concentram a maior parte dos investimentos, que superam a marca de 602,8 milhões de dólares, com o consórcio operado pela CAMC Engineering — que movimentou cerca de 400 milhões de dólares — para a ampliação do Aeroporto Internacional Punta Huete e do terminal do Pacífico em Corinto (AidData, 2023; Albright et al., 2026). Destaca-se, nessa conjuntura, que tais projetos exemplificam as diretrizes de cooperação estabelecidas na BRI para a região centro-americana, nas quais a alocação de fundos tem se direcionado para o desenvolvimento logístico interno, visando promover a integração da malha de transportes nacional aos circuitos de comércio globais, ainda que, semelhantemente ao caso panamenho, o intercâmbio comercial entre Manágua e Beijing permaneça deficitário para a parte nicaraguense (Hellmund; Romero Wimer, 2024; Nedopil, 2026).

3.1.21. Argentina

A adesão plena da Argentina à BRI, concretizada em fevereiro de 2022, já era discutida ao longo dos governos progressistas do país no ápice da era da maré rosa, com o intuito de estabelecer-se como alternativa às diretrizes coercitivas do Fundo Monetário Internacional em Washington, pauta histórica dos desafios financeiros argentinos, com as sucessivas crises macroeconômicas, o esgotamento de suas reservas cambiais e restrições no mercado de crédito internacional, Buenos Aires acabou por recorrer aos mecanismos de financiamento asiáticos (Mora, 2024; Nedopil, 2025; Vegliò, 2024). Essa reaproximação intensificou-se ao longo dos governos de Alberto Fernández e foi acelerada a partir da cooperação sanitária durante a pandemia de COVID-19, com o estabelecimento de um conjunto de acordos de cooperação que culminaria na inserção do país na Nova Rota da Seda (Nunes et al., 2022). Os registros de investimentos no país somam mais de 36 bilhões de dólares movimentados pelo Estado chinês para sustentar a economia argentina, com destaque para a formalização de operações de *swaps* cambiais com o Banco Popular da China, bem como pelo China Development Bank (AidData, 2023; Vegliò, 2024).

Em termos de disposição setorial, os investimentos intermediados pela BRI na Argentina tratam de acordos diversificados em setores de alta tecnologia, abarcando a reformulação de complexos logísticos conectados ao sistema ferroviário para o escoamento focado em cargas agropecuárias (Belgrano Cargas), a estruturação de unidades hidrelétricas de alto rendimento na Patagônia, como os criticados projetos no Rio Santa Cruz, e a inserção das mineradoras estatais chinesas na cadeia de exploração do Triângulo do Lítio, no norte andino (Abrão, 2023; González Jáuregui, 2024; Mora, 2024; Vegliò, 2024). Para o governo em Buenos Aires, a liquidez financeira possibilitada pelos investimentos chineses foi empregada na tentativa de desacelerar sua crise inflacionária, fazendo com que esse processo de inserção econômica caia novamente em padrões já identificados de relações assimétricas extrativistas, nas quais se repete o alerta relacionado ao aumento da dívida externa em países periféricos, dessa vez ligada a atores não-ocidentais (Pereira; Ribeiro, 2023).

3.1.22. Honduras

O ingresso de Honduras na Iniciativa Cinturão e Rota concretizou-se em outubro de 2023, como penúltimo país latino-americano e caribenho a ingressar à iniciativa, repetindo-se o padrão diplomático estabelecido nas nações vizinhas, com rompimento das relações oficiais com Taipé (Nedopil, 2025). Pressionada por um déficit fiscal estrutural que limitava a sua capacidade de investimento primário, a administração hondurenha optou por buscar os recursos de infraestrutura oferecidos pelo modelo chinês para contornar as condicionalidades de ajuste fiscal tradicionalmente impostas pelo Ocidente (Barros, 2020).

De maneira inicial, as pretensões do país com a entrada na iniciativa objetivavam a construção de complexos viários do país, empreendimentos que visavam maior atração de investimento estrangeiro e foram liderados pela transnacional China Harbor Engineering Company, visando a dragagem e expansão do porto atlântico de San Lorenzo, além de alargamentos rodoviários financiados para viabilizar o desenvolvimento de um porto seco, bem como de pontes limítrofes entre o Atlântico e a orla Pacífica, contando com um investimento acumulado de 413,7 milhões de dólares (AidData, 2023; Albright et al., 2026). Porém, o embate pela influência geográfica na América Central resultou, no caso de Honduras, na interferência por parte da diplomacia securitária estadunidense, que acabou por

congelar a presença financeira chinesa nos portos hondurenhos, impedindo a sequência dos projetos em prol da contenção da inserção chinesa (Albright et al., 2026).

3.1.23. Colômbia

Bogotá, como adesão latino-americana mais recente à iniciativa, formalizou sua entrada na BRI através de um Memorando de Entendimento em maio de 2025, já possuindo grande presença financeira de grupos chineses no país mesmo antes de tal, contando com o aporte de 3,7 bilhões de dólares em investimentos até 2023 (Nunes et al., 2022; AidData, 2023; Nedopil, 2025). Estagnada por décadas a fio na estratégia diplomática de “mirar o norte”, na qual as políticas de combate ao narcotráfico ocasionavam alinhamento aos investimentos estadunidenses, a nação acabava por não participar de maneira ativa nos acordos promovidos no escopo da Nova Rota da Seda (Wu, 2024).

O poder de atração da globalização mercantil, contudo, passou a causar rupturas internas na diplomacia do país, que começou a direcionar-se gradualmente à Beijing sob a política de engajamento externo passivo dos mandatos de centro-direita no país via Iniciativa Colômbia-China (Wu, 2024). Com isso, essa incorporação inicial ao capital chinês era voltada a modernização dos setores de escoamento agrário, bem como à realização de licitações das companhias ferroviárias geridas por Beijing nas regiões montanhosas e encostas colombianas (Vegliò, 2024; Wu, 2024). Embora o volume das transferências por meio da *Belt and Road* não seja tão expressivo — dado o status recente de signatário de Bogotá, conferindo menor tempo hábil para a leitura de impactos da iniciativa no país —, observa-se como setor de interesse já expresso e possível área de cooperação futura a inserção chinesa no ramo minerador colombiano, que já apresenta movimentação de um *lobby* exportador interno em prol da concretização de tais interesses (Wu, 2024).

3.2. DISPOSIÇÕES ACERCA DO MAPEAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS E DOS INVESTIMENTOS CHINESES NA REGIÃO

A leitura do mapeamento acima delimita a maneira pela qual os investimentos

chineses na região organizam-se em torno de um núcleo setorial relativamente bem definido. A infraestrutura logística, compreendendo portos de águas profundas, rodovias, ferrovias e aeroportos, é o setor de maior recorrência e aporte financeiro na iniciativa, tendo como exemplo primo o megaporto de Chancay, no Peru, obra que apreende o potencial de alterar as dinâmicas de escoamento transpacífico e sinaliza a aspiração chinesa de moldar a organização logística do continente em função de seus próprios circuitos de suprimento (Fleck, 2024; Sarapura Rivas; Romero Wimer, 2024). Em paralelo, o setor extrativo de minerais críticos — cobre, lítio, bauxita, ouro — mobiliza cifras igualmente expressivas, com destaque para as operações no triângulo do lítio entre Argentina, Chile e Bolívia, região que concentra uma das maiores reservas mundiais de um mineral indispensável para a transição energética e para a cadeia de produção de veículos elétricos e baterias avançadas, setores nos quais a China busca consolidar liderança global (Vegliò, 2024; González Jáuregui, 2024). O setor energético, por sua vez, compreende os investimentos em hidrelétricas equatorianas, as plataformas petrolíferas venezuelanas e guianenses e os projetos de energia renovável no Chile e na Argentina, tendo a segurança energética de longo prazo como grande eixo da presença chinesa na região (Mendonça; Filho; Oliveira, 2021; Mora, 2024).

Tomando como referência o conjunto dos dados financeiros mapeados individualmente nas seções precedentes, é possível agregar o volume acumulado de investimentos e empréstimos chineses canalizados aos 23 signatários latino-americanos e caribenhos da *Belt and Road Initiative*, que ultrapassa a marca de 229,6 bilhões de dólares. Observa-se, porém, uma distribuição desigual desse montante entre os signatários, onde há um padrão de concentração heterogêneo no qual Venezuela, Argentina e Equador, isoladamente, respondem por aproximadamente 73% de todo o capital mobilizado pela iniciativa na região, ao passo que o conjunto dos dez Estados insulares caribenhos que aderiram à iniciativa, não obstante sua relevância numérica e diplomática para Beijing, absorve pouco menos de 9% desse total (AidData, 2023). Essa assimetria de investimentos é explicada pela lógica de interesse energético e extrativista que orienta a alocação prioritária dos grandes bancos chineses, cujos empréstimos concentraram-se historicamente nos Estados detentores de maiores reservas de hidrocarbonetos, minérios e terras agricultáveis, em contraposição aos valores de investimento mais modestos direcionados às pequenas economias insulares e centro-americanas, cujo

interesse na BRI se volta principalmente aos ganhos diplomáticos e de *status* já discutidos (Mendonça; Filho; Oliveira, 2021; Vegliò, 2024; Albright et al., 2026).

Nesse panorama, vale-se situar também o caso brasileiro, ainda que o país permaneça, como discutido anteriormente, fora da adesão formal à iniciativa. Em 2025, o Brasil absorveu volume de investimento direto chinês superior a 6 bilhões de dólares, tornando-se a nação que mais recebeu capitais asiáticos no mundo, montante que isoladamente supera o valor total dos investimentos nos signatários centro-americanos e caribenhos da BRI até 2023 (Cariello, 2026). Porém, ainda que tal disparidade seja verificável, o fluxo de investimentos na região segue em expansão, já que constata-se também que seu aumento no ano de 2025, totalizando 4 bilhões de dólares, dos quais 2,1 bilhões corresponderam a contratos de construção civil — 48% a mais que no período anterior —, e 1,9 bilhão a investimentos diretos propriamente ditos (Nedopil, 2026).

Nessa conjuntura, a análise dos interesses estratégicos chineses por trás dessa rede de investimentos permite identificar pelo menos quatro motivações interligadas. A primeira delas refere-se à garantia de suprimentos de matérias-primas e insumos estratégicos, indispensáveis tanto para sustentar a indústria doméstica quanto para alimentar as cadeias produtivas de alta tecnologia em expansão, dado que o interesse chinês por *commodities* como o cobre chileno, a farinha de peixe peruana, os hidrocarbonetos venezuelanos e equatorianos e o lítio do arco andino, dentro do contexto do planejamento estratégico interno advém de uma lógica de política de Estado (Wise, 2012; CEPAL, 2025). A segunda motivação consiste na expansão da pegada logística global, com a construção e o controle de portos, terminais e corredores de transporte que garantam à China rotas alternativas de escoamento e distribuição independentes das dominadas pelas potências ocidentais, replicando, no contexto contemporâneo, a lógica das antigas rotas comerciais que conferiram poder às potências hegemônicas precedentes (Arrighi, 2013; Fleck, 2024).

Em terceiro lugar, a dimensão diplomática, considerada aqui no sentido geopolítico do interesse chinês, da BRI é igualmente central, dado que cada adesão negociada com países que anteriormente reconheciam Taiwan equivale, simultaneamente, a um avanço no isolamento internacional da ilha e a votos adicionais nos fóruns multilaterais em favor das posições de Beijing — mecanismo que Moraes (2024) identifica como parte do Modelo MCTS e que se mostra

relevante no Caribe, onde os pequenos Estados insulares exercem, coletivamente, influência considerável em termos numéricos nos organismos de governança internacional (Albright et al., 2026; Moraes, 2024). Por fim, a instrumentalização da BRI como vetor de construção do bloco histórico contra-hegemônico se constrói na narrativa de cooperação Sul-Sul e de desenvolvimento compartilhado, que posiciona a China como alternativa às condicionalidades do Consenso de Washington e das instituições de Bretton Woods, angariando o consentimento das elites periféricas e conferindo legitimidade à transição hegemônica em curso, ponto que será devidamente aprofundado no próximo capítulo (Cox, 1981; Rodrigues; Martins, 2020; Pedrozo, 2016).

Do lado latino-americano e caribenho, os interesses que motivaram a adesão à iniciativa também apresentam especificidades que merecem consideração. Para as economias de maior porte, como Argentina, Chile, Peru, Equador e Venezuela, a aproximação com a China via BRI respondeu à necessidade de diversificação das fontes de financiamento externo e à demanda por infraestrutura de escoamento de suas exportações primárias, num contexto em que as condições impostas pelos credores ocidentais tradicionais mostravam-se crescentemente onerosas (Laufer; Wimer, 2024; Mendonça; Filho; Oliveira, 2021). Para os estados insulares caribenhos e as nações centro-americanas de menor dimensão econômica, por outro lado, a motivação principal se concentrou na sinalização de *status* internacional como recurso de política externa para ampliar o espaço de manobra frente à influência estadunidense, possibilitando sua abertura à nova ordem emergente (Albright et al., 2026; Gonzalez-Vicente, 2021).

Contudo, a reiteração do padrão assimétrico nas relações comerciais e de investimento se trata de um elemento que perpassa a lógica da relação sino-latino-americana por intermédio da BRI como um todo, reproduzindo os padrões de dependência centro-periferia já identificados no capítulo precedente. Com raras exceções, os países do subcontinente que aderiram formalmente à iniciativa o fizeram se comprometendo com a exportação de recursos naturais e produtos primários de baixo valor agregado para o mercado chinês, ao passo que os investimentos recebidos — mesmo os voltados para infraestrutura — tenderam a privilegiar a contratação de empresas e mão de obra chinesas, o financiamento condicionado à importação de insumos asiáticos e, em determinados casos, arranjos de garantia baseados em *commodities*, como os empréstimos por petróleo firmados

com Venezuela e Equador (Laufer, 2024a; Vegliò, 2024). Assim, ainda que a BRI se apresente retoricamente como instrumento de cooperação horizontal e de desenvolvimento inclusivo, de maneira prática, as relações observadas indicam que os países latino-americanos e caribenhos signatários inseriram-se nela como fornecedores de matérias-primas com os padrões de especialização que historicamente caracterizaram a posição periférica da região na divisão internacional do trabalho (CEPAL, 2025; Laufer, 2024a; Cintra, 2013).

No entanto, observa-se certa divergência nesse padrão, já que o caso chileno, por exemplo, traz uma relação relativamente mais diversificada, com investimentos em setores como a transmissão elétrica e mobilidade urbana, bem como em relação aos intercâmbios comerciais, no qual a Balança de Pagamentos com a China manteve-se superavitária, ainda que pautada na exportação de cobre e produtos primários (Fleck, 2024; Wu, 2024). O Peru, por sua vez, objetiva a utilização do porto de Chancay como *hub* logístico de projeção continental, o que, se concretizado, poderia dar maior centralidade ao país nas cadeias globais de valor (Fleck, 2024). A Argentina, apesar das controvérsias em torno do endividamento e da concentração dos investimentos no setor extrativo, tem avançado na negociação de projetos de maior complexidade tecnológica, incluindo acordos para a produção de veículos elétricos e fábricas de baterias de lítio (Télam, 2021; González Jáuregui, 2024). Além disso, o caso uruguaio também diverge em partes do padrão dominante, dado que os investimentos chineses no país concentraram-se mais na facilitação comercial direta, ainda que a reprimarização da pauta exportadora reproduza a mesma lógica de dependência identificada nos demais signatários sul-americanos (Senra Torviso; Romero Wimer, 2024).

O caso panamenho, por sua vez, torna-se interessante devido a sua posição de primeiro país da região a aderir à iniciativa, em 2017, e de primeiro a dela se retirar formalmente, em 2025, entendendo como se dão os limites da BRI no sentido de buscar estabelecer de maneira mais incisiva sua presença político-econômica em regiões de influência estadunidense mais consolidada e historicamente estratégicas para Washington (Albright et al., 2026; Mouynes, 2025). O caso nicaraguense, de modo análogo, mostra outro lado das limitações chinesas com a iniciativa, considerando-se que o projeto do Canal Interoceânico permaneceu na fase de planejamento, em decorrência da falência do conglomerado chinês inicialmente responsável por sua execução (Hellmund; Romero Wimer, 2024).

A partir disso, considerando o levantamento realizado, pode-se afirmar que a presença da *Belt and Road Initiative* na América Latina apresenta, sim, uma oportunidade real de acesso a financiamento e modernização de infraestrutura para países cronicamente carentes de investimento, sem deixar — por outro lado — de se comportar, na maneira como atua de forma prática, como instrumento que reforça assimetrias históricas da inserção periférica do subcontinente na economia-mundo — assimetrias que, conforme Arrighi (2013), são parte dos processos de acumulação sistêmica que acompanham as transições hegemônicas. Nessa lógica, a atuação da BRI na América Latina corrobora para a construção do bloco histórico contra-hegemônico descrito por Cox (1981), criando redes de interdependência material que contribuem para o deslocamento do centro da acumulação global em direção ao eixo sinocêntrico, complementarmente ao Fórum China-CELAC, como se observou no capítulo anterior (Rodrigues; Martins, 2020; Laufer; Wimer, 2024; Moraes, 2024).

4. O PAPEL DAS FORÇAS INTERNAS NA TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA

Em geral, os três capítulos anteriores trabalharam com os principais pontos da inserção chinesa no subcontinente, fundamentando teoricamente o processo de construção da potencial ordem sinocêntrica em gestação, bem como contextualizando a atuação prática do país na América Latina e o Caribe, o que nos possibilitou contextualizar as estratégias utilizadas pelo país em seu processo de projeção global. Porém, a partir desse momento, considerar-se-ão os mecanismos pelos quais o poder se capilariza nas sociedades nacionais, escoando pelas instituições, atores e processos que operam em esferas inferiores às de chancelarias e fóruns multilaterais, delimitando como a movimentação, do macro ao micropolítico, se torna relevante para as dinâmicas já abordadas.

Todavia, é necessário, antes relembrar o contexto geopolítico no qual os Estados latino-americanos se encontram, com a competição crescente entre os Estados Unidos e a China pelo posicionamento estratégico no hemisfério ocidental, o que coloca os governos da região diante de um conjunto de pressões simultâneas e, por vezes, contraditórias, conforme já observado em capítulos anteriores. Conforme aponta Heine (2025), a quarta reunião do Fórum Ministerial China-CELAC, realizada em Beijing em maio de 2025, esclareceu a disposição latino-americana em preservar seus vínculos com a China a despeito das pressões provenientes de Washington, que vai além de padrões maniqueístas de alinhamento geopolítico, na qual os governos da região têm buscado um posicionamento de autonomia relativa frente às duas superpotências (Heine, 2025).

A partir disso, considera-se o conceito de Não Alinhamento Ativo (NAA), formulado por Fortin, Heine e Ominami como doutrina de política externa voltada a priorizar os interesses nacionais em detrimento dos imperativos geopolíticos externos, nos quais a Política Externa se constrói flexivelmente, avaliando cada assunto específico individualmente e aproximando o país de Washington ou de Beijing a depender do tema em pauta (Heine, 2025). Tal postura parte do entendimento compartilhado entre as nações latino-americanas e caribenhas de que o alinhamento automático a qualquer dos polos implica renunciar em partes à capacidade de negociação que a própria rivalidade inter-hegemônica coloca à disposição dos atores menores (Heine, 2025).

A relevância do Não Alinhamento Ativo para a análise das forças internas

na transição hegemônica está na sua dimensão infrapolítica, dado que, ao explorar as possibilidades abertas pela concorrência sino-americana, os governos latino-americanos podem exercer agência no plano externo e condicionar o espaço doméstico para a formação de alianças e de blocos de interesse (Heine, 2025). Conforme argumenta Cox (1981), a configuração das forças sociais internas é indissociável das condições estruturais do sistema-mundo, de modo que a possibilidade de navegar entre dois polos hegemônicos em disputa permite a satisfação de demandas das coalizões que sustentam — ou questionam — o aprofundamento dos vínculos com a China.

O ponto de partida teórico a ser utilizado, nesse sentido, é a premissa de que a transformação da ordem mundial se constrói a partir das relações sociais internas, progredindo até às formações nacionais. Nas palavras de Cox, "a tarefa de mudar a ordem mundial começa com o longo e trabalhoso esforço de construir novos blocos históricos dentro das fronteiras nacionais" (Cox, 2007, p. 123). Essa afirmação, pautada num entendimento à primeira vista simples e quiçá corriqueiro das dinâmicas internacionais contemporâneas, carrega a inferência, basilar para o presente trabalho, de que o avanço ou o recuo da influência chinesa na América Latina deve ser compreendido para além da ótica dos tratados assinados ou dos volumes de investimento contabilizados, construindo-se, também, a partir da identificação das forças sociais, dos grupos políticos, das instituições culturais e dos atores subnacionais que, no interior de cada Estado latino-americano, acolhem, resistem ou amplificam o projeto de Beijing. Como Cox (2007, p. 118) também expõe que "uma hegemonia mundial é, em seus primórdios, uma expansão para o exterior da hegemonia interna [nacional]", o que implica que o êxito da pretensão hegemônica chinesa depende, em última instância, da qualidade e da extensão das alianças que ela é capaz de forjar no interior das sociedades às quais pretende se vincular, com o reconhecimento da heterogeneidade dos atores que constituem, ou se contrapõem, ao processo em curso.

Tratando-se das elites econômicas, o setor agroexportador é a fração de classe mais orientada ao aprofundamento dos vínculos com Beijing, à medida que seus rendimentos se tornaram estruturalmente dependentes da demanda do mercado asiático; os setores industriais domésticos, por sua vez, apresentam resistências à aproximação formal com a BRI pelo risco de perda de competitividade frente a concorrência com os manufaturados chineses, enquanto as tecnocracias

estatais oscilam entre o reconhecimento das oportunidades de financiamento infraestrutural e as preocupações com a perda de autonomia econômica (Wu, 2024). Para além desse setor, os movimentos sociais camponeses identificam na cooperação técnica com a China uma alternativa ao modelo do agronegócio convencional, enquanto comunidades indígenas e afro-latinas cujos territórios são diretamente afetados pela inserção chinesa vivenciam os custos de sua expansão sobre os grupos periféricos da região (Almeida, 2025; Sarapura Rivas; Romero Wimer, 2024; Costantino; Mora, 2021). Em resposta a esses impactos, organizações ambientalistas, sindicatos de trabalhadores rurais e conselhos de povos originários constroem resistências coletivas que, em determinadas circunstâncias, chegam a suspender judicialmente obras e a redefinir os termos dos acordos.

Essa perspectiva torna relevante o conceito de paradiplomacia que, entendida como o conjunto de atividades internacionais conduzidas por atores subnacionais — municípios, estados, províncias, regiões e demais entidades não governamentais —, traz consigo a ideia de complementaridade à política externa nacional tradicionalmente conduzida, atendendo a assuntos pertinentes a pautas regionais específicas. Nessa lógica, a atuação de entes público-estatais subnacionais, como os municípios e os Estados-membros da federação, é promovida cada vez mais no estabelecimento desses atores como parte essencial da geopolítica (Prado, 2018; Weiss, 2023). Assim, a dimensão subnacional da política internacional passa a ser um dos cenários preferíveis da construção de influência chinesa, no qual esta pode ser cultivada menos visivelmente, evitando resistências dos governos centrais e construindo redes de consenso a partir de baixo.

A partir do explicitado, a análise das dinâmicas de poder interno permite identificar duas dimensões complementares — mas analiticamente distintas e, em essência, marxistas — do processo de sedimentação da influência chinesa no subcontinente sendo elas a superestrutural, observada nos instrumentos de construção do consenso local por meio do emprego de instrumentos ideológicos, das instituições culturais, das redes de paradiplomacia urbana e da cooptação de grupos políticos; e a infraestrutural, empregada nas relações de produção que vinculam o agronegócio, os movimentos sociais e as elites regionais latino-americanas aos interesses chineses. Ambas as dimensões, como demonstrará este capítulo, convergem na formação de um bloco histórico regional

cuja coesão é ainda incompleta e contraditória — como o próprio processo de disputa hegemônica —, mas cujas tendências são suficientemente observáveis para constatar um processo de transição em curso (Cox, 1981).

4.1. A DIMENSÃO SUPERESTRUTURAL DA PARADIPLOMACIA: HEGEMONIA CULTURAL, INSTITUIÇÕES E A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO LOCAL

Conforme já entendido no primeiro capítulo, a hegemonia atua distintamente da compreensão baseada no senso comum que a atrela ao emprego coercitivo de instrumentos de legitimação baseados na força. Para Gramsci, o domínio de uma classe ou potência sobre as demais é resultado de um trabalho de convencimento — de uma direção intelectual e moral que se converte na visão de mundo naturalizada internamente. Como sintetiza Todescato:

A hegemonia é a conquista, por parte de uma camada da sociedade, da visão de mundo que tende a se tornar a ideologia histórica 'verdadeira', ou seja, historicamente legítima para todo o conjunto da sociedade. A classe hegemônica para se colocar dessa maneira deve ser sempre classe dirigente, por isso a necessidade de uma reforma intelectual e moral [...] (Todescato, 2019, p. 96).

Tal construção do consenso passa, necessariamente, pelo plano das ideias e das instituições — os dois vértices não materiais da tríade analítica coxiana — que, em interação com as capacidades materiais, conformam aquilo que o autor chama de estrutura histórica (Cox, 1981).

Nesse sentido, é importante dar luz ao entendimento de que a hegemonia, na leitura gramsciano-coxiana, opera tanto pelo domínio da sociedade civil quanto pelo controle do aparato estatal, sendo que a primeira dimensão é, em geral, a mais estável e a mais difícil de reverter. É na sociedade civil, principalmente no que tange às universidades, aos meios de comunicação, às associações culturais, igrejas e partidos políticos, que o consentimento hegemônico é produzido e reproduzido cotidianamente. Uma potência que pretenda construir uma nova ordem não pode, portanto, deixar de disputar por esse espaço, sendo essa a disputa que se observa, com crescente sofisticação, na projeção chinesa na América Latina (Ferreira, 2016; Silvestre, 2019).

Por exemplo, ressalta-se o papel dos Institutos Confúcio, que, instalados em universidades ao redor do mundo todo, são responsáveis pelo ensino de mandarim e promoção da cultura chinesa, ampliando o alcance da diplomacia

chinesa para além das Embaixadas. No contexto latino-americano, Ellis et al. (2022) observam a consolidação de parcerias para a inauguração de mais de 44 Institutos Confúcio na região como parte de um esforço que inclui também uma série de oportunidades acadêmicas e culturais possibilitadas por meio de tal instituição.

O envolvimento da RPC também assume dimensões culturais e informacionais, incluindo a disseminação regional direcionada de mídia e propaganda patrocinadas pelo Estado da RPC; o estabelecimento de 44 Institutos Confúcio regionais para o ensino da língua e cultura chinesas da RPC; várias formas de engajamento “pessoa a pessoa”, incluindo bolsas de estudo patrocinadas pelo Estado que facilitam o estudo na China e intercâmbios estratégicos de “especialistas”; a promoção de viagens de políticos, jornalistas, acadêmicos e outros da América Latina para visitar a China; e outras formas de engajamento estratégico (Ellis et al., 2022, p. 81-82).

Nesse diapasão, a estratégia empregada pela RPC ultrapassa o escopo da promoção linguística, construindo bases para o processo de formação de intelectuais, diplomatas, empresários e técnicos latino-americanos familiarizados com a perspectiva chinesa do mundo e com as potencialidades do mercado asiático. Esse processo, construído através de programas de bolsas, *think tanks* financiados e vínculos múltiplos com instituições chinesas, seria diretamente responsável pela criação do que, à luz de Gramsci, poderia ser chamado de bloco de intelectuais orgânicos — parte crucial do processo de construção de blocos históricos — de uma potencial ordem sinocêntrica em gestação (Ellis et al., 2022; Silvestre, 2019). Conforme Cox esclarece sobre os intelectuais:

Os intelectuais desempenham papel-chave na construção de um bloco histórico. Os intelectuais não são um estrato distinto e relativamente fora das classes sociais. Gramsci os via como organicamente conectados a uma classe social. Realizam a função de criar e sustentar as imagens mentais, tecnologias e organizações que mantêm coesos os membros de uma classe e de um bloco histórico ao redor de uma identidade comum. Os intelectuais burgueses fizeram isso para a totalidade de uma sociedade em que a burguesia era hegemônica. Os intelectuais orgânicos da classe operária desempenhariam um papel semelhante na criação de um novo bloco histórico, sob a hegemonia da classe operária, dentro dessa sociedade (Cox, 2007, p. 112).

Com esse entendimento, compreende-se a maneira pela qual o processo de cooperação acadêmica se torna importante para a consolidação da ordem sinocêntrica em gestação, considerando que o estabelecimento de vínculos com centros de ensino e pesquisa em seus países parceiros, bem como a criação de acordos de intercâmbio e oportunidades de ensino na China contribui para a formação de intelectuais com afinidade acadêmica à Beijing e aprofundado

conhecimento de seus costumes e cultura em geral. Tal formato de cooperação resulta em benefícios para o país, no que diz respeito à aproximação às elites intelectuais nacionais, ao mesmo tempo em que também traz benefícios produtivos às nações latino-americanas, com o aumento de oportunidades acadêmicas para as redes de ensino superior do subcontinente, sem contrapartidas altas das instituições acadêmicas (Ellis et al., 2022).

Ademais, regionalizando a análise para o cenário específico sobre as relações entre Foz do Iguaçu e a China pela via da diplomacia cultural, a critério de exemplo, pode-se observar a multiplicidade de mecanismos mais cotidianos pelos quais a influência chinesa escoia para dentro dos territórios nacionais, por meio dos municípios (Gaona, 2025) .

A diplomacia cultural e a diplomacia dos presentes são ferramentas estratégicas na projeção global da China. Através dessas práticas, o país não somente fortalece suas relações internacionais, mas também molda a percepção de [atores] globais, consolidando sua influência sem recorrer à coerção econômica militar (Gaona, 2025, p. 29).

Destarte, o caso de Foz do Iguaçu, primeiro município latino-americano e único município brasileiro a fazer parte da Aliança Internacional das Cidades Turísticas da Rota da Seda, serve de exemplo para como a diplomacia cultural chinesa opera em múltiplas escalas simultâneas, por meio de festivais como o Ano Novo Chinês e o Festival da Lua Cheia — ambos oficializados no calendário municipal —, intercâmbios, doações simbólicas e acordos de irmandade — dos quais o município brasileiro ostenta dois acordos de irmandade vigentes com as cidades chinesas de Xiamen e Kunming, bem como dois acordos de amizade com as cidades de Yichang e Wuhan. Com isso, Beijing constrói, junto à municipalidade, parcerias que ultrapassam o âmbito das transações econômicas e penetram nas representações culturais e na identidade local (Gaona, 2025; Diretoria de Relações Internacionais, 2026).

Para Gaona (2025), essa estratégia descentralizada surge complementarmente à diplomacia nacional, como um mecanismo pelo qual a paradiplomacia chinesa é empregada diretamente para a minimização de custos internos de transação e criação de mais instâncias de colaboração. Ou seja, ao empregar tais táticas paradiplomáticas, cultivando laços com atores subnacionais, a China reduz a dependência em relação à disposição dos governos centrais, sujeitos em maior medida à alternância eleitoral e à pressões geopolíticas dos Estados

Unidos, construindo uma base de apoio interna que cria um ambiente favorável à sua penetração econômica e política (Gaona, 2025). Outrossim, agrega-se à análise o entendimento de como entes subnacionais acabam por ser submetidos às dinâmicas internacionais das cadeias produtivas globais, o que abre espaço para a atuação chinesa nessas regiões, de modo que as conexões econômicas induzem, quase organicamente, a busca por vínculos paradiplomáticos por parte dos governos locais (Weiss, 2023).

A pandemia de Covid-19 também trouxe outro exemplo de como essa construção de consenso interno se dá, principalmente no que tange ao papel desempenhado pelas associações chinesas na América Latina, que, articulando-se com o aparato diplomático de Beijing, iniciaram a chamada "diplomacia das máscaras", distribuindo equipamentos de proteção individual e doações médicas junto a comunidades locais e governos subnacionais. Essa movimentação humanitária corrobora para a construção de imagem descentralizada supramencionada, que define parte da estratégia chinesa de inserção subnacional (Lau Ibarias, 2022). Ainda, essa movimentação, dirigida a atores não-centrais em momentos de vulnerabilidade, remete ao conceito gramsciano de guerra de posição — a ocupação gradual dos espaços da sociedade civil —, que Cox identifica como condição para a construção de uma contra-hegemonia duradoura (Cox, 2007).

Também se observa um enfoque descentralizado voltado para objetivos como a transmissão de valores e o aumento da legitimidade externa em nível local. Especialmente no que se refere à relação entre os atores subnacionais chineses e os atores locais não estatais (Lau Ibarias, 2022, p. 79, tradução nossa).

Merece atenção especial, também, o papel dos grupos políticos e dos partidos como mediadores internos dessa disputa superestrutural. A análise das relações China-América Latina revela relativa correlação entre a orientação ideológica dos governos nacionais e o grau de aprofundamento das parcerias com Beijing. Conforme Ellis (2024) postula:

Embora a China geralmente se abstenha de formar blocos politicamente aliados ou de apoiar ativamente a derrubada de governos não cooperantes, a literatura existente sugere a presença de uma relação recíproca em que as mudanças políticas em direção a governos populistas de esquerda e autoritários beneficiam a RPC, enquanto o envolvimento da RPC apoia e reforça essas mudanças (Ellis, 2024, p. 175).

Como pode ser observado no contexto da região, governos com viés antiocidental ou antiestadunidense tendem a enxergar na China um parceiro

estratégico com o papel de potência que, ao oferecer crédito sem as condicionalidades político-econômicas típicas das instituições de Bretton Woods, confere às lideranças locais maior margem de manobra e legitimidade interna (Ellis, 2024). Por sua vez, governos com viés pró-ocidental costumam se distanciar retoricamente de projetos chineses, apesar de, na prática, acabarem por estabelecer relações comerciais e continuarem a apresentar vínculos com o país asiático, dado o entendimento de que a proximidade comercial das elites internas e grupos domésticos de relevância impossibilitam qualquer ruptura com o paradigma já consolidado, permitindo que a agenda chinesa consiga operar tanto com lideranças ideologicamente próximas quanto junto àquelas mais distantes (Ellis 2024; Ellis *et al.*, 2022).

Essa dinâmica pode ser exemplificada no caso da adesão argentina à Nova Rota da Seda, durante o governo Alberto Fernández, dado que, em fevereiro de 2022, momento no qual o então presidente argentino cumpriu visita à China, estabeleceu-se a adesão oficial do país à iniciativa, tornando a Argentina a principal economia do continente americano a ingressar o projeto (Villasenin, 2024). Naquele contexto, o engajamento argentino perante à BRI delimitou-se enquanto declaração indireta do posicionamento geopolítico nacional baseado na interpretação, por parte da cúpula governamental peronista, de que a aproximação com Beijing oferecia alternativas ao círculo vicioso de dependência financeira em relação ao FMI (Villasenin, 2024).

Contudo, a partir do momento no qual a extrema direita de Javier Milei assumiu o poder em dezembro de 2023, carregando uma retórica fortemente anticomunista e pró-Washington, a expectativa era de uma ruptura abrupta com o projeto sino-centrado de seus antecessores, como demonstram Merke e Doval:

Em questões cruciais como os conflitos na Ucrânia e em Gaza, Milei posicionou-se inequivocamente ao lado dos Estados Unidos e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sinalizando um aprofundamento dos laços com as potências ocidentais. Enquanto isso, as relações outrora robustas com a China, uma marca das administrações anteriores, agora ficaram em segundo plano, assumindo uma natureza mais técnica (Merke; Doval, 2024, p. 89, tradução nossa).

Todavia, mesmo que a expectativa de alinhamento ideológico argentino em temas geopolíticos centrais com os Estados Unidos tenha se concretizado, a ruptura das parcerias sino-argentinas, esperada e prometida com o giro ideológico do executivo de Buenos Aires, não ocorreu conforme assegurado. Na realidade, os

fluxos comerciais, contratos de infraestrutura em andamento e a interdependência financeira entre os países impuseram limites aos interesses ideológicos e políticos do novo governo (Merke; Doval, 2024). Nessa lógica, aproximamos novamente o exemplo argentino ao entendimento gramsciano-coxiano, que mostra como as forças subnacionais e das elites econômicas vinculadas ao agronegócio exportador — que continuaram a pressionar a administração de Milei pela manutenção dos vínculos com o maior comprador de suas *commodities* — foram capazes de impedir o rompimento das relações do país com a China (Ferreira, 2016; Merke; Doval, 2024).

Vale ressaltar também que dinâmicas similares podem ser observadas em outros países da região que, igualmente, se viram confrontados com a necessidade de adaptar suas relações com Beijing a partir das pressões simultâneas do interior de suas próprias estruturas estatais. Wu (2024) demonstra que a formulação da política externa em relação à Nova Rota da Seda na América do Sul é condicionada pela interação entre os interesses dos grupos empresariais domésticos e o locus efetivo de tomada de decisão em política externa, seja ele a chancelaria profissional ou a presidência da república. No caso chileno, o autor evidencia que o conjunto relativamente homogêneo de interesses empresariais, dominado pelos setores exportadores de *commodities* e pelo setor de infraestrutura, ambos favoráveis ao aprofundamento dos vínculos com Beijing, aliado também à presença de uma chancelaria profissional e autônoma, conferiu à política externa do país em relação à BRI relativa consistência ao longo de distintas administrações e distintos alinhamentos ideológicos, de Michelle Bachelet a Sebastián Piñera (Wu, 2024). Esse dado se faz relevante a partir da ideia de que a construção do consenso hegemônico no plano superestrutural é mais eficaz quando encontra no interior do Estado uma coalizão de interesses convergentes que o conduz em direção ao polo emergente; e que, paradoxalmente, governos de orientação conservadora e pró-livre mercado podem ser tão ou mais permeáveis à incorporação da BRI quanto governos de esquerda, a depender da configuração específica das forças sociais domésticas (Cox, 1981; Wu, 2024).

Tal achado de Wu (2024) relativo ao caso chileno pode ser extrapolado e estabelecido em paralelo com demais exemplos no cenário latino-americano, no qual se observa a centralidade das elites econômicas, dos conglomerados empresariais e do empresariado doméstico, em sentido amplo, enquanto agentes

mediadores da construção do consenso hegemônico em seu plano superestrutural. Conforme já adiantado, a configuração das forças sociais internas corrobora ou questiona o aprofundamento dos vínculos com Beijing a depender de como tais grupos avaliam, em termos de ganhos e perdas relativos, a aproximação com a potência asiática (Cox, 1981). Por exemplo, no Brasil, a fração da classe capitalista vinculada ao agronegócio funciona como barreira interna ao alinhamento automático do país aos imperativos de Washington, na medida em que a sua própria lucratividade encontra-se atrelada às parcerias com o mercado consumidor chinês. Essa postura não decorre de adesões ideológicas desse setor ao projeto geopolítico chinês, sendo construída a partir de um cálculo pragmático que tende a se sobrepor aos giros ideológicos dos governos eleitos. Contudo, a mesma dinâmica pode ser observada em sentido inverso, já que, no que diz respeito ao México, a homogeneidade da coalizão empresarial interna historicamente voltada à integração com a América do Norte atua como força de distanciamento, legitimando internamente as relações com os Estados Unidos e dificultando aproximação mais profunda com a China (Bojikian; Fernandes, 2025). É interessante notar que essa inversão de sentido pode mesmo ocorrer no interior de um único país, a depender da fração de capital tomada como referência, como no caso brasileiro, no qual o domínio do setor de engenharia e construção pesada — protagonizado pelo grupo Odebrecht — bloqueou, durante anos, o acesso das construtoras chinesas aos projetos nacionais de infraestrutura ao longo das gestões do Partido dos Trabalhadores, barreira que somente veio a ceder após a desarticulação desses atores domésticos provocada pela Operação Lava Jato (Ellis, 2024).

No caso da América do Sul, os grandes conglomerados do agronegócio e do setor extrativista pressionam os respectivos governos federais para a celebração de tratados de livre-comércio bilaterais com a China voltados à exportação de *commodities* como a soja e a carne, movimento que, por sua própria lógica de maximização de vantagens comparativas, acaba por fragilizar as iniciativas de integração intrarregional, a exemplo do Mercosul (Gonzalez-Jauregui; Tussie, 2023). Nesse sentido, atrelando esse entendimento ao quadro coxiano mobilizado até aqui, observa-se como a busca por consenso hegemônico em torno do projeto chinês pode depender da desarticulação de blocos de cooperação concorrentes, na medida em que relações bilaterais diretas entre Beijing e frações empresariais nacionais tendem a ser mais maleáveis do que negociações conduzidas no âmbito de blocos

regionais constituídos. Internamente, tomando como exemplo o padrão de transações comerciais consolidado entre o Nordeste brasileiro e a China, caracterizado pela exportação de bens de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, vê-se que isso também é válido, pois este reforça, em escala regional, preferências de política externa convergentes com a manutenção e o aprofundamento dos laços sino-brasileiros (Melo; Moreira, 2009).

Em direção complementar a esse raciocínio, Nunes e Farias (2020) demonstram que, na América Central e no Caribe, foram justamente as elites políticas e os grupos econômicos domésticos, interessados nos volumes de financiamento chinês destinados a obras de infraestrutura, os responsáveis por incentivar, junto aos governos da sub-região, a decisão de romper relações diplomáticas históricas com Taiwan em favor do reconhecimento da República Popular da China. Em paralelo a esse realinhamento diplomático, transnacionais tecnológicas chinesas como a DiDi, a Alibaba e a Huawei inseriram-se na infraestrutura de serviços desses países a partir das oportunidades de mercado abertas pelos próprios empresários locais (Ellis, 2024). Nesse caso específico, a preferência empresarial doméstica viabilizou reorientação formal da política externa nacional, evidenciando a tese coxiana segundo a qual a hegemonia mundial requer a expansão para o exterior de hegemônias previamente consolidadas no plano interno (Cox, 2007).

No polo oposto desse espectro, o caso brasileiro exemplifica como as mediações internas podem também frear a inserção hegemônica chinesa no plano superestrutural. Assim como introduzido no capítulo anterior, observa-se que o Itamaraty vem formulando de forma consistente em diferentes governos uma postura de não engajamento com a BRI, fundamentada nas ideias já discorridas de que, em posição de potência regional latino-americana, não é de interesse brasileiro o ingresso em uma iniciativa compreendida como destinada a países de menor projeção econômica, além do fato categórico de que o não-ingresso ao projeto chinês não impede o país de ser o destino de altos fluxos de investimentos de Beijing. Assim sendo, com o prevalecimento da decisão do Itamaraty, no Brasil, o bloco dirigente consolidado na esfera diplomática operou, nesse caso específico, como contrapeso à penetração institucional chinesa, partindo de uma lógica de preservação da autonomia relativa do Estado, no que diz respeito especificamente à adesão, ou não, à BRI (Wu, 2024; Cox, 1981).

O cenário que emerge dessa análise é, portanto, o de uma disputa superestrutural aberta. O poder externo — seja ele estadunidense ou chinês — não se impõe de forma direta sobre as formações nacionais latino-americanas, ele é, antes, "traduzido, reinterpretado e normalizado por elites domésticas, sejam elas políticas, econômicas e intelectuais, que delimitam o campo das possibilidades nas políticas públicas" (Bojikian; Fernandes, 2025, p. 2). Nesse prisma, essa mediação e legitimação internamente organizadas conferem centralidade às forças subnacionais vigentes para a compreensão da transição hegemônica, dado que, a depender da configuração das forças políticas que controlam o Estado em um dado momento — bem como das expectativas de ganho ou perda que as diferentes frações das elites associam à parceria com Beijing —, a janela de oportunidade para o aprofundamento ou o recuo da influência chinesa se abre ou se fecha. Alinha-se novamente esse cenário às ideias de Heine (2025) sobre o Não Alinhamento Ativo, a partir da premissa de que as pressões simultâneas de Washington e Beijing induzem as lideranças latino-americanas a preservar uma margem de autonomia relativa, recusando o alinhamento automático com qualquer dos polos e explorando, estrategicamente, as oportunidades oferecidas pela rivalidade inter-hegemônica; postura, esta, que, paradoxalmente, tende a beneficiar a China, cuja oferta de parcerias sem condicionalidades políticas a torna a opção preferida dos governos que buscam diversificar seus mercados e parcerias.

4.2. A DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL: O BLOCO HISTÓRICO REGIONAL, FORÇAS SOCIAIS, AGRONEGÓCIO E ALIANÇAS PRODUTIVAS SUBNACIONAIS

Se a dimensão superestrutural da influência chinesa na América Latina opera principalmente nos planos da cultura, da ideologia e da política, a dimensão infraestrutural se manifesta nas relações de produção, nas cadeias de valor e nas alianças de classe que vinculam frações das burguesias e dos movimentos sociais do subcontinente à dinâmica econômica chinesa. É nesse escopo em que a tríade coxiana se completa, com o entendimento de que as capacidades materiais geradas pelo engajamento produtivo com a China produzem, gradualmente, novas forças sociais que, por sua vez, pressionam os Estados latino-americanos em direção ao aprofundamento de vínculos institucionais e políticos com Beijing (Cox, 1981). Como o próprio Robert Cox formula: “mudanças na organização da produção geram novas

forças sociais que, por sua vez, provocam mudanças na estrutura dos Estados; e a generalização das mudanças na estrutura dos Estados altera a problemática da ordem mundial”(Cox, 1981, p. 220, tradução nossa).

Inicialmente, o pilar da integração financeira é entendido como vetor de superação da hegemonia do dólar e das instituições de Bretton Woods, considerando-se que, para viabilizar os requerimentos exigidos pela conectividade global, a China mobiliza seu aparato de capitalismo de Estado, direcionando os recursos de instituições como o CDB e o Eximbank. Paralelamente, o país promove a fundação de novas entidades multilaterais, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Fundo da Rota da Seda (Silk Road Fund), este último capitalizado inicialmente com dezenas de bilhões de dólares oriundos das reservas cambiais chinesas (Carvalho, 2023). Assim, a concessão de crédito atrelada à BRI, frequentemente executada por meio de financiamentos que privilegiam a contratação de empreiteiras estatais chinesas, facilita a internalização dos fluxos monetários sob a gestão das autoridades asiáticas e impulsiona a utilização do Yuan em transações comerciais transfronteiriças, desafiando a unipolaridade financeira do dólar (Coelho; Aquino, 2023; Carvalho, 2023). Esse movimento pode servir de exemplo para a fase de expansão financeira descrita por Giovanni Arrighi, complementar à ideia coxiana de mudança das cadeias das estruturas internas e externas, na qual o potencial centro hegemônico tenta assumir o controle dos circuitos globais de capital com instrumentos próprios (Cox, 1981; Arrighi, 2013).

Sob essa ótica, a investida financeira de Beijing na região pode ser lida como indício infraestrutural da fase de expansão do ciclo sinocêntrico em formação, que perpassa pela disputa sino-estadunidense em termos de construção de estruturas alternativas às consolidadas pelos EUA no decorrer de seu período hegemônico. Nessa disputa, o continente latino-americano passa a ser o destino da realocação desses capitais, construindo um cenário no qual a China desponta como alternativa concreta ao neoliberalismo financeirizado. Por fim, a eficácia desse processo em construção legitima as narrativas superestruturais de cooperação Sul-Sul, consolidando o consenso apontado por Cox como base para esse processo de consolidação de hegemonia (Arrighi, 2013; Todescato, 2019; Rodrigues; Martins, 2020; Cox, 1981).

Os investimentos chineses na ALC, com isso, são capazes de criar grupos de interesse domésticos cujos rendimentos passam a depender da progressão e do

aprofundamento da parceria com a RPC. Esses grupos, por sua vez, exercem pressão sobre os governos nacionais e subnacionais para que se adotem políticas que favoreçam a manutenção e a expansão desses vínculos. Ao fazê-lo, convertem-se, para todos os efeitos, em forças sociais domésticas da disputa pela transição hegemônica, atores internos que, sem necessariamente compartilhar alinhamento político-ideológico direto com a China, acabam por desempenhar o papel de facilitadores estruturais do projeto geopolítico chinês (Vieira, 2013; Merke; Doval, 2024; Bojikian; Fernandes, 2025).

O setor agroexportador da América Latina merece destaque, dado que, conforme a China consolidou sua posição como principal mercado de destino das exportações agrícolas do subcontinente, os grandes e médios produtores rurais passaram a depender cada vez mais da demanda chinesa que passou a pautar suas preferências de política externa. Com isso, o cenário criado ocasionou o reposicionamento de tais setores pela China nas cadeias globais de valor, configurando as preferências das frações de classe que dela se beneficiam (Escher; Garcia; Almeida, 2025).

Ainda, outro componente da estratégia chinesa de inserção na infraestrutura produtiva latino-americana é o da aquisição e do controle de terras agrícolas. De acordo com Nakatani et al. (2014), a partir da década de 2010, observou-se um aumento da compra de terras agricultáveis na América Latina por parte de instituições chinesas. Isso é realizado com o intuito de garantir segurança alimentar de longo prazo para uma população de mais de 1,4 bilhão de habitantes por meio do controle das bases produtivas que abastecem o mercado chinês. Cabe o entendimento, também, nesse contexto, de que quando grupos chineses adquirem terras cultiváveis na região, eles estão construindo vínculos de interesse com elites agrárias locais, que passam a ter a continuidade da parceria com Beijing como condição de sua própria reprodução econômica. Cria-se, assim, um *lobby* agrário doméstico pró-China cuja força política tende a crescer de acordo com aprofundamento dos vínculos produtivos (Nakatani et al., 2014; Escher; Garcia; Almeida, 2025).

As medidas adotadas para atender a demanda interna por recursos naturais são variadas, mas as aquisições de terras e de empresas no exterior são um importante indicador da necessidade dos chineses por tais recursos e de sua estratégia de garantia de autonomia no abastecimento interno de matérias primas e da soberania alimentar. Ademais, os potenciais problemas de fornecimento gerados por mudanças políticas nos países

fornecedores ou de suas relações com a própria China também contribuem para a expansão da própria cadeia produtiva de empresas chinesas em alguns setores e países (Nakatani et al., 2014, p. 62-63).

Na Argentina, as províncias de Río Negro e Entre Ríos podem ser vistas como exemplo desse cenário explicitado acima. Em Río Negro, o executivo provincial firmou acordos com a estatal chinesa Beidahuang Group prevendo a cessão do domínio de mais de 250 mil hectares de terras férteis, operação viabilizada por decreto executivo e sem a realização de Estudos de Impacto Ambiental prévios. Em Entre Ríos, a Corporação Estatal Chinesa de Construção e Engenharia (CSCEC) atuou similarmente, aprovando a cessão de aproximadamente 54 mil hectares de terras produtivas (Costantino; Mora, 2021). No que tange aos impactos observados nesse contexto para os produtores locais, vê-se que os agricultores vinculados ao projeto de Río Negro seriam, na prática, convertidos em trabalhadores subcontratados, com o destino de toda a produção à exportação para a China por um período de 20 anos (Puyana; Costantino, 2015; Costantino; Mora, 2021). Já em Entre Ríos, o projeto ameaçava conduzir os pequenos proprietários rurais — os *chacareros* — à insolvência, pela imposição de altos custos e tributos territoriais, ao passo que na Patagônia, a realização das represas Kirchner-Cepernic pelo Gezhoubu Group em Santa Cruz resultou na expropriação forçada de extensas margens do rio, levando os produtores de gado ovino à falência por impedi-los de acessar as reservas de água durante o inverno (Costantino; Mora, 2021).

No caso colombiano, por sua vez, a proposta negociada com agentes chineses para a apropriação de 400 mil hectares na região da Orinoquia previa a instalação de um modelo de enclave no qual trabalhadores chineses administrariam o cultivo de cereais destinados ao mercado asiático (Puyana; Costantino, 2015). O avanço desse modelo contribuiu para o deslocamento de camponeses e de comunidades indígenas e afrocolombianas de seus territórios, aprofundando contradições históricas numa questão agrária de alta complexidade no país (Costantino, 2016; Puyana; Costantino, 2015). Frente a isso, a resistência organizada de distintos setores da sociedade civil latino-americana passou a contestar essa movimentação de aquisição de terras, sob os quais, na Argentina, coalizões formadas por conselhos de povos originários, centrais sindicais como a CTA e a ATE, associações estudantis contestaram os projetos financiados pelo capital chinês, chegando a obter liminares judiciais que suspenderam obras em

alguns dos vales afetados (Costantino; Mora, 2021). Essas pressões obrigaram grupos como a COFCO a deixarem de adquirir diretamente terras agricultáveis e passarem a comprar comercializadoras de grãos já estabelecidas no mercado regional, passando a dominar setores como a comercialização de sementes e logística para contornar as resistências sociais sem abrir mão do controle sobre os fluxos agroexportadores (Costantino; Mora, 2021).

Além do mais, para além da inserção econômica e política no setor agrícola por vias da compra de *commodities* e aquisição de terras, o estabelecimento de parcerias de cooperação técnica entre instituições acadêmicas e científicas chinesas e movimentos sociais camponeses latino-americanos compõe parte importante do plano de cooperação. Nesse sentido, dá-se destaque especial ao do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e sua aproximação com a Universidade Agrícola da China, com o intuito de promover o intercâmbio tecnológico visando a destinação de materiais e máquinas agrícolas para o grupo brasileiro, voltado a agricultura familiar e camponesa no país, que conduz enquanto prática política a construção de métodos agrícolas sustentáveis alternativos ao agronegócio (Almeida, 2025).

Essa parceria se torna interessante pois evidencia que a influência chinesa na sociedade civil latino-americana não obedece a um padrão único de alinhamento de classe, já que, enquanto o país asiático aumenta sua presença no subcontinente a partir da cooptação das elites do agronegócio exportador; encontra também pontos de apoio entre os setores populares que, insatisfeitos com esse mesmo modelo, enxergam na parceria tecnológica com a China uma alternativa para a superação de seus desafios (Almeida, 2025). Nessa diversidade de formas de inserção, pode-se identificar a formação do bloco histórico, como já apresentado, uma aliança ampla, internamente heterogênea, que articula frações de classe diferentes, por vezes até mesmo contraditórias, em torno de um projeto de transformação da ordem existente (Cox, 1981).

Essa heterogeneidade interna do bloco emergente também pode ser vista na criação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste em 2019 (Consórcio Nordeste), que, tendo sido formado por parte da iniciativa dos Governos Estaduais do Nordeste brasileiro, busca estabelecer parcerias internacionais, sendo a China o principal ator internacional envolvido em tal. Dada sua criação em 2019, durante o primeiro ano de mandato do governo Bolsonaro no

Brasil, o feito pode ser lido enquanto decisão tática dos governos estaduais nordestinos, administrados predominantemente por partidos progressistas, para contornar a política federal, tendo em vista sua postura de hostilidade declarada à China na época, bem como um canal para a atração de investimentos chineses em energias renováveis e infraestrutura logística para uma região historicamente marginalizada no modelo de desenvolvimento brasileiro (Nascimento; Clementino, 2024).

A movimentação observada nesse exemplo tem base na trajetória histórica das relações comerciais entre o Nordeste brasileiro e a China, cujos setores agropecuários e de mineração regionais somavam, ainda na década de 2000, 40% do valor das exportações da região, tendo seu crescimento apoiado no crescimento das demandas de consumo chinesas (Melo; Moreira, 2009). Em outras palavras, as relações produtivas precederam e conseguiram condicionar o surgimento de projetos paradiplomáticos, reforçando uma vez mais a construção do argumento aqui estabelecido dos papéis das forças sociais na construção de ferramentas materiais da disputa pela hegemonia.

Deslocando o foco para o entendimento do caso peruano, por sua vez, observam-se disputas internas entre frações das elites nacionais com aprofundamento da presença do capital chinês no Peru — principalmente no que tange às atividades mineradoras, à pesca industrial e ao setor financeiro —, que criou alianças econômicas com setores da burguesia local, ao mesmo tempo em que gerou tensões com comunidades indígenas e populações atingidas pelos projetos extrativistas. Essa contradição interna dá luz ao entendimento de que a construção do bloco histórico pró-China na América Latina avança na medida em que os interesses das elites exportadoras são atendidos, mas encontra resistências nos espaços em que o modelo de acumulação proposto conflita com os direitos das populações locais (Sarapura Rivas; Romero Wimer, 2024).

A heterogeneidade das forças sociais que mediam a inserção chinesa na América do Sul revela-se com ainda mais clareza quando se observa a diversidade dos padrões de relacionamento com a BRI no interior de economias de estrutura mais complexa. Wu (2024), investigando o processo de formulação de política externa em relação à BRI no Chile, na Colômbia e no Brasil, demonstra que as distintas configurações empresariais domésticas podem influenciar tanto o grau de adesão de cada país à iniciativa quanto a forma assumida por essa adesão. No caso

chileno, como supracitado, a predominância de um setor extrativo e agroexportador relativamente homogêneo, gerou um grau de convergência de interesses empresariais que pressionou o Estado em direção à entrada na BRI (Wu, 2024). Em contrapartida, na Colômbia, a presença de um setor industrial manufatureiro com forte capacidade de pressão sobre o executivo, historicamente afetado pela competição de produtos chineses tanto no mercado doméstico quanto nos mercados de exportação, gerou uma coalizão empresarial de resistência que travou, durante anos, qualquer aproximação mais formal com a BRI, mesmo que o setor de infraestrutura e o agronegócio manifestassem interesses crescentes no aprofundamento das relações com Beijing (Wu, 2024).

A dimensão do lócus de tomada de decisão em política externa acrescenta uma camada adicional de complexidade a esse quadro, dado que, quando a intensidade das preferências empresariais em relação à BRI é baixa — ou seja, quando os diferentes setores da economia nacional se dividem entre favoráveis e contrários à iniciativa —, o papel determinante na formulação da política externa se concentra no aparato estatal, e a questão central passa a ser qual componente desse aparato detém, efetivamente, o poder de decisão. Nessa lógica, no caso de países dotados de corpo diplomático profissional e autônomo, como o Brasil, é a burocracia da chancelaria que acaba por delimitar as preferências de atuação, produzindo uma política externa coerente, independente da orientação ideológica dos governos. Já no caso de países com estrutura diplomática fragilizada e poder de decisão concentrado no executivo presidencial, como a Colômbia, são as preferências e os cálculos eleitorais do presidente da república que moldam a política externa, tornando-a mais vulnerável às oscilações dos grupos de interesse domésticos e às pressões externas (Wu, 2024).

Ainda, faz-se indispensável ressaltar como a presença econômica da China na América Latina é responsável também por parte do processo de reconfiguração dos arranjos institucionais da integração regional, moldando a transição a partir de demandas domésticas fragmentadas. A partir dessa premissa, vê-se que os projetos de infraestrutura financiados pelo capital chinês têm o potencial de reconectar os territórios subnacionais latino-americanos nos quais se fazem presentes, alterando os rumos da integração regional tradicional por meio da criação de rotas de escoamento que atravessam as fronteiras nacionais e conectam os destinos das regiões produtoras diretamente às flutuações da demanda do mercado asiático. O

efeito causado por esse processo comporta-se nas linhas de reforço à posição da China como centro organizador das cadeias de valor regionais, bem como do enfraquecimento de projetos de integração autônoma da América Latina, cujos blocos regionais encontram-se progressivamente mais permeáveis às lógicas bilaterais da diplomacia econômica de Beijing (González-Jáuregui; Tussie, 2023).

Tendo sido compreendidas as principais dimensões infraestruturais aqui concebidas, faz-se luz agora à maneira pela qual as hesitações internas nas principais economias da região em torno da adesão à BRI refletem as tensões entre as diferentes frações do bloco histórico em formação. O setor primário exportador, como se observou, tende a apoiar o aprofundamento das relações com a China, dado o interesse imediato na abertura do mercado asiático, mesmo se encontrando em esferas de ideologia política contrárias à chinesa, ou ainda quando governos ou partidos com orientação ideológica contrária ao modelo político chinês estão no poder. Por sua vez, os setores industriais tendem a hesitar diante do risco de concorrência com os produtos manufaturados chineses. Ainda, em nível nacional, as tecnocracias estatais oscilam entre o reconhecimento das oportunidades de financiamento da infraestrutura e as preocupações com a dependência e a perda de autonomia. Essa heterogeneidade interna é, na perspectiva coxiana, o ambiente normal em que os blocos históricos são forjados, passando pela negociação permanente entre forças parcialmente convergentes, cujos interesses específicos são articulados em torno de uma plataforma comum suficientemente abrangente para acomodar suas diferenças (Cox, 1981; Cox, 2007; Nunes et al., 2022).

Partindo desse ponto da heterogeneidade dos atores movimentados nas parcerias com a China, torna-se relevante destacar que, segundo Xi Jinping, a própria ideia de conectividade proposta com a implementação da Nova Rota da Seda busca “conectar o coração das pessoas” (The State Council Information Office, 2015 apud Tolentino, 2024, p. 5), o que aponta para a consciência estratégica com que Beijing articula as dimensões material e cultural de seu projeto hegemônico (Tolentino, 2024). Para além disso, pode-se entender que a infraestrutura física — portos, ferrovias, hidrelétricas, cabos de fibra ótica — apesar de essencial do ponto de vista do projeto econômico da *Belt and Road Initiative*, também dá durabilidade ao consenso construído no plano superestrutural. Assim sendo, quando os diversos projetos rodoferroviários chineses conectam uma região produtora do interior do subcontinente ao porto de exportação mais próximo, eles dão início a um processo

de instituição da interdependência que torna extremamente custoso qualquer projeto de reorientação das relações externas dessa região, diminuindo consideravelmente as chances de um rompimento diplomático ou econômico com o país, o que atesta a importância infraestrutural no processo de construção de consenso hegemônico (Cox, 1981; Nunes et al., 2022; Tolentino, 2024).

A convergência dessas duas dimensões — a superestrutural, operando no plano do consenso, da cultura e dos grupos políticos, e a infraestrutural, agindo no plano das relações de produção, das alianças de classe e dos investimentos territoriais — é o que confere à estratégia chinesa na América Latina sua eficácia potencial como projeto de transição hegemônica (Cox, 1981; Rodrigues; Martins, 2020). Ao contrário do modelo estadunidense, que tendeu a impor sua hegemonia por meio da combinação de poder militar e condicionalidade institucional, a China opera de forma mais difusa, cultivando múltiplos atores que permitem que o projeto chinês se adapte às especificidades de cada país (Silvestre, 2019; Mariano; Bressan; Marchão, 2025).

Contudo, a formação desse bloco histórico regional ainda se encontra em processo de construção, devido ao fato de que ainda constata-se múltiplos níveis de contradições internas, hesitações por parte das elites nacionais e contraprocessos geopolíticos que causam instabilidades no jogo de forças hegemônicas na região, como é o caso da reação estadunidense na administração Trump e das resistências das sociedades civis, dentre outros fatores que limitam o avanço da influência chinesa (Ellis, 2024; Albright et al., 2026; Sarapura Rivas; Romero Wimer, 2024). O próprio caso argentino sob Milei, já mencionado, demonstra que os vínculos infraestruturais e comerciais não eliminam as margens de manobra dos atores políticos nacionais (Merke; Doval, 2024; Heine, 2025).

O que se pode concluir, à luz desta perspectiva, é que a China desenvolveu uma estratégia de múltiplos vetores de construção de consenso que ultrapassa a tradicional relação de dependência de exportador de *commodities* versus importador de manufaturas (Laufer, 2024a; Gaona, 2025). De maneira direta, trata-se de uma estratégia que trabalha, simultaneamente, no plano das ideias e no território, na administração pública e na sociedade civil, nas universidades e nas plantações, nos grandes centros financeiros e nas sedes dos sindicatos rurais (Ellis et al., 2022; Escher; Garcia; Almeida, 2025). Sua eficácia de longo prazo dependerá, em última instância, de se as forças sociais que ela mobiliza serão capazes de

constituir um bloco histórico coeso o suficiente para disputar a direção das sociedades latino-americanas — e, por extensão, da ordem mundial em transição (Cox, 2007; Todescato, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as disposições apresentadas nos quatro capítulos do presente trabalho, é válida a ressalva de que toda investigação cujo objetivo se concentra na análise de processos históricos ativamente em curso é carregada de relativa provisoriedade, valendo-se o reconhecimento de que, assim como o próprio cenário da disputa hegemônica acabou por mudar drasticamente com o início do segundo mandato de Donald Trump, novos desdobramentos no cenário internacional podem acabar por surgir e requerer novas análises das nuances envolvidas. Contudo, ainda considera-se que, mesmo tendo em vista a volatilidade da transição hegemônica que estrutura o problema central deste trabalho, bem como a maneira pela qual esta se dispõe, ela mesma, como um fenômeno processual e não linear, a análise das tendências estruturais já observáveis nos permite formular respostas suficientemente fundamentadas à pergunta que orientou cada uma das etapas percorridas.

Retomando o fio condutor da investigação, a questão que moveu este trabalho indagava de maneira central de que forma a *Belt and Road Initiative* e os demais mecanismos de inserção geoeconômica chinesa na América Latina e no Caribe contribuem para a sedimentação de um novo bloco histórico, no sentido gramsciano-coxiano do termo, e qual é o papel das forças sociais internas dos países latino-americanos nesse processo. À luz das bases teóricas mobilizadas e do conjunto de evidências empíricas reunidas, é possível afirmar que a China está, sim, construindo bases materiais, institucionais e superestruturais desse bloco histórico. Contudo, cabe refletir que, mais do que atuar estritamente como um ator contra-hegemônico orientado para a ruptura do sistema, a potência asiática posiciona-se, na atualidade, como a principal reprodutora e fiadora da própria ordem econômica global. Este fenômeno torna-se evidente perante a postura dos Estados Unidos, que, face ao declínio do consenso que sustentava a sua liderança e imersos num momento de instabilidade de sua hegemonia sob a ordem mundial contemporânea, passam a recorrer cada vez mais à coerção, quebrando as regras das instituições internacionais que outrora edificaram. Conseqüentemente, nessa dinâmica de construção de novos mecanismos para impedir a própria crise de hegemonia estadunidense, a América Latina é colocada novamente na posição de laboratório de um imperialismo global, num cenário onde a instabilidade e a violência

são justificadas por meio de narrativas securitárias e de defesa nacional (Abreu; Dulci, 2026).

Por conseguinte, conclui-se também que o projeto chinês se trata, ainda, de um bloco em formação, internamente heterogêneo e contraditório, cuja coesão permanece incompleta. A sua consolidação definitiva depende de variáveis que se encontram ainda em processo de construção, podendo sofrer avanços ou retrocessos. Assim sendo, não se pode afirmar que a China é um hegemon consumado, tendo em consideração o caráter transitório e intermediário da sedimentação do bloco histórico, fator indispensável para a construção da hegemonia. Porém, é possível constatar que a República Popular da China projeta estratégias observáveis e compatíveis com a pretensão hegemônica que tornam a presente análise possível.

A distinção entre ambos os cenários precisa ser sustentada conceitualmente, como estabeleceu-se ao longo do presente trabalho. Resgatando a discussão já apresentada, tem-se que a hegemonia, conforme Cox, pressupõe a capacidade de um Estado central em universalizar seus interesses particulares, produzindo um consenso suficientemente amplo para que os demais atores do sistema visualizem como possível a realização de seus próprios interesses com o novo centro de poder. Essa universalização, na China contemporânea, manifesta-se de forma ainda desigual, dado que, no plano do Poder Compulsório e do Poder Institucional, identificados por Haug, Foot e Baumann, a expressão chinesa é visível no fato de o país consolidar-se como terceiro maior detentor de cotas de voto no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial, além de tratar-se do segundo maior contribuinte financeiro para o sistema ONU. Contudo, no que concerne ao Poder Produtivo — entendido, similarmente ao entendimento coxiano de hegemonia, como a capacidade de redefinir normas, entendimentos e identidades sociais que condicionam a ação dos demais atores —, a RPC enfrenta resistências particularmente no que tange à redefinição dos princípios liberais estabelecidos, mesmo que a retórica da Comunidade de Futuro Compartilhado Para a Humanidade ofereça uma cosmovisão alternativa com apelo crescente no Sul Global. O que acaba por ainda faltar para a consolidação plena do bloco é o que Cox chamaria de reforma intelectual e moral, referindo-se à capacidade de produzir um projeto de ordem mundial alternativo convincente o suficiente para obter o consentimento de todas as esferas sociais nas quais busca se projetar, o que, como as evidências do

trabalho indicam, ainda permanece em disputa.

Não obstante, os fatores que de fato permitem afirmar que as bases do bloco estão em curso de construção apontam para o processo de convergência das dimensões superestrutural e infraestrutural examinadas ao longo da pesquisa. Como já entendido a partir do quarto capítulo desta obra, a rede de 44 Institutos Confúcio na região, os programas de bolsas de estudo, a paradiplomacia descentralizada e a diplomacia das máscaras durante a pandemia de Covid-19 expressam-se como exemplos claros do esforço sistemático de Beijing na criação de uma rede de intelectuais orgânicos de uma ordem sinocêntrica em gestação. Já no que diz respeito ao plano infraestrutural, o setor agroexportador latino-americano — à medida que a China consolida sua posição como principal mercado de destino das exportações agrícolas do subcontinente — construiu uma dependência estrutural em relação à demanda chinesa que passou a pautar preferências de política externa, configurando alianças de interesse cujo peso político cresce proporcionalmente ao aprofundamento dos vínculos produtivos. Ao contrário do modelo estadunidense, que tendeu a impor sua hegemonia pela combinação de poder militar e condicionalidade institucional, a China opera sob formas de projeção de poder menos pautadas no emprego tradicional da força, cultivando simultaneamente as elites e as bases, os governos centrais e os entes subnacionais, a hegemonia cultural e a econômica.

É nesse contexto que o papel específico da *Belt and Road Initiative* precisa ser compreendido em toda sua extensão analítica, como principal instrumento de materialização territorial do bloco histórico que a China busca sedimentar, tecendo redes de interdependência física, financeira e institucional que conferem sustento às pretensões geoeconômicas de Beijing no subcontinente. Com 213,5 bilhões de dólares em contratos de construção e investimentos acumulados até 2025 e 23 das 33 nações latino-americanas e caribenhas formalmente incorporadas à iniciativa, mesmo com a retirada panamenha, a BRI logrou converter-se numa plataforma de engajamento estrutural que opera como vetor de reconfiguração das próprias cadeias de valor regionais. Os investimentos, centralizados predominantemente em portos de águas profundas, mineradoras, rodoferrovias e infraestrutura energética, constroem diretamente cadeias de escoamento que facilitam a exportação de *commodities* em direção ao mercado asiático, o que vai ao encontro das disposições sobre o comportamento híbrido da iniciativa que, concomitantemente a servir como

oportunidade de acesso a financiamento para países cronicamente carentes de investimento em infraestrutura, tende a reproduzir as assimetrias históricas da inserção periférica do subcontinente na economia-mundo.

Nessa mesma linha, a hipótese central do trabalho mostrou-se, ao longo da pesquisa, corroborada em suas delimitações gerais, dada a constatação de que a inserção chinesa na América Latina e no Caribe — tanto por vias da Nova Rota da Seda, quanto do Fórum China-CELAC e dos acordos de livre comércio com determinadas nações, além de, indispensavelmente, todas as demais estratégias de penetração e construção de consensos a partir da perspectiva subnacional — é, de fato, multidimensional, atuando na base material e na superestrutura sedimentando progressivamente um bloco histórico regional permeado por contradições de classe, orientações ideológicas distintas e formas de autonomia variáveis. Nesse diapasão, as resistências identificadas — os diversos setores industriais ameaçados pela concorrência chinesa, as comunidades afetadas por projetos extrativistas em países como Peru e Trinidad e Tobago, bem como os contraprocessos geopolíticos associados à reação estadunidense —, mesmo que responsáveis diretamente pela diminuição da eficácia com a qual o bloco contra-hegemônico se sedimenta e impondo limites que condicionam sua velocidade e sua forma, não negam a tendência estrutural em curso, considerando justamente os fatores supracitados que aclaram, segundo Cox, que o próprio processo de contradições e movimentação de forças antagônicas na disputa pela hegemonia é, em si mesmo, um fator essencial constituinte de tal acontecimento.

Outrossim, no que tange à outra parte essencial dos questionamentos aqui levantados, referindo-se à indagação concernente à América Latina servir na atualidade ao ciclo de expansão chinesa da mesma forma que serviu às hegemonias britânica e estadunidense no passado, ou se há um processo de ruptura perante a tais padrões em curso, podem-se observar padrões que apontam mais para a continuidade das relações assimétricas do que para sua ruptura, ainda que os mecanismos que a sustentam sejam distintos dos das hegemonias precedentes. Esse cenário pode ser lido a partir do entendimento de que o padrão de intercâmbio que se consolida, nessa relação, acaba por ser o da complementaridade desigual, com a América Latina especializando-se crescentemente no fornecimento de insumos para a economia-mundo sinocêntrica — soja, cobre, petróleo, lítio, farinha de peixe —, ao passo que importa da China produtos de média e alta tecnologia,

reproduzindo, sob nova roupagem geopolítica, as assimetrias históricas que, como Arrighi demonstrou, são traço constitutivo dos processos de acumulação sistêmica que acompanham as transições hegemônicas.

Sem embargo, observa-se relativa ruptura com padrões passados de relação com o subcontinente no que tange ao grau de expressão, respaldando-se no entendimento de que a China não impõe sua presença pela coerção militar, operando principalmente pelos mecanismos do Poder Institucional e do Poder Estrutural que condicionam as possibilidades de ação dos atores periféricos sem necessidade de coerção direta, reformulando os termos nos quais esses atores concebem seus interesses e suas alternativas. Isso se constrói num cenário no qual a ausência de condicionalidades político-ideológicas diretas e a narrativa de cooperação Sul-Sul criam espaços de manobra para os governos da região — conforme a doutrina do Não Alinhamento Ativo — que não existiam no período de hegemonia estadunidense. Se tais espaços serão aproveitados para uma inserção mais diversificada nas cadeias globais de valor, ou se seguirão reproduzindo a especialização primário-exportadora, é uma questão que depende, em última instância, das escolhas políticas das forças sociais internas. Por exemplo, o caso argentino sob Milei, que manteve fluxos comerciais e contratos de infraestrutura com a China a despeito da retórica anticomunista do governo, serve de vitrine para a compreensão tanto do peso dessas interdependências quanto dos limites que elas impõem a qualquer reorientação abrupta.

À luz das distintas e complementares perspectivas abarcadas ao longo deste trabalho, o que se pode concluir é que a transição hegemônica em curso não produzirá, ao menos no horizonte temporal previsível, uma ruptura imediata com a ordem estabelecida, operando, antes, como um processo gradual de reconfiguração das hierarquias do sistema-mundo no qual a América Latina ocupa, sob novos aspectos, uma posição estruturalmente análoga àquela que historicamente lhe foi reservada nos ciclos anteriores de acumulação. Diante de tal diagnóstico, a resposta à problemática da pesquisa abre espaço para um campo fértil para análises futuras, especialmente no que concerne à avaliação da resiliência das políticas industriais e de preservação local frente ao influxo de capitais asiáticos, aferindo se a América Latina e o Caribe lograrão construir defesas para tal dependência, aproveitando-se do fluxo de investimentos chineses para diversificação de suas economias e desenvolvimento nacional, sem caírem novamente em padrões que os transformem

em um novo polo de acumulação capitalista.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Rafael Almeida Ferreira. A Iniciativa Cinturão e Rota e as relações China-América Latina. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 14, e74301, 2023.

ABREU, Beatriz; DULCI, Tereza Spyer. **Exceção, coerção e a reconfiguração do poder na América Latina**. *Le Monde Diplomatique*, edição 227, 7 jan. 2026. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/excecao-coercao-e-a-reconfiguracao-do-poder-na-america-latina/>. Acesso: 18 jun. 2026

AidData. **AidData's Global Chinese Development Finance Dataset, Version 3.0**. Williamsburg, VA: AidData at William & Mary, 2023. Disponível em: <https://www.aiddata.org/china-development-finance>. Acesso em: 2 maio 2026.

ALBRIGHT, Zara; TELIAS, Diego; LONG, Tom. Latin American small states in the Belt and Road Initiative: Narrating status amidst US-China tensions. **Cambridge Review of International Affairs**, 2026.

ALMEIDA, Janailson Santos de. As relações de cooperação com a China e a mecanização da agricultura familiar brasileira: o caso do MST. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 19, 1-23, jan/dez 2025.

ALMEIDA, Jorge. O ascenso da China e o sistema mundial: relações de cooperação, futuro compartilhado ou bipolarização interimperialista? **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, Salvador/Recife, v. 47, n. 255, p. 109-130, jan./abr. 2022, p. 109-130. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/1097>. Acesso: 30 mai. 2026.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith en Pekín: Orígenes y fundamentos del siglo XXI**. Madrid: Akal, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Contraponto, 2013.

BANCO MUNDIAL. **China Economic Update - June 2025: Unlocking the Power of Creative Destruction**. Washington, D.C.: World Bank Group, 2025.

BARROS, José Vitor Honório Monteiro de. **A Iniciativa Cinturão e Rota na América Latina**. UNIFESP, 2020.

BOJIKIAN, Neusa Maria Pereira; FERNANDES, Luiz Henrique de Sousa Ramos. A disputa EUA-China na América Latina: coerção, consenso e mediação das elites no Brasil e no México. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 126, 2025.

BRAVO, Lucía. "Los desafíos de la Nueva Ruta de la seda para América Latina: entre la autonomía y la dependencia." **Perspectivas Revista de Ciencias Sociales**, v. 5, n. 10, p. 173-186, jul.-dez. 2020.

CARIELLO, Tulio. **Investimentos Chineses no Brasil 2025: mineração, mobilidade elétrica e renováveis**. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial

Brasil-China (CEBC), 2026. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2026/05/07/o-brasil-foi-o-pais-que-mais-recebeu-investimento-chineses-no-mundo-em-2025/>. Acesso: 27 mai. 2026.

CARVALHO, Evandro Menezes de. Renascimento da Rota da Seda e sua extensão até a América Latina. In: CARVALHO, Evandro Menezes de; VERAS, Daniel; STEENHAGEN, Pedro (Org.). **A China e a Iniciativa Cinturão e Rota: Percepções do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2023. p. 17-56.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). **Las relaciones entre América Latina y el Caribe y China: áreas de oportunidad para un desarrollo más productivo, inclusivo y sostenible (LC/TS.2025/16)**. Santiago: CEPAL, 2025.

CHAN, Steve; HU, Weixing. Rising States and the Liberal World Order: The Case of China. Em: FENG, Huiyun; HE, Kai (Ed.). **China's Challenges and International Order Transition**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2025.

CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. **A presença da China na América Latina no século XXI - suas estratégias e o impacto dessa relação para países e setores específicos**. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

COELHO, Alexandre Ramos ; AQUINO, Theófilo Miguel. O Processo de Internacionalização da Moeda Chinesa e os RMB Offshore Centers no processo de integração financeira da Iniciativa Cinturão e Rota. In: Evandro Menezes de Carvalho; Daniel Veras; Pedro Steenhagen. (Org.). **A China e a Iniciativa Cinturão e Rota - Percepções do Brasil**. 1ed.Rio de Janeiro: FGV Direito RIO, 2023.

CONCEIÇÃO, Filipe Bernucci da. **A Rota da Seda do Século XXI: O Papel da China na Geopolítica Global e os Impactos na América Latina**. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

CORREIA, Gabrielly Jacques. **A política externa chinesa para a América Latina no século XXI**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - UNIPAMPA, Santana do Livramento, 2018.

COSTANTINO, Agostina. The Dark Side of the Boom: Land Grabbing in Dependent Countries in the Twenty-First Century. **International Critical Thought**, v. 6, n. 1, p. 79-100, 2016.

COSTANTINO, Agostina; MORA, Sol. El acaparamiento de tierras por parte de China en Argentina: una mirada desde la ecología política. **Estudios Sociales**, Santa Fe, v. 31, n. 60, p. 183-206, jan./jun. 2021.

COX, Robert W. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. In **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millenium**, vol. 10, n. 2, 1981.

DALBOSCO, Júlia. **Entre o Tigre e o Dragão: Paraguai e suas Relações com Taiwan e a China no Início do Século XXI**. 2022. Dissertação (Mestrado em

Integração Contemporânea da América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/6f8b7dad-4066-4937-82b1-2171737a5bfb>. Acesso em: 11 jun. 2025.

DALBOSCO, Júlia; WIMER, Fernando Romero. Relaciones Entre La República Popular China e Paraguay a Comienzos del Siglo XXI: Tensiones en el último bastión sudamericano de Taiwan. In: LAUFER, Rubén; WIMER, Fernando Romero (ORG). **China en América Latina y el Caribe: ¿nuevas rutas para una vieja dependencia? : el nuevo ‘tercer mundo’ y la perspectiva del ‘desarrollo’**. Curitiba: Appris, v. 1, 2024.

DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Relatório: Relações Foz do Iguaçu - China**. Foz do Iguaçu, PR, Brasil. 2026.

ELLIS, R. Evan. O impacto da orientação política da América Latina no avanço da República Popular da China na região. **Revista Profissional da Força Aérea dos EUA**, 2ª ed., p. 175-190, 2024.

ELLIS, R. Evan; PIAZZA, Kelly Senters; GREER, Adam; URIBE, Daniel. O uso do Soft Power (Poder Suave) pela China em apoio ao seu engajamento estratégico na América Latina. **Revista Profissional da Força Aérea dos EUA**, 2ª ed., p. 81-106, 2022.

ESCHER, Fabiano; GARCIA, Ana Elisa Saggiore; ALMEIDA, Felipe Hermeto de. Investimentos, meio ambiente e agricultura nas relações entre a China e América Latina e Caribe. **Revista IDEAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 19, e025008, 2025.

FAIRBANK, John King. **China: una nueva historia**. [s.l.]: Andres Bello, 1997.

FARIA, Matheus Cervera. **Organização Para Cooperação de Xangai e a Construção da Multipolaridade pela China**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

FERREIRA, Carlos Serrano. Hegemonia: entre a força e o consenso. Observatório Político: **Revista Portuguesa de Ciência Política**, Lisboa, n. 6, 2016.

FLECK, Larissa Rocha. **A ascensão da China e a reconfiguração geopolítica da América Latina: Impactos e desafios da "Iniciativa Cinturão e Rota" (BRI) no desenvolvimento estrutural e econômico do Peru e Chile**. Trabalho de Conclusão de Curso, 2024.

GAO, MH. Globalization 5.0 Led by China: Powered by Positive Frames for BRI. In: Zhang W, Alon I, Lattemann C, editors. **China's Belt and Road Initiative**. Palgrave Studies of Internationalization in Emerging Markets. Cham: Springer; p. 321-335, 2018.

GAONA, Kevin Rene Mallorquin. **Entre onças e pandas: a relação de Foz do Iguaçu e a China através da diplomacia cultural**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais e Integração) – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da

Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2025.

GERMANÒ, Marco André; KROETZ, Maria Eugênia. A Iniciativa Cinturão e Rota: implicações para a conectividade latino-americana. In: CARVALHO, Evandro Menezes de; VERAS, Daniel; STEENHAGEN, Pedro (Org.). **A China e a Iniciativa Cinturão e Rota: Percepções do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2023. p. 183-220.

GONZÁLEZ-JÁUREGUI, Juliana; TUSSIE, Diana A. La presencia económica de China en Sudamérica: implicaciones para las dinámicas de cooperación intrarregional. **URVIO - Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, n. 36, p. 8-25, maio-ago. 2023.

GONZALEZ-VICENTE, Ruben. Over Hills and Valleys Too: China's Belt and Road Initiative in the Caribbean. In: SCHNEIDER, Florian (ed.). **Global Perspectives on China's Belt and Road Initiative**. Taylor & Francis Group, 2021.

GREMAUD, Amaury Patrick; GOMES, Gabriel Galdino. Revisão bibliográfica sistemática das pesquisas sobre China na América Latina. **Estudios Internacionales**, Santiago, Año 53, n. 199, p. 115-136, 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/27137230>. Acesso: 30 mai. 2026

HAUG, Sebastian; FOOT, Rosemary; BAUMANN, Max-Otto. Power shifts in international organisations: China at the United Nations. **Global Policy**, 2024.

HEINE, Jorge. **América Latina, o não alinhamento ativo e a disputa entre os Estados Unidos e a China**. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, Ano 4, v. 2, 2025.

HELLMUND, Paula Fernández; WIMER, Fernando Romero. Por las rutas canaleras: relaciones económicas de China con Nicaragua y Panamá. In: LAUFER, Rubén; WIMER, Fernando Romero (Org.). **China en América Latina y el Caribe: ¿Nuevas rutas para una vieja dependencia? El nuevo 'tercer mundo' y la perspectiva del 'desarrollo'**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024. p. 405-442.

HOLZ, Carsten A. China's economic growth 1978-2025: what we know today about China's economic growth tomorrow. **World Development**, fev. 2008.

GAO, Mobo. El ascenso de China que desafía a occidente, pero ayuda al ascenso del resto. In: LAUFER, Rubén; WIMER, Fernando Romero (Org.). **China en América Latina y el Caribe: ¿Nuevas rutas para una vieja dependencia? El nuevo 'tercer mundo' y la perspectiva del 'desarrollo'**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024. p. 189-216.

GONZÁLEZ-JÁUREGUI, Juliana. Alianzas estratégicas con China en el sector del litio: implicaciones para el desarrollo y la inserción global de Argentina. In: LAUFER, Rubén; WIMER, Fernando Romero (Org.). **China en América Latina y el Caribe: ¿Nuevas rutas para una vieja dependencia? El nuevo 'tercer mundo' y la perspectiva del 'desarrollo'**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024.

JU, Jiandong. China's Macroeconomic Outlook and Analysis of the logic of High-Quality Development. In: JU, Jiandong (Ed.). **2023 Global Financial Turbulence and Economic Outlook**. Singapore: Springer Nature; Palgrave

Macmillan, 2024.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LANTEIGNE, Marc. China's New South-South Diplomacy: The Case of Argentina. In: LAUFER, R.; WIMER, F. R. (Org.). **China en América Latina y el Caribe: ¿nuevas rutas para una vieja dependencia?** Curitiba: Appris, 2024.

LAU IBARIAS, Nifta Sughey. Imaxe de China no exterior e diplomacia das máscaras en América Latina: o papel das asociacións chinesas durante a pandemia da Covid-19. **Tempo Exterior**, n. 45, Vol. XXIII, p. 79-99, 2022.

LAUFER, Rubén; WIMER, Fernando Romero. Presentación: América Latina y el nuevo 'tercer mundo' en la estrategia global de China: ¿nuevas rutas para el desarrollo? In: LAUFER, Rubén; WIMER, Fernando Romero (Org.). **China en América Latina y el Caribe: ¿Nuevas rutas para una vieja dependencia? El nuevo 'tercer mundo' y la perspectiva del 'desarrollo'**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024a. p. 7-18.

LAUFER, Rubén. La 'China Global' y el mundo 'en desarrollo': La retórica del desarrollo y el Asia-Pacífico en la estrategia mundial de China. In: LAUFER, Rubén; WIMER, Fernando Romero (Org.). **China en América Latina y el Caribe: ¿Nuevas rutas para una vieja dependencia? El nuevo 'tercer mundo' y la perspectiva del 'desarrollo'**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024b. p. 67-126.

LAUFER, Rubén; FERNÁNDEZ HELLMUND, Paula; ROMERO WIMER, Fernando. 'Decoupling' and 'Elimination of Risks': The Rivalry between Powers and the Implications for Latin America. In: GAO, M. et al. (eds.). **The Great Decoupling: A New Global Order/Disorder**. Singapura: Springer Nature, 2025. p. 39-58.

LAUFER, Rubén. América Latina y China: Asociación estratégica y desarrollo desigual. In: LAUFER, Rubén; WIMER, Fernando Romero (Org.). **China en América Latina y el Caribe: ¿nuevas rutas para una vieja dependencia?** Curitiba: Appris, 2024.

MAESTRI, Mário. A China é, sim, capitalista e imperialista. **Estudios Históricos – CDHRPyB**, Ano XVII, n. 33, jun. 2025.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello; BRESSAN, Regiane Nitsch; MARCHÃO, Talita Ângulo Eredia. O soft power e a arquitetura de influência da China na América Latina. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 126, 2025.

MARTÍNEZ, Irina Lima. **Avanços e recuos das relações entre a República Oriental do Uruguai e a República Popular da China no âmbito do MERCOSUL (1986-2023)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - UNIPAMPA, Santana do Livramento, 2023.

MELO, Maria Cristina Pereira de; MOREIRA, Carlos Américo Leite. China X Nordeste do Brasil: uma qualificação das transações comerciais bilaterais recentes. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, p. 685-703, 2009.

MENDONÇA, Marco Aurélio Alves de; FILHO, Carlos Renato da Fonseca Ungaretti Lopes; OLIVEIRA, Giulia Marianna Rodrigues Di Marco. **A Nova Rota da Seda e a**

Projeção Econômica Internacional da China: Redes de Financiamento, Fluxos de Investimento Externo Direto (IED) e Contratos de Construção. Ipea, 2021.

MERKE, Federico; DOVAL, Gisela Pereyra. Javier Milei and the Global Far-Right: Reshaping Argentina's Foreign Policy. **CEBRI-Revista**, Ano 3, n. 11, p. 88-100, jul.-set. 2024.

MONTEIRO NETO, Aristides. **Dilemas do desenvolvimento na China: crescimento acelerado e disparidades regionais (da Revolução Comunista à Globalização).** Rio de Janeiro: Ipea, 2005.

MORA, Sol. Relaciones de poder y control de la naturaleza en el financiamiento chino en hidroelectricidad en Argentina: las represas sobre el río Santa Cruz. In: LAUFER, Rubén; WIMER, Fernando Romero (Org.). **China en América Latina y el Caribe: ¿Nuevas rutas para una vieja dependencia? El nuevo 'tercer mundo' y la perspectiva del 'desarrollo'**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. O fórum CHINA-CELAC: Uma plataforma e “marca” para o multilateralismo sinocêntrico. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 40, p. 7-23, 2024.

MORALES RUVALCABA, Daniel. National Power in Sino-Caribbean Relations: CARICOM in the Geopolitics of the Belt and Road Initiative. **Chinese Political Science Review**, 2025.

MoUYNES, Erika. The Panama Canal's Next Test: Holding the Line in a Shifting World Order. **CEBRI-Revista**, ano 4, n. 14, p. 108-121, abr./jun. 2025.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César; FELIPE, Paula Cristina Nabuco; GOMES, Helder; TRINDADE, Rafael Venturini. **A expansão internacional da China através da compra de terras no Brasil e no mundo.** Vitória: [s.n.], 2014.

NASCIMENTO, Dmitri Felix do; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. As relações entre o Consórcio Nordeste e a China. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 19, n. 57, 2024.

NEDOPIL, Christoph. **Countries of the Belt and Road Initiative (BRI).** Shanghai, Green Finance & Development Center, FISF Fudan University, 2025. Disponível em: <https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/?cookie-state-change=1739302904419> . Acesso em: 02 mai. 2026.

NEDOPIL, Christoph. **China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report 2025.** Brisbane: Griffith Asia Institute; Shanghai: Green Finance & Development Center, FISF Fudan University, jan. 2026. Disponível em: <https://greenfdc.org/china-belt-and-road-initiative-bri-investment-report-2025/>. Acesso: 04 mai. 2026.

NEGRI, Samira Leite; CASELATO, Joab Miguel. Entre Taiwan e China: Mudança na política externa dos países centro-americanos no âmbito da Belt and Road Initiative. **Terracota - A revista do GECHINA**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 130-157, mar. 2026. Disponível em: <https://mngt.unb.br/terracota--a-revista-do-gechina>. Acesso: 15 abr. 2026

NETO, Marco Antônio Goulart dos Santos. **A estratégia da ascensão econômica chinesa entre 2013 e 2022**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - UFU, Uberlândia, 2024.

NUNES, Ticiania Amaral; FARIAS, Thomaz da Costa. China e a Cooperação para o Desenvolvimento nos Financiamentos de Infraestrutura na América Central e Caribe. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 10, n. 19, 2020.

NUNES, Ticiania Gabrielle Amaral; LOPES FILHO, Carlos Renato da Fonseca Ungaretti; DI MARCO, Giulia Marianna Rodrigues; MENDONÇA, Marco Aurélio Alves de. Iniciativa Cinturão e Rota e a cooperação internacional para o desenvolvimento da China na América Latina: entre adesões e hesitações. **Revista Tempo do Mundo**, n. 29, 2022.

OEA - Organização dos Estados Americanos. **Conselho Permanente oea: Observadores Permanentes**. Washington, D.C.: OEA, 2026. Disponível em: <https://www.oas.org/consejo/pr/obsperm.asp>. Acesso: 01 mai. 2026.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **OECD Economic Outlook**, Volume 2025 Issue 1. Paris: OECD Publishing, 2025.

PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos Renato. A Nova Rota da Seda e a Recriação do Sistema Sinocêntrico. **Revista Estudos Internacionais**, n. 3, p. 25-44, 2017.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago Soares; UNGARETTI, Carlos Renato; DORIA, Gaio. A Iniciativa do Cinturão e Rota e os Dilemas da América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, n. 24, p. 77-106. dez. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/259>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PEDROZO, Gustavo Eler. As Relações China-América Latina Pelo Prisma da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento. **MONÇÕES: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 5, n. 9, 2016.

PEREIRA, Lia Baker Valls; RIBEIRO, Livio Santos de Leite. Comércio, investimentos, moeda e a Iniciativa Cinturão e Rota: em que ponto os interesses brasileiros podem encontrar os interesses chineses?. In: CARVALHO, Evandro Menezes de; VERAS, Daniel; STEENHAGEN, Pedro (Org.). **A China e a Iniciativa Cinturão e Rota: Percepções do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2023. p. 143-182.

PRADO, Débora Figueiredo Mendonça do. A atuação internacional dos governos subnacionais: construções conceituais, limites e contribuições para o caso brasileiro. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 137-168, 2018.

PUYANA, Alicia; COSTANTINO, Agostina. Chinese Land Grabbing in Argentina and Colombia. **Latin American Perspectives**, v. 42, n. 6, p. 105-119, nov. 2015.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; MARTINS, Carlos Eduardo da Rosa. O sistema Tiānxià (天下) como estratégia do Zhōngguó (中国): reflexões sobre a transição hegemônica mundial no longo século XXI. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 166-195, dez. 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p166>.

RIBEIRO, Leila Silva. **A guerra comercial entre Estados Unidos e China: uma análise acerca da estratégia econômica do governo Trump diante da ascensão chinesa.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; JABBOUR, Elias. A Iniciativa Cinturão e Rota e as implicações geoeconômicas para o Brasil sob a perspectiva da nova economia do projeto e da geoeconomia híbrida. In: CARVALHO, Evandro Menezes de; VERAS, Daniel; STEENHAGEN, Pedro (Org.). **A China e a Iniciativa Cinturão e Rota: Percepções do Brasil.** Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2023. p. 93-142.

RODRÍGUEZ BAUSERO, Ramiro. Diez años de la Belt and Road Initiative en el marco de las nuevas iniciativas globales chinas. **México y la Cuenca del Pacífico**, v. 14, n. 40, 2025.

SARAPURA RIVAS, Sebastián; ROMERO WIMER, Fernando. Los capitales chinos y la burguesía peruana: relaciones económicas y políticas (2001-2021). In: LAUFER, Rubén; WIMER, Fernando Romero (Org.). **China en América Latina y el Caribe: ¿Nuevas rutas para una vieja dependencia? El nuevo 'tercer mundo' y la perspectiva del 'desarrollo'.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2024.

SECAIRA, J.; SOLANO, M.; SOLORZANO, G. Efectos del tratado de libre comercio Ecuador-China en el comercio electrónico y courier de Machala, 2024. **Ciencia y Educación**, v. 6, n. 8, 2025.

SENRA TORVISO, Pablo; ROMERO WIMER, Fernando. Al ritmo de lana, soja y carne. Uruguay-China: el devenir de una relación dependiente (1988-2022). In: LAUFER, Rubén; WIMER, Fernando Romero (Org.). **China en América Latina y el Caribe: ¿Nuevas rutas para una vieja dependencia? El nuevo 'tercer mundo' y la perspectiva del 'desarrollo'.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2024. p. 443-494.

SILVESTRE, Laura Diniz de Araújo Montarroyos. O Conceito de Hegemonia: as contribuições de Gramsci e Robert Cox para a compreensão do poder americano. **NEARI EM REVISTA**, v.5, n.7, 2019.

SU, Yen-pin. The Impact of Taiwan's Withdrawal From the PARLACEN. **Prospects & Perspectives**, n. 50, 2023. Disponível em: <<https://www.pf.org.tw/en/pfen/33-10288.html>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

TELIAS, Diego. Los Foros China-CELAC y China-CEEC (17+1): Una mirada desde las teorías del regionalismo. **Revista Tempo do Mundo**, n. 24, p. 231-255, 2020.

TÉLAM. **Argentina y una empresa china firman acuerdo para producir vehículos eléctricos en el país.** Télam, 3 fev. 2021.

TRIPATHI, Anurag; ABHISHEK, R. L.; TEJA, Arun. A Nova Rota da Seda: dinâmicas para a América Latina e para a região do Caribe. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 11, n. 22, p. 140-165, jul./dez. 2022.

TODESCATO, Dorival Bruno Leal. Influência de Gramsci em Arrighi para o entendimento da Hegemonia Internacional. **Aurora**, Marília, v. 12, n.1, p. 93-106, jan./jul., 2019.

TOLENTINO, Ana Flávia Ramos. **Avaliação da implementação da Belt And Road**

Initiative (BRI) na América Latina: análise das oportunidades e obstáculos na adesão da Argentina, Chile e Peru e não adesão do Brasil. [S.l.: s.n.], 2024.

VASCONCELOS JR., Manuel Hermeto. **A ascensão de nacionalismos e a influência desta na reconfiguração da balança de poder mundial: o caso dos EUA de Trump.** 2021. Artigo (Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/c05309b5-486c-48a8-9fca-35e12474914e>. Acesso em: 21 jun. 2026.

VEGLIÒ, Simone. **A Postcolonial Belt and Road Initiative? Dependency, Development and Geopolitics in China-Latin America Relations.** 2024.

VICARIOLI, Velia Govaere; ARRIETA, Fausto Amador. Oportunidades y desafíos del comercio, la inversión y la cooperación entre China y Centroamérica y dos países estratégicos del Caribe. **Ibero-América Studies**, v. 8, n. 2, 2024.

VIEIRA, João Paulo Tapioca de Oliveira. **Forças sociais na produção da história: a visão de mundo de Robert Cox.** 2013. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

VILLASENIN, Lucas. El nuevo gobierno de Milei y China. **Sino-Iberoamerican Interactions**, v. 4, n. 1, p. 16-37, 2024.

VYAS, Anshul. US-China Economic Standoff in 2025: Decoupling, Disruption, and Global Macroeconomic Spillovers. **Independent Research**, 2025.

WANG, Guo-Chen. Assessing China's Economic Outlook through the Two Sessions Policy and Trump's Tariff Strategy. **Prospects & Perspectives**, 21 nov. 2025.

WEISS, Alexandre Augusto. **Internacionalização de Foz do Iguaçu - Paraná: Agentes e Processos.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais e Integração) – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2023.

WIMER, Fernando Romero; DALBOSCO, Júlia. El dilema de Paraguay en el siglo XXI: ¿continuidad de relaciones diplomáticas con Taiwán o apertura a la República Popular China? **Revista Paraguay desde la Ciencias Sociales**, v. 11, p. 27-56, 2020.

WIMER, Fernando Romero; HELLMUND, Paula Fernandez. La larga marcha de China como potencia global. **IZQUIERDAS**, n. 49, p. 2658-2683, 2020.

WISE, Carol. Tratados de libre comercio al estilo chino: los TLC Chile-China y Perú-China. **Apuntes: Revista de Ciencias Sociales**, n. 71, p. 161-188, 2012.

WU, Lunting. **Belt and Road Initiative in South America: Explaining the Varying Responses.** Palgrave Macmillan, 2024.